



PROFHISTÓRIA

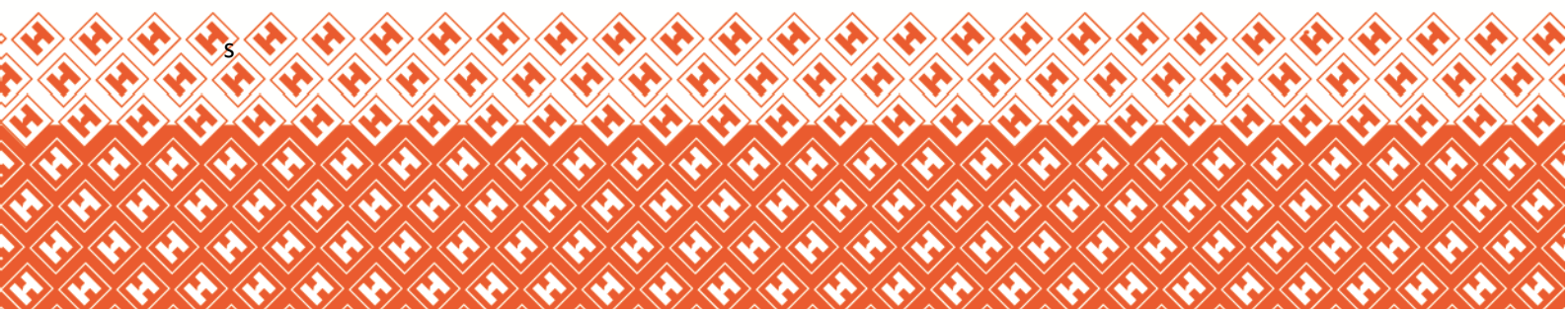
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

IANNI SOUSA BORGES

**O negacionismo em sala
de aula: e agora
professor(a)?**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - MG

AGOSTO/2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

IANNI SOUSA BORGES

**O negacionismo em sala de aula: e
agora professor(a)?**

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Área de concentração: Ensino de História
Linha de Pesquisa: Saberes históricos no espaço escolar
Orientadora: Prof. Dra. Maria Andréa Angelotti Carmo

Agosto/2022

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

B732 Borges, Ianni Sousa, 1977-
2022 O negacionismo em sala de aula: e agora professor(a)?
[recurso eletrônico] / Ianni Sousa Borges. - 2022.

Orientadora: Maria Andréa Angelotti Carmo.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Mestrado Profissional em Ensino de História.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.498>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. História. I. Carmo, Maria Andréa Angelotti, 1974-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia.
Mestrado Profissional em Ensino de História. III.
Título.

CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, 2º piso, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4395 - inhis@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Ensino de História				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Profissional, 5, PPGEH				
Data:	vinte e dois de agosto de dois mil e vinte e dois	Hora de início:	14h00	Hora de encerramento:	16h40
Matrícula do Discente:	12012HRN005				
Nome do Discente:	Ianni Sousa Borges				
Título do Trabalho:	O negacionismo em sala de aula: e agora professor(a)?				
Área de concentração:	Ensino de História				
Linha de pesquisa:	Saberes Históricos no Espaço Escolar				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Saberes e memórias indígenas: interações com o ensino de História				

Reuniu-se na sala 1H48, do bloco 1H, Campus **Santa Mônica**, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em **Ensino de História**, assim composta: Professoras Doutoras: **Maria Andréa Angelotti Carmo - INHIS/UFU**, orientadora da candidata; **Nara Rúbia Carvalho Cunha - INHIS/UFU** e **Jeanne Silva - UFCAT**.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. **Maria Andréa Angelotti Carmo**, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, às examinadoras, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de **Mestre**.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Andrea Angelotti Carmo, Professor(a) do Magistério Superior**, em 22/08/2022, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nara Rúbia de Carvalho Cunha, Professor(a) do Magistério Superior**, em 22/08/2022, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jeanne Silva, Usuário Externo**, em 22/08/2022, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3817901** e o código CRC **637CD71A**.

AGRADECIMENTOS

*“O que vale na vida não é o ponto de partida
E sim a caminhada.
Caminhando e semeando, no fim terás o que colher.”
Cora Coralina*

O percurso desses últimos dois anos não foi fácil. Como historiadora/professora que sou, lidar com o contexto da pandemia e com o tema sensível do negacionismo da Ditadura Civil-Militar foi muito inquietante para dizer o mínimo. A indiferença não nos cai bem...

Contudo, estou nesse momento, repleta de alegria pela caminhada realizada com essa pesquisa e por poder ser grata a cada um de vocês...

Todo meu carinho e consideração à minha Orientadora Professora Dra. Maria Andrea Angelotti Carmo. Doutora em compreensão e carinho. Cúmplice na jornada da escrita. Generosa e talentosa em suas orientações e contribuições. Apaziguadora de coração angustiado. Trilhar essa jornada foi mais terno com seu otimismo, sua dedicação e experiência. Gratidão professora! Obrigada por confiar, por acreditar, por orientar.

Um fraterno obrigada ao corpo docente do ProfHistória que acolheu a primeira turma/2020, repletos de simpatia e expectativas e, trilhou conosco todas as reviravoltas das circunstâncias da pandemia. Bem como, à secretária Renata de Oliveira Andrade que nos auxiliou sempre, com agilidade e competência.

Agradeço à professora Dra. Mara Regina do Nascimento por sua meiga e competente coordenação. Por nos acompanhar, atender e orientar, sempre com afeição e muita gentileza. À Dra. Daniela Magalhães da Silveira, que nos instruiu e inspirou nos primeiros caminhos da pesquisa e no passo a passo, me mostrou que era possível. Um obrigada especial ao Dr. Amon Santos Pinho e ao Dr. Newton Dângelo que foram os primeiros a ficar longas horas conectados conosco e, mesmo sendo síncronas, nos agraciou com aulas maravilhosas das quais já sinto saudades (das assíncronas não rs). E na sequência, Dra. Ivete Batista, Dra. Ana Paula Spini, que nos permitiu ‘especular’ uma série de novas perspectivas no tratamento da imagem e na valorização do ser humano negro(a).

Agradeço à professora Dra. Nara Rúbia de Carvalho Cunha e ao professor Dr. Astrogildo Fernandes da Silva Junior por suas valorosas contribuições no exame de qualificação.

À banca examinadora, meus agradecimentos e meu apreço pela generosidade do aceite e por suas contribuições nessa pesquisa: à Dra. Jeanne Silva e novamente à Dra. Nara Rúbia por comporem essa banca e por esse momento tão especial para mim, meu obrigada.

O terceiro capítulo e meu produto não seriam possíveis sem a parceria e amizade do Dr. Marlon Caetano. As dimensões do fazer técnico/digital do aplicativo só se realizaram graças aos seus conhecimentos e a sua boa vontade que por horas me acudiu. Obrigada amigo Marlon.

Aos amigos e amigas da turma de 2020: Marcos, Paulo César, Maria Joana, João Jorge, Núbia, Jhony, Verônica, Daniel, Flávio, Sandra, Arthur, Adriano, Leonardo e Viviane. Juntos, ainda que virtuais. Obrigada por toda troca de experiências, toda ajuda e palavras de conforto. Obrigada Maria Joana que nos deu tanta força e coragem com sua forma otimista e dedicada de encarar os desafios. Obrigada João Jorge e Paulo César que, pela proximidade temática, compartilharam conhecimento e auxílios tão importantes. Obrigada Adriano pelas falas icônicas e por sua prestatividade. Marcos, Léo, Flávio pelas alegres interações que tanto nos alegraram, em momentos que a leveza faltava e as dificuldades se impunham. Camarada Arthur, meus agradecimentos por ser tão amigo e prestativo. Daniel por nos mostrar força e coragem quando tudo se complica. Viviane, Núbia, Verô, Sandra que sempre compartilharam seus saberes de forma afetiva e generosa. A presença virtual desse grupo foi um diferencial nesses dois anos difíceis de pandemia. Assim, as trocas de experiência, os diálogos, as ajudas mútuas, contribuíram imensamente para meu crescimento e aprendizagem. Obrigada turma!

Agradeço à minha mamãe Marina, guerreira, que sempre foi meu exemplo de força e determinação nessa vida e sempre me ajudou. Às minhas irmãs Sanny e Lidiane, por serem presença em minha vida. Minha ‘cunha’ Nicéa por todo auxílio e meu priminho Paulo Henrique pelo apoio com os memes.

Agradeço essencialmente aos meus amores: à minha filha linda Marina - amor sem medida - que me motivou dia a dia, acompanhando o fazer de cada página dessa pesquisa e cobrando-me – “Mãe você ainda está nessa página??” rs. Meu marido Renato, por me ouvir, por sua cumplicidade e companheirismo. Por me conhecer e ser meu porto seguro sempre.

Por fim, gratidão a Deus por ser plenamente presente em minha vida! Espírito Santo que o diga.

*Renato, Marina,
sem vocês juntos a mim,
coisa alguma seria possível.*

NEGACIONISTA¹

Máscara no queixo
Vai firme na balada!
É negacionista Bateu na porta errada!
Saiu pela direita
Pensou que o globo é plano
Toma ivermectina Injeta ozônio... pelo cano!
Espalha Fake news
E compra uma espingarda
Sonha com a ditadura
Adora homem de farda
Se alguém lhe contraria
Ou bota pra correr
Já tem resposta pronta
A culpa é do petê!
Não há quem lhe convença
Do seu ledô engano
É negacionista
Pensa que é americano!
A morte bate à porta
A morte não lhe afeta
É só uma gripezinha Meu físico... é de atleta!
Com esta pandemia
Haja medicina
Mas burrice não tem cura
Nem remédio, nem vacina!!!

Não registro uma dedicatória, mas um lamento:

*No Brasil, são **672.494** óbitos e **32.610.830** casos conhecidos registrados de Covid-19 desde o início da pandemia, segundo dados reunidos pelo consórcio de veículos de imprensa em 22/07/2022.²*

¹ Produzida em Março/2021 a música “Negacionista” do cantor Marcelo Piva, retrata em verso e canção, o negacionismo como fenômeno social no tempo presente. Além de sofrermos com as perdas da pandemia, sofreremos também com o negacionismo histórico, o biológico, o climático, o geográfico e sobretudo, com negacionismo bolsonarista. Veja: <https://youtu.be/3UNAvBzbWIM> (acessado em 05/06/2022).

² <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/07/05/brasil-registra-media-movel-de-228-mortes-por-covid-com-maior-tendencia-de-alta-desde-fevereiro.ghtml> (acessado em 22/07/2022)

RESUMO

Essa pesquisa aborda os negacionismos históricos sobre a temática Ditadura Civil-Militar no Brasil que passaram a se propagar, principalmente nas mídias digitais, devido o momento político atual e sua esfera de extrema direita. Essa conjuntura adentrou as aulas de História e, por vezes, vem provocando embates entre estudantes que, influenciados pelas Fake News e outras fontes digitais, questionam as verdades históricas e encontram, nós professores, despreparados para abordar os negacionismos. Reconstruir a memória da Ditadura como um período sem direitos, sem liberdades individuais, de torturas e abusos autoritários por parte do Estado, transformou-se em uma importante demanda social, portanto, um dever do professor de História. Abordando a História do Tempo Presente e a História Pública, pretendeu-se reunir em um App, conteúdos públicos e estratégias didáticas de colaboração aos docentes, que contribuam, também, no combate ao negacionismo histórico, buscando ainda fortalecer a maneira como os(as) professores(as) e os estudantes recebem as diversas informações advindas dos canais digitais.

Palavras-chave: Ensino de História; Aprendizagem histórica; Saberes e práticas no espaço escolar; Negacionismo; Ditadura Civil-Militar.

ABSTRACT

This research addresses the historical denialism on the subject of Civil-Military Dictatorship in Brazil that began to spread, especially in digital media, due to the current political moment and its extreme right-wing sphere. This situation has entered History classes and, at times, has provoked clashes between students who, influenced by Fake News and other digital sources, question historical truths and find, we teachers, unprepared to address denialism. Reconstructing the memory of the Dictatorship as a period without rights, without individual freedoms, of torture and authoritarian abuse by the State, has become an important social demand, therefore, a duty of the History teacher. Approaching the History of the Present Time and Public History, it was intended to bring together in an App, public content and didactic strategies of collaboration with teachers, which also contribute to the fight against historical denialism, seeking to strengthen the way in which teachers and students receive the various information from digital channels.

Keywords: History Teaching; Historical learning; Knowledge and practices in the school space; denialism; Civil-military dictatorship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Aula Síncrona – via plataforma Meet -----	25
Figura 02 – Meme: negacionismo-----	28
Figura 03 - Infográfico com nomes e páginas de grupos de extrema-direita-----	30
Figura 04 – Deputado Federal Jair Bolsonaro – realizando apologia à Ditadura-----	33
Figura 05 - Texto do PET1/2021-----	37
Figura 06 – regime e ditadura com sentidos sinônimos-----	39
Figura 07 - regime e ditadura com sentidos sinônimos-----	40
Figura 08 - Manifestação bolsonarista-----	43
Figura 09 – Meme: professor x bolsonarismo-----	55
Figura 10 - Capítulos do Livro Didático retratando ditadura como “regime”-----	70
Figura 11 – Capa do App -----	87
Figura 12 – Menu do App-----	88
Figura 13 – Temas / Conceitos-----	89
Figura 14 – filmes e músicas / Sites / Biografias e livros-----	90
Figura 15 – Memes e Fake-----	91
Figura 16 – Atividades-----	93
Figura 17 – Atividades-----	93
Figura 18 – Referências bibliográficas-----	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Tempo de atuação dos(as) professores(as)-----	59
Gráfico 02 – Atuação docente em séries que abordam a temática-----	59
Gráfico 03 – Séries que estudam Ditadura Militar-----	64
Gráfico 04 – Uso de recursos sobre a Ditadura-----	65
Gráfico 05 – O que atrapalha o trabalho da temática Ditadura-----	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Trechos de respostas dos(as) professores(as)-----	60
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Formação dos docentes-----	57
--	----

Tabela 02 – Principais assuntos retratados nos capítulos didáticos sobre Ditadura-----	72
--	----

Tabela 03 - temática Ditadura civil-militar no material didático do Novo Ensino Médio-----	75
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – O negacionismo na conjuntura atual	28
1.1 – Infoera, negacionismo e Fake news	28
1.2 – O Negacionismo na historiografia	44
CAPÍTULO II – A temática Ditadura Civil-Militar no ensino de História	55
2.1 - Os embates em sala de aula e como se apresenta a temática no Ensino	55
2.2 - Análise de uma Coleção Didática - Ditadura ou regime?	68
2.3 – Os Livros Didáticos no Novo Ensino Médio – mais do mesmo	74
2.4 - A História Pública como oportunidade	76
CAPÍTULO III – Ensino de História e App como possibilidade	82
3.1 - Por que um App?	82
3.2 - A escolha do App inventor	85
3.3 - O produto alcançado – as abas do APP e suas intencionalidades	86
3.4 - Questões a se ponderar – os desafios	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
ANEXOS	107

INTRODUÇÃO

O que nós, professores e professoras, devemos fazer para lidar com a atual conjuntura política negacionista em que nos encontramos? Qual deve ser nossa abordagem, quando essa conjuntura adentra nossas aulas de História?

O fenômeno da negação de conhecimentos apresenta-se cada vez mais global e atinge diversos saberes. Áreas como a Biologia, a Geografia e a História sofrem ataques em seus pilares epistemológicos, sendo tratados cada vez mais de maneira banalizada, principalmente na infoera³. Fatos históricos, sociais e científicos têm sido assaltados por narrativas negacionistas em diversos países, na atualidade. No Brasil, convivemos com um movimento crescente de negação da sua História recente. Na Internet, meio que se tornou rapidamente um veículo de comunicação de massa, cresce o número de redes sociais, blogs, canais no Youtube, sites, etc., que se dedicam, por vezes, a negar, desvirtuar, escamotear e mentir sobre diversos temas históricos já consolidados pela historiografia e metodologia histórica⁴. Os memes, as Fake News, os programas midiáticos, os ‘achismos’ de não-historiadores sobre História tomam parte, cada vez mais do cotidiano das pessoas, e promovem amplos “estragos históricos” na memória coletiva brasileira.

Na escola, lidamos com o seguinte paradoxo: ao passo que, cada vez mais, se dialoga e trabalha narrativas sobre tolerância, alteridade, democracia, inclusão, também assistimos aviltar-se o discurso de ódio, preconceitos, aversão à democracia, a intolerância manifestada em práticas de bullying e na presença de discursos que visam apagar os fenômenos de violências, exclusões e injustiças dos processos históricos.

No cenário eleitoral de 2017 e com a vitória e posse do Presidente Jair Bolsonaro, candidato de extrema direita, em janeiro/2018, assistimos a uma estarrecedora ocasião de crescimento das Fake News de cunho político na Web.

Entre as principais negações acerca da história do Brasil, temos enfrentado, cotidianamente, a distorção sobre a história do período da Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964 a 1985), que recebeu novos contornos com manifestações encabeçadas pelo Movimento

³ Infoera compreendida como a era digital no século XXI, impactada pelas novas tecnologias e redes de compartilhamento de informação

⁴ Sites como <https://www.brasilparalelo.com.br/>, www.tercalivre.com.br, Mov. Brasil Conservador - <https://www.eusoumbc.org/>, Renova Mídia - <https://renovamidia.com.br/>, <https://sensoincomum.org/>, Conexão política - <https://www.conexaopolitica.com.br/>. Páginas nas redes sociais tais como Bolsonaro Opressor 2.0, Direita Conservadora, Comunicação & política, Isentões. Youtubers como Nando Moura, Sara Winter, Lilovlog, Raphaela Avena, entre outros, nem sempre citam fontes de suas publicações, usam versões recortadas de informações, usam de linguagem ufanista e exagerada para convencer leitores de suas posições políticas.

Brasil Livre (MBL), com faixas pedindo o retorno do Regime Militar, o AI5, o fechamento do Congresso Nacional e até o fim do Supremo Tribunal Federal. A título de exemplo, vale mencionar que, na votação pelo impeachment da Presidenta Dilma Rousseff (2016), o então deputado Jair Bolsonaro saudou o General Ulstra, conhecido torturador durante a Civil-Militar no Brasil. Tal ato não incorreu em qualquer tipo de ação ou atitude por parte dos demais poderes e mesmo da justiça brasileira, o que pode nos levar a pensar em como o Brasil lida mal com seus passados dolorosos.

Além dos já clássicos negacionismos, tais como os que recusam o golpe e defendem a “revolução de 64”, ou os que insistem em legitimar as torturas e mortes como ‘excesso’ do regime em vigor e não como aparelho de repressão institucionalizado e, até mesmo a divulgação ampla de ideias terraplanistas como forma de combate à ciência, estamos convivendo com uma “naturalização” das ideias falsas que se espalham de maneira vertiginosa, por conta da facilidade de propagação advinda da internet e redes sociais. Percebe-se, assim, que as diversas abordagens da temática esbarram continuamente no contexto político em que o país se encontra entre os anos de 2018 e 2020, uma vez que a negação da Ditadura civil-militar, a desinformação e distorção dos fatos históricos se tornaram estruturantes do próprio movimento bolsonarista, que usa dos meios digitais para realizar sua política pública de mentiras.

Em meio a esse cenário, encontram-se as escolas, os(as) professores(as) de História e os/as estudantes. Como nós, docentes de História, convivemos com o negacionismo em sala de aula? Qual nosso papel enquanto professor?

Em contrapartida, a temática Ditadura civil-militar vem sendo abordada cada vez mais na historiografia nacional. É também, objeto de preocupação dos professores(as) que ingressam no programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, lançado em 2013 - em diversas perspectivas analíticas. Ao pesquisarmos o termo “ditadura” em seu banco de dissertações⁵, encontramos doze trabalhos registrados que trilham o processo da ditadura civil-militar e sua relação com a memória, com seus usos políticos no presente, as possibilidades do uso do cinema para sua compreensão, bem como, as práticas de seu ensino/aprendizagem em sala de aula.

Apreciando alguns desses trabalhos, foi possível identificar que a História do Tempo Presente, a questão da memória e a História Pública norteiam a maioria das dissertações;

Carlos Monteiro Alves, em *Ditadura Militar Brasileira: Memória e ensino em tempos de redemocratização*, utilizando-se de depoimentos de civis e militares, buscou identificar

⁵ https://profhistoria.ufrj.br/banco_tese/3

conceitos apresentados em suas falas sobre o período e elaborou, a partir daí, um dicionário para ser utilizado como problematização pelos professores(as) em sala de aula.

Já Déborah Silva de Queiroz, em *Memória da Resistência à Ditadura Militar Brasileira: Guia para utilização de Filmes em sala de aula*, utiliza como fonte os relatórios finais da Comissão da Verdade, identificando, a partir daí, diversas trajetórias de resistência à Civil-Militar. A autora propõe um Guia para análise fílmica a ser utilizado nas aulas sobre essa temática.

Na dissertação de Bárbara Zacher Vitória⁶, ela transcorre sobre a gênese dos memes, seus transcurso na era digital e o quanto podem influenciar no letramento histórico dos(as) estudantes. Demonstra, entre outros enfoques, como o conjunto de memes conhecidos como “os dias eram assim”, que abordam o Período da Civil-Militar de 1964 de maneira banalizada, tem o objetivo de “mistificar um dos períodos mais obscuros de nosso país” (p. 41), e foram utilizados politicamente pela extrema-direita para vulgarizar a violência e a própria democracia no período. A análise do seu trabalho demonstra o quanto os memes podem ser utilizados para alimentar uma memória coletiva que nega evidências, eventos históricos e constrói uma percepção adulterada/manipulada da História. Seu produto é um guia para utilização de memes nas aulas de história, a fim de construir um letramento histórico que contribua para uma leitura memética crítica e autônoma pelos estudantes.

A realização de Licia Gomes Quinan – *As memórias dos jovens sobre a ditadura civil-militar e a função social do historiador/professor* – parte das memórias que alguns estudantes possuem do tema Ditadura Civil-Militar militar no presente e levanta toda uma análise sobre como essas implicam na desvalorização dos conceitos de democracia e direitos fundamentais da pessoa humana (QUINAN, 2016). A autora buscou, ainda, compreender que o regime de historicidade enunciado por François Hartog, em que o passado é construído no presente, influencia, diretamente na elaboração do que é História para a sociedade atual, destacando sua preocupação em compreender o(a) Historiador(a)/Professor(a) não como dono do passado, mas aquele(a) profissional que norteia as evidências históricas e o manuseio das fontes históricas, demonstrando que essas podem ser lidas e compreendidas de maneiras multifacetadas, a depender dos interesses dos indivíduos e grupos sociais que promovem essa interpretação. Elaborando um caderno de atividades de reflexão sobre questões sensíveis à temática ditadura, Quinan procurou enunciar o papel do(a) professor(a) como mediador(a) do trabalho com as fontes históricas.

⁶ VITÓRIA, Bárbara Zacher Sobre memes e mimimi: Letramento histórico e midiático no contexto do conservadorismo e intolerância nas redes sociais, 2019.

Contudo, apesar das diversas e consideráveis abordagens encontradas sobre a temática ditadura, ao buscarmos o termo “negacionismo” imputando sua prática ao tema ditadura, não temos sucesso na pesquisa até o presente momento. Apesar de vivenciarmos o crescimento pelo interesse analítico do tema negacionismo na conjuntura brasileira pela academia, ainda carecemos de trabalhos que lidem com a negação explícita do tema que se faz presente em sala de aula, compreendendo quais os tipos de “memórias” que circulam nas mídias e como essas vem contribuindo para que sujeitos históricos – destarte os estudantes do Ensino Fundamental - cada vez mais, reproduzam falseamentos históricos com aparência de conhecimentos científicos.

Com esse escopo, foi proposto um questionário a professores e professoras de História que atuam na Educação Básica, com intuito de compreender suas percepções ao abordarem o conteúdo escolar ditadura e a percepção que os estudantes apresentam sobre o tema. A quantidade de percepções falseadas encontradas entre o público estudantil, relatadas pelos docentes, é espantosa. Constatei, assim, que há algumas ‘memórias falseadas’, muitas vezes insufladas pelos ‘achismos’ digitais, que permeiam o senso comum de estudantes, sem respaldo algum na historiografia nacional bem como nos próprios livros didáticos que, mesmo ao retratarem linearmente o período da Ditadura civil-militar apenas como uma sucessão de generais que governaram o país, não alimentam a perspectiva de que esse período não tenha sido uma ditadura ou que fora “necessário” para o país.

Dessa maneira, vejo como necessário que, entre tantas outras demandas, a escola e o(a) professor(a) de história possuam uma compreensão do fenômeno do negacionismo no tempo presente. Abordar como esse negacionismo vem sendo percebido/absorvido, na sociedade e nas aulas de história é, cada vez mais, necessário, pois colabora na (des)construção da memória escolar, principalmente, sobre temas sensíveis do nosso passado recente, como é o caso da Ditadura Civil-Militar Brasileira.

Assim, implica-me buscar compreender como a temática escolar Ditadura Civil-Militar vem sendo abordada em sala de aula e se colabora ou não para uma educação histórica que contribua com a superação de autoritarismos, violências, censuras e sustente o ideal de uma sociedade tolerante à pluralidade de ideias, culturas e instituições pautadas em valores democráticos e, sobretudo, respeito à vida humana.

“Professora, nunca teve ditadura no Brasil!”

Nem sempre fui envolvida por essa questão específica. Em sala de aula há 20 anos⁷, a maior parte enredada pela atuação no Ensino Médio e no Ensino de Jovens e Adultos - EJA, minha trajetória docente é cingida pela preocupação em fazer desta um espaço de acesso à leitura e ao conhecimento histórico. A reflexão, o diálogo, a crítica histórica, objetivos implicados ao próprio Ensino de História e presentes em cada planejamento, foram se tornando, eles mesmos, os ensejos de minha realização enquanto docente e, com o tempo, mesmo atuando em outro campo profissional, não me via mais fora do fazer/acontecer da sala de aula, tendo o ensinar História como motivador, ainda que as decepções e combates na carreira docente sejam tantas que mereçam uma dissertação específica.

Embora saibamos que aulas diferentes e inovadoras, com abordagens metodológicas, reflexivas e arrojadas, infelizmente, não são uma realidade escolar cotidiana do ensino de História no Brasil, nem mesmo na minha prática ordinária, sabemos também que a sala de aula é o espaço das possibilidades de aprendizagens e que, nelas se promovem o fazer/ensinar/acontecer do cotidiano escolar e que, vez ou outra, torna-se um dos mais fascinantes lugares de se atuar como docente.

É nesse contexto que algumas temáticas se tornam mais “relevantes” do que outras, em nossa relação com os conteúdos programáticos. Assim, sempre fiz questão de “cumprir” a temática Ditadura no Brasil dentro do compromisso letivo. Abordar o período e deixar claro o desencadeamento do Golpe das forças armadas do país, a promulgação dos Atos Institucionais e o que representaram, bem como os governos de Castelo Branco a Figueiredo, a quebra da ordem democrática por falta das eleições, as repressões e violências que se seguiram, exemplificando casos de tortura, desaparecimentos – geralmente embasando-me nos depoimentos do livro *Brasil Nunca Mais* -, as campanhas das Diretas Já e a reabertura política (ainda que banhada de autoritarismo que se seguiu, apresentar atividades de análise, conceituais, múltipla escolha, dialogar, fazer correções...) tudo isso, fez parte do cotidiano, entre tantas outras temáticas, ao longo da atuação no ensino escolar.

Mas, em 2018, vivi um momento em sala de aula, dentre outros, que me impactou e me fez refletir sobre a linearidade das minhas narrativas, do peso da rotina em minha atuação docente e, posteriormente, sobre como devemos combater as práticas negacionistas, quando um aluno do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) de uns 40 e poucos anos, travou um embate comigo,

⁷ Graduei-me em 2002, pela UFU e comecei atuando nos cursinhos populares naquele mesmo ano. Passei pela rede privada e há 17 anos atuo como Professora de Educação Básica na Escola Estadual Antônio Thomaz Ferreira de Rezende em Uberlândia, vinculada à Secretaria de Educação de Minas Gerais.

negando veementemente a existência do Golpe Militar brasileiro, ocorrido em 31 de Março de 1964, afirmando “com todas as letras” que todo o contexto histórico da Ditadura Civil-Militar no Brasil é uma mentira, que nunca aconteceu torturas ou ditadura no Brasil.

Mesmo não sendo a temática principal daquela aula, por mais que eu tenha discorrido sobre a conjuntura do golpe, os Atos Institucionais, cerceamento da liberdade de expressão, repressão e torturas, etc., não me fiz entender e não consegui sensibilizar sua maneira de pensar. Seu tom agressivo e debochado de se portar perante minha narrativa, negando repetidamente, a Ditadura Civil-Militar no Brasil, fez-me passar mal naquela noite, após a aula. Com náuseas e dor de cabeça, sequer consegui lecionar o terceiro horário. Recordo, ainda que vários dos demais estudantes debocharam, quando citei casos de tortura e retirada de direitos dos cidadãos brasileiros.

Não foi a primeira vez que debates com especulações negacionistas ocorreram em minhas aulas, o que levava, geralmente, a uma problematização e a um saudável debate. Contudo, o indeferimento ao diálogo e a ênfase dada pelo aluno à sua visão negacionista me deixaram perplexa e enjoada. Aquela aula ficou marcada para mim.

Não sendo razoável o episódio em sala de aula, em 2019, nós, brasileiros, convivemos com a chegada ao cargo presidencial de um saudosista da Ditadura de 1964, Jair Bolsonaro. Por meio de discursos e práticas políticas negligentes quanto ao ofício que ocupa e ao dever de Democracia inerente ao cargo, visou institucionalizar o negacionismo histórico sobre o período, disputando verdades históricas, e não poupou oportunidades de elogiar torturadores, aludir o 31/março/1964 em comemoração, desfazer reparações a anistiados e ainda, adepto da tese do anticomunismo que é, buscou relativizar os feitos do período como sendo “grandiosos” e heroicos”, banalizando crimes, transgressões aos Direitos Humanos, práticas essas que cingem sua carreira política de longa data. Contudo, como professora de História que sou, foi estarrecedor acompanhar essas condutas na cena pública, balizadas por um regime democrático e constitucional, advindas do presidente da república.

A partir daí, a inquietação em relação ao negacionismo passou a me incomodar ainda mais. Como levar o estudante a questionar e discernir sobre uma dimensão cada vez maior de informações verdadeiras, mas também falsas, sobre a História, disponíveis na internet, noticiadas em canais diversos como a própria televisão, perfis de redes sociais e canais do YouTube? Da mesma forma que suas pesquisas foram realizadas na web sobre o tema da Ditadura Civil-Militar, de maneira rápida, prática e até prazerosa, como operar que esse mesmo estudante tenha o senso crítico apurado a ponto de distinguir a informação correta e o dado

falso, tão relativos na web, quando o assunto é conhecimento histórico? A quem compete a tarefa de oportunizar essa distinção? À escola e ao professor de História?

Quais são as memórias coletivas construídas a partir das informações coletadas num clique no Google? Como organizar, em etapas de compreensão e produção, um conhecimento da temática, que consiga fazer com que o estudante tenha compreensão histórica do tema proposto, a ponto de saber discernir a diferença entre uma notícia falsa ou um meme engraçado, mas historicamente incorreto? Questões inquietantes e que constituem nosso desafio enquanto professores(as)...

Nas aulas, percebo a turma dividir-se, quando o tema esbarra no contexto político atual, com recorrentes dúvidas e reinterpretação negativa de fatos comprovadamente históricos. Uma tensão se instala entre a narrativa do(a) professor(a) e o forjamento de discursos fundados na negação do conhecimento científico e da objetividade dos saberes escolares. Contudo, o afastamento do debate histórico não pode ser atitude do professor de História. Não por muito tempo, haja vista que uma boa aula de História deve aguçar a curiosidade crítica em nossos estudantes. Sendo assim, como combater essa conjuntura negacionista? Estudando e compreendendo melhor nosso momento histórico atual? Sim. Essas inquietações resultaram nessa pesquisa.

Assim, para fins didáticos, busquei compreender o fenômeno e o conceito negacionismo, bem como o que seriam as Fake News históricas e como operacionalizar esses conceitos na prática docente. A pergunta recorrente é, já que no século XXI não se acaba com as Fake News: como trabalhar e combatê-las nas aulas de História? Na atualidade, é uma demanda da Historiografia e do Ensino de História, refletir sobre o papel do professor de História frente às abordagens dos discursos negacionistas/revisionistas em sala de aula, e de que maneira metodológica, o professor “desfaz” o negacionismo em seu dia a dia no contexto escolar, nas redes sociais, nas reuniões familiares... O caminho perpassa em propor aos estudantes uma investigação indiciária das Fake News históricas sobre a temática Ditadura civil militar brasileira, levando em consideração o contexto amplo da internet.

Os conceitos

Nesta perspectiva, a contemporaneidade é dinâmica e nos coloca uma série de desafios enquanto profissionais do saber histórico. Esta pesquisa partiu de alguns pressupostos e definições iniciais, cujo uso em sala de aula são potenciais e compõem as discussões historiográficas aqui costuradas:

- Fake News: notícias falsas – entendidas como mentiras espalhadas por meios de comunicação diversos - sempre estiveram presente na História - e na atualidade estão potencializadas pelo uso de redes de compartilhamento digital, destacando-se no Brasil o aplicativo WhatsApp, e as redes sociais Facebook e Instagram.
- Meme: uma unidade mínima de informação que viraliza na internet e pode ser produzida a partir de uma imagem, vídeo ou texto. Os memes estão por todos os cantos da rede, disseminando-se por meio de imagens de animais fofinhos, ícones da cultura pop, frases de efeito e altas doses de humor debochado, irônico e aparentemente inocente⁸.
- Negacionismo: narrativas históricas do passado, construídas no presente, que desconsideram embasamentos metodológico-científicos; falseamento de fatos históricos já consolidados pela historiografia; indeferimento ao conhecimento epistemológico de alguns temas históricos, baseado em ‘achismos’, uso exacerbado de defesas ideológicas de pontos de vista sobre eventos históricos e mentiras com uso intencional e político. O negacionismo ocorre quando há a tentativa de negar fatos que já estão amplamente documentados.⁹
- Pós-verdades: a verdade científica, objetiva e/ou factual perde sua importância na disputa de narrativas. As pessoas passam a escolher no que acreditar, movidas por emoções ou crenças. São opiniões ou mentiras compartilhadas e acreditadas, sem nenhum juízo de verdade ou fontes.¹⁰

Debruçarmo-nos nesses conceitos e em seus usos faz parte do contexto de ações para refletirmos em sala de aula sobre como nossos estudantes “se pensam historicamente” e também pela manutenção dos direitos democráticos, tão ameaçados ultimamente. Afinal, a despeito das competências da BNCC, desenvolver o senso crítico do estudante ainda faz parte de nossos pleitos enquanto professores(as). Dialogar com o Negacionismo histórico - conceituado aqui como sendo o falseamento do passado, de acordo com as intencionalidades do presente - e a história pública são objetos diretos desse trabalho, haja vista sua relevância na busca pela elucidação de algumas dessas questões apresentadas.

⁸ VITÓRIA, Bárbara Zacher Sobre memes e mimimi: Letramento histórico e midiático no contexto do conservadorismo e intolerância nas redes sociais / Bárbara Zacher Vitória; orientador, Alexandre Busko Valim, 2019.

⁹ Conceito embasado nas leituras de Pierre Vidal-Naquet, Fernando Nicolazzi, Sônia Meneses, Mateus Pereira, Marcos Napolitano, dentre outros, todos referenciados ao longo do trabalho.

¹⁰ Veja: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/pos-verdade> (acessado em 8/11/2021).

Esta pesquisa se concentra no tempo presente pois como aponta Gomes, “entender o presente seria colocá-lo em relação com o passado, vemos que as temporalidades não estão separadas, passado, presente e as perspectivas para o futuro se misturam. E, assim, conseguirmos compreender os dramas da memória e do esquecimento, do social e cultural, do político e econômico” (GOMES, 2020, p.61). No entanto, é tarefa cuidadosa trabalhar com o tempo contemporâneo, pois um dos princípios da história do tempo presente é que o historiador está muito próximo do objeto a ser estudado, exigindo deste, uma análise mais criteriosa. As historiadoras Lucilia de A. N. Delgado e Marieta de Moraes Ferreira assinalam que

Na verdade, o tempo presente refere-se a um passado atual ou em permanente processo de atualização. Está inscrito nas experiências analisadas e intervém nas projeções de futuro elaboradas por sujeitos ou comunidades. Nesse sentido, o regime de historicidade do tempo presente é bastante peculiar e inclui diferentes dimensões, tais como: processo histórico marcado por experiências ainda vivas, com tensões e repercussões de curto prazo; um sentido de tempo provisório, com simbiose entre memória e história; sujeitos históricos ainda vivos e ativos; produção de fontes históricas inseridas nos processos de transformação em curso; temporalidade em curso próximo ou contíguo ao da pesquisa (2013, p. 25).

É na esteira do contexto político atual que as falsificações históricas chegam à sala de aula. Com a história presente, é possível investigar estas novas fontes, relacionar os novos usos da memória social e da história em torno da temática Ditadura Civil-Militar no Brasil. Ela nos permitirá realizar uma reflexão sobre os novos possíveis caminhos para o ensino de história em tempos de mudanças metodológicas midiáticas/digitais que “pulam” o muro da escola com a destreza do sinal do Wi-Fi e encontra a nós professores, assustados e despreparados. Mas devemos melhorar esse cenário.

A pandemia de covid-19 e suas implicações no presentismo

Em dezembro de 2019, a notícia da descoberta de um vírus gripal da família dos coronavírus, que atacava as vias respiratórias e poderia levar à morte ganhou os noticiários mundiais. A doença alcançou o mundo e resultou numa quebra de rotinas sociais há muito não sentida no contemporâneo.

Descoberto na cidade de Wuhan – China, o vírus SARS-Cov-2, pode provocar insuficiência respiratória, gripes, dores de garganta, pneumonia, e tem um alto poder de

contágio que ocorre por meio de gotículas de saliva, tosse, contato pessoal, espirro¹¹, etc. A doença, batizada de Covid-19, alastrou-se pelo mundo rapidamente, fazendo milhões de vítimas, entre pessoas adoecidas e que vieram a falecer¹². Foi classificada como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde e os primeiros casos no Brasil foram descobertos no final de fevereiro de 2020. Já em 18 de Março de 2020, todas as atividades estudantis, dentre outras, foram suspensas por conta da gravidade da doença e do alto risco de contágio através das atividades desenvolvidas de forma coletiva ou que demandam aglomeração de pessoas em um espaço fechado como uma sala de aula, por exemplo.

Dessa forma, as autoridades públicas dividiram-se entre os que buscaram gerenciar a pandemia - com medidas sanitárias restritivas e uso obrigatório de máscaras, fechamento do comércio, deslocamento de recursos financeiros para abertura de leitos hospitalares, campanhas de conscientização e boletins diários do status da pandemia - e os que negaram a sua gravidade e se recusaram a tomar medidas restritivas de contenção da disseminação do vírus¹³.

O caos mundial que se instalou nas redes de saúde, as consequências de empobrecimento e fome que foi visto e sentido pela população pobre e vulnerável, a total paralização de alguns setores da economia, e os discursos das autoridades públicas, toda essa conjuntura foi acompanhada e narrada pela imprensa mundial, que se debruçou sobre a cobertura da pandemia. Mas, simultaneamente, acompanhamos uma profusão de notícias falsas, especulativas e falseadoras da doença, que exigiu da sociedade, lidar com a enfermidade e ao mesmo tempo, com as mentiras sobre ela.

A pandemia de Covid-19 provocou muito medo do contágio, como também, muita dor e tristeza nas famílias que lidaram com o luto repentino de seus parentes. Afetou diretamente toda a rotina coletiva e individual da sociedade no biênio. Convivemos, ainda, com o negacionismo do presidente, que não acreditou na gravidade da doença, não conduziu os trabalhos para conter seu avanço, tampouco se solidarizou com as famílias das vítimas. Assistimos, com certo estarecimento, diversas declarações de antipatia do senhor Jair sobre a doença e seu número de mortos e vimos instalar-se, ainda, uma guerra política entre governo federal e os governadores que buscaram soluções para minimizar os impactos provocados pela Covid-19, principalmente na questão das medidas de isolamento social como fechamento dos

¹¹ <https://bvsmis.saude.gov.br/novo-coronavirus-covid-19-informacoes-basicas/> (acessado em 01/11/2021)

¹² Em 31 de outubro de 2021, tínhamos o registro oficial de 247.140.208 milhões de casos e 5.006.081 milhões de mortes causadas em decorrência da Covid-19. <https://ourworldindata.org/coronavirus-data>. (acessado em 02/11/2021).

¹³ Declarações do presidente Jair Bolsonaro, banalizando a pandemia causaram perplexidade nos brasileiros. A falta de empatia e de ações públicas voltadas à minimização dos efeitos dolorosos da pandemia foram uma constante da atuação ou da falta dela, do mandatário da nação durante todo esse dramático momento histórico.

estabelecimentos comerciais, ou lockdown de cidades, cuja disseminação se contágio se encontrava descontrolada.

Nesse cenário, com o isolamento social, as atividades na área da educação, num primeiro momento foram suspensas, para depois migrarem para o ensino remoto por meio do intenso uso das plataformas digitais. François Hartog, em artigo do final de março/2020, retratou-nos como a relação com o tempo do presentismo vai se conjecturar ainda mais acelerado, pois passamos a viver não só o "tempo da pandemia", mas também o "tempo do confinamento". E nessa vivência, a conectividade se torna o baluarte das relações cotidianas, tanto do trabalho, quanto da sociabilidade:

(...) a tecnologia atual transformou profundamente o seu significado espacial e, permitindo transpor a fronteira – com o teletrabalho, o tele-ensino, a teleconsulta, toda uma “telessociabilidade”, se não uma telessociedade –, ela acelera nossa mutação digital.(...) No mais, o confinamento não fez desvanecer o presentismo ambiente, mas, antes de tudo, o reforçou. Trata-se, de fato, de um confinamento conectado, não tanto de um retiro solitário. Toda a tecnologia está aí: nós podemos fazer um tour pelo mundo sem sair de nosso quarto, partilhar aperitivos pelo WhatsApp com todos os nossos amigos, ouvir um concerto em Viena ou em Berlim, ler durante horas a fio na BNF2, seguir a cada instante o que está acontecendo. Ver tudo, ouvir tudo, estar presente em tudo, falta apenas a presença. (2020, p. 55)

Mas se por um lado vivemos essa telessociabilidade, por outro, Hartog também apontou o que a pandemia escancarou: os que não estão conectados. A pobreza digital e a luta pela sobrevivência diária de milhares de pessoas geraram notícias de telejornais e sites no dia a dia da cobertura pandêmica:

Há, contudo, outro confinamento, o de todos aqueles que não estão conectados ou daqueles cujo normal é o das redes sociais. A fratura digital atravessa também o confinamento e as relações com tempo que ele induz, inclusive as recusas ou as negações daqueles que apontamos como os “recalcitrantes” do confinamento. (...) Enfim, há aqueles e aquelas que, estando oficialmente sob o regime do confinamento, devem trabalhar efetivamente.(2020, p. 54)

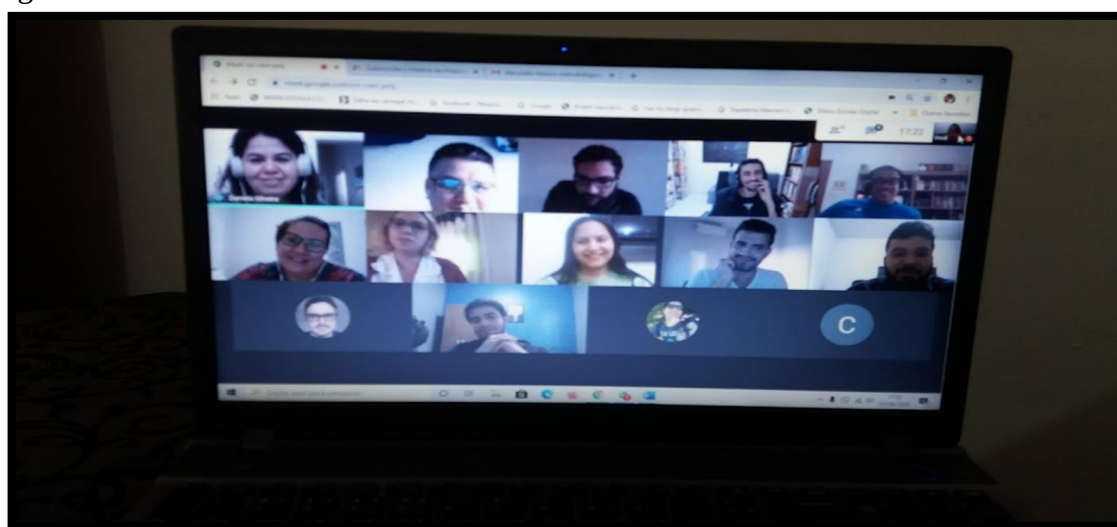
Foi, portanto, nesse paradigma de temporalidade que a Secretaria de Educação de Minas Gerais, à qual me encontro vinculada profissionalmente, reorganizou-se para oferecer as aulas remotas aos estudantes: disponibilizou tele aulas por meio da Rede Minas de TV, através do programa “Se liga na Educação”, disponibilizou o website www.estudeemcasa.mg.gov.br, implantou o uso uniforme dos Planos de Ensino Tutorado – os PETs – que são apostilas de todas as áreas do ensino confeccionadas por uma equipe da própria Secretaria, para garantia de

um mínimo de aprendizagem remota aos estudantes e viabilizou o aplicativo “Conexão Escola” para o diálogo entre professores(as)-estudantes, tudo implementado por meio de Resoluções e decretos que regulamentaram o REANP – Regime Especial de Atividades Não Presenciais, a partir de abril de 2020. Ainda assim, a despeito de todo aparato tecnológico, como nos lembrou Hartog, a fratura digital entre os estudantes secundaristas se fez sentir no cotidiano escolar virtual. Muitos foram os relatos colhidos da ausência do on-line dos alunos e alunas das redes de ensino.

Já em 2021, em meados de julho, tivemos a adoção do ensino híbrido, à medida que as vacinas foram se mostrando eficazes e a imunização da população foi avançando. Entendo que, no cenário de caos em que nos encontrávamos, devido ao impacto da pandemia, as medidas implementadas foram céleres e importantes, conseguindo nos dar um norte, enquanto educadores, para ampararmos estudantes e familiares tão acometidos pela pandemia e pelo empobrecimento econômico.

Assim, foi nesse contexto de confinamento e telessociabilidade que a primeira turma do ProfHistória/UFU de 2020 desenvolveu suas atividades. Houve apenas um encontro presencial de apresentação dos discentes e docentes, uma palestra de abertura e uma primeira aula com o professor Dr. Amon Pinho, ocorridos nos dias 13 e 14 de março de 2020. As aulas presenciais foram suspensas, para depois de um curto período de indefinições, ser implantado os calendários acadêmicos com atividades síncronas e assíncronas. Nossa primeira disciplina remota foi a construção do projeto de pesquisa, realizado em forma de oficina e ministrada pela professora Dra. Daniela Magalhães da Silveira, em que as primeiras inquietações da pesquisa foram se delineando.

Figura 01 – Aula síncrona – turma ProfHistória/2020 UFU.



Aula síncrona ministrada pela professora Dra. Daniela Magalhães – via plataforma meet - para a primeira turma do Mestrado Profissional de História – UFU/2020 – agosto/2020, acervo pessoal.

Nossa rotina acadêmica e profissional mudou do “analógico” para o digital em poucas semanas. A adaptação aos novos horários, as longas horas em frente a telas de computadores, o uso massivo de redes de comunicação e atendimento via WhatsApp, a aprendizagem de novas ferramentas, a cobrança de relatórios do ensino remoto, a combinação dos papéis sociais – ser professora, discente, mãe de estudante de ensino remoto, dona de casa – em um único ambiente doméstico, compuseram o “novo normal” em que essas reflexões se desenvolveram.

A partir de então, vivemos a intensificação do ensino por plataformas virtuais; desde as participações em lives e encontros das áreas da História e do Ensino de História até a orientação da escrita dessa dissertação, imputando novos desafios e olhares diferentes para toda essa conjuntura.

A organização do trabalho

Essa dissertação conta com três capítulos em que procurei demonstrar como é importante para nós, professores(as) de História, compreender o contexto do negacionismo histórico na conjuntura presente e sua mediação na aprendizagem histórica em sala de aula. Desde o projeto inicial, sucederam-se muitas mudanças.

No primeiro capítulo, procurei historicizar a gênese do Negacionismo no Brasil e conceituar o Negacionismo da Ditadura Civil-Militar brasileira e seus usos na conjuntura política do Brasil entre anos de 2017 e 2021, com apoio teórico da leitura, lives e cursos de importantes historiadores que se debruçam sobre a temática.

Discorrer sobre o papel dos capítulos dos livros didáticos sobre Ditadura civil-militar brasileira e se suas abordagens atuais – muitas vezes lineares - contribuem ou não para a compreensão da memória presente a respeito da Ditadura na sociedade brasileira. Perceber a sala de aula como espaço de História Pública e também espaço de diálogo sobre as Fakes News históricas e o negacionismo presentes na sociedade, muitas vezes por influência direta da internet, constituem o segundo capítulo.

Transcorrer sobre como, didaticamente, os professores(as) podem enfrentar/abordar os negacionismos históricos em sala de aula e, também, apresentar a ferramenta digital elaborada para auxiliar no combate ao negacionismo, compõem os objetivos do terceiro capítulo desse trabalho.

Como produto, o propósito foi elaborar um aplicativo, denominado *Ditadura/1964 – Fontes, fatos e Pessoas* - que tem por finalidade didática, contribuir com a História Pública

brasileira e substancialmente, com os(as) professores(as), na elaboração de suas estratégias e seus planos de aula, ao abordarem a temática Ditadura Civil-Militar de maneiras diversas, optando pelo uso de fontes variadas. Inicialmente a ideia era desenvolver essa ferramenta digital em ampla colaboração com os próprios discentes, num formato de oficina com turmas de terceiros anos do Ensino Médio. Contudo, em decorrência da pandemia e da não presença em sala de aula, a proposta sofreu alterações significativas em seu formato.

O App insere-se, assim, na perspectiva da História Pública, pois o objetivo é que seja uma ferramenta que reúna as mais diversas evidências e fontes históricas a um click do(a) professor(a) e que seja também corroborativo na sugestão de atividades e fontes.

Assim, é com essa referência e não apenas como divulgação do conhecimento histórico, que se desenha essa proposição de apoiar os docentes na tarefa de ensinar a história da Ditadura Civil-Militar brasileira e é com auxílio e usos da própria infoera que seremos combater aos negacionismos da temática na cena pública.

CAPÍTULO I

O NEGACIONISMO NA CONJUNTURA ATUAL

Figura 02 – Meme negacionismo



Fonte: Arquivo pessoal.

1.1 – Infoera, negacionismo e Fake News

O meme acima foi idealizado especialmente para essa dissertação pelo designer Paulo Henrique S. de Oliveira¹⁴ a partir de imagens captadas via pesquisa google. É um copilado de imagens dos principais temas que sofrem negacionismo e são alvo de disputas de narrativas no tempo presente. Tem-se a imagem de Donald Trump e Jair Bolsonaro referenciando os negacionistas. No canto superior direito temos a imagem de crianças fotografadas num campo de concentração, a imagem da entrada de Auschwitz e, abaixo, um tanque de guerra, todas fazendo alusão direta ao **negacionismo do holocausto**¹⁵. Bem ao centro, a cena de um caixão sendo enterrado por um funcionário vestindo roupa especial branca para não se contaminar pela Covid-19 e do lado esquerdo um microscópio e uma pessoa aludindo a cientistas e vacinas, representado o **negacionismo científico** e as mortes provocadas pela pandemia de Covid-19. Na parte inferior, capa do livro “Universally despised” Is my skin the sin? de Dennis Brown¹⁶, retrata um senhor negro expondo marcas de violência em suas costas nua, explicitando a negação universal que ainda se faz do racismo por todo o mundo e seus efeitos nefastos. Ao

¹⁴ Produtor digital e web designer da Wp personalizados ME. Veja: <https://www.instagram.com/p/CS616fJrTPs/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>

¹⁵ <https://revistacult.uol.com.br/home/negacionismo-historico/> e também <https://www.scielo.br/j/rbh/a/mKqygYcGFLmDBCNWmVKJ4gd/?lang=pt>

¹⁶ <https://imusic.br.com/books/9780578979557/dennis-brown-2021-universally-despised-is-my-skin-the-sin-paperback-book>

lado, uma imagem já clássica de uma das manifestações contrárias à Ditadura Civil-Militar de 1964 no Brasil, evidenciando o **negacionismo da ditadura**. Por último, temos a releitura da caricatura de uma figura feminina originalmente encontrada na capa de um podcast do canal Mamilos - B9¹⁷, sobre como nascem os negacionistas - tapando os ouvidos e de olhos fechados, numa postura de indiferença a todas as verdades ali apontadas numa clara referência à pós-verdade.

O meme propõe assim, uma reflexão sobre como, nessa última década, vimos o fenômeno do negacionismo histórico metamorfosear-se e crescer assustadoramente. Alimentado pela desinformação, pelas Fake News, pela banalização da metodologia histórica nas redes sociais, e utilizado de forma amplamente política, foi usado como trampolim importante para o bolsonarismo¹⁸ alastrar-se e alçar-se à presidência da república, conquistando 55,13% dos votos nas eleições presidenciais de 2018, com a vitória do então candidato de extrema-direita, Jair Messias Bolsonaro. Desde sua posse, assistimos a um crescimento significativo das posturas negacionistas de sua parte, enquanto presidente da República, bem como da cúpula que o cerca em seu governo.

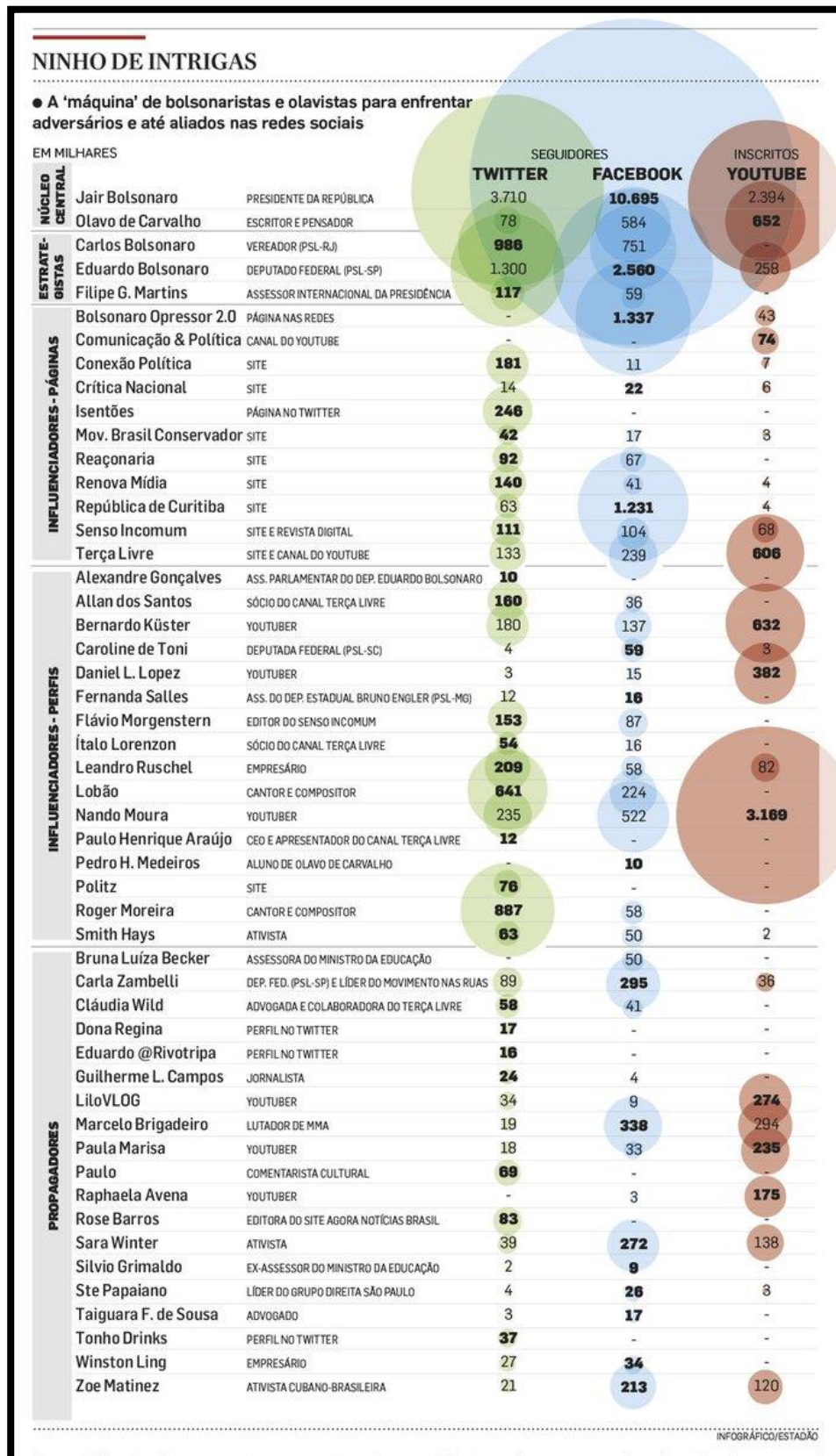
Também, a internet, suas redes sociais, plataformas de vídeos, aplicativos de comunicação instantânea em larga escala constituiu um novo jeito de se fazer campanhas eleitorais e foi/é amplamente utilizada pelo bolsonarismo para estar em constante contato com seus apoiadores/seguidores. Youtube, Facebook, Instagram, WhatsApp, juntamente com as tradicionais redes de TV e rádio, compõem-se como uma atitude nova de se elaborar narrativas históricas sem acuidade alguma com a metodologia epistemológica, e, com usos variados, também se constituem como uma nova forma de se alimentar as convicções políticas maniqueístas, agora não só mais em anos eleitorais, mas a cada instante em que surge uma nova querela em Brasília, surgem instantaneamente também memes, Fakes, narrativas que orquestram o negacionismo em suas novas variadas mutações e perspectivas.

A fonte abaixo exemplifica uma lista de canais e mídias em que temos consubstancializada, a produção e divulgação de informações falsas, distorcidas e/ou manipuladas para desinformar:

¹⁷ <https://www.b9.com.br/shows/mamilos/mamilos-296-como-nascem-os-negacionistas/>

¹⁸ Bolsonarismo – movimento de extrema direita liderado pela família Bolsonaro, de longa participação política no Brasil.

Figura 03 – Infográfico com nomes e páginas de grupos de extrema-direita.



Fonte <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,rede-bolsonarista-jacobina-promove-linchamento-virtual-ate-de-aliados,70002758175> (acessado em 02/11/2021)

É um infográfico publicado no jornal Estadão, em março de 2019. A reportagem intitulada “Rede bolsonarista ‘jacobina’ promove linchamento virtual até de aliados”¹⁹, mostra-nos como se portam as milícias digitais da extrema direita, como seus apoiadores estão prontos para a defesa do bolsonarismo e o ataque virtual em redes de Fakes News e a difamação dos considerados “inimigos”. Mais do que isso, apresenta-nos um conjunto de sites, personagens, redes sociais que colaboram para disparar mentiras sobre pessoas e movimentos históricos. O número de seguidores, em milhares, exhibe-nos a espantosa dimensão do que se tornou essas inscrições fraudulentas digitais. Alguns dos nomes presentes na lista, tais como Allan dos Santos, Sara Winter, Winston Ling, Carla Zambelli, figuram também entre os investigados no chamado Inquérito das Fake News²⁰, aberto pelo Supremo Tribunal Federal em 2020 e são acusados de dispararem Fake News em massa, por meio de redes sociais e aplicativos de comunicação, bem como, ofensas a membros do STF.

Notícia bastante comentada no Facebook e no Twitter, quando da sua publicação, permite-nos refletir o negacionismo atual como produto político e intrinsecamente articulado com a rede de propagação de Fakes News, ligado à ascensão da extrema direita no Brasil. Acontece que as escolas básicas, em suas mais diversas salas de aula não ficaram imunes a toda essa conjuntura de larga influência negacionista digital. O saber escolar, a história escolar e as aulas de história foram/são impactadas diretamente. Os embates sobre as mais variadas temáticas, alvos da retórica da negação - o terraplanismo, a escravidão colonial, a eficácia de vacinas, a ida do homem à lua, o aquecimento global, a existência de câmeras de gás em Auschwitz, o golpe de 1964 e a Ditadura Civil-Militar de 1964 a 1985 do século XX, etc. - encontram docentes despreparados para lidar com o indeferimento de seus saberes científicos e sua voz de professor. O meme, a notícia falsa do Instagram, o link do WhatsApp, tem efeito de mais veracidade que a própria narrativa dos docentes, que, muitas vezes, não conseguem fazer frente às pós-verdades digitais.

Segundo Bruno Leal (2021), as notícias falsas possuem uma longa data na História. Estão presentes desde a antiguidade, passando pela condenação moral em várias passagens da bíblia e fazendo história em editoriais jornalísticos na modernidade. Mas é na atualidade que as mentiras e distorções factuais ganham novas roupagens e possuem maior “poder e influência” (p. 159). As Fake News são,

¹⁹ Fonte <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,rede-bolsonarista-jacobina-promove-linchamento-virtual-ate-de-aliados,70002758175> (acessado em 02/11/2021).

²⁰ https://pt.wikipedia.org/wiki/Inqu%C3%A9rito_das_Fake_News (acessado em 02/11/2021)

propagadas mais rapidamente que qualquer vírus já conhecido, as Fake News, ou notícias falsas, em bom português, se tornaram um dos mais importantes fenômenos políticos e sociais de nosso tempo, desafiando democracias e o conhecimento científico. Elas têm sido muito comuns no campo da saúde, mas estão presentes em todos os meios. Na política, costumam florescer em anos eleitorais. Nas eleições brasileiras de 2018, por exemplo, grupos de extrema direita – e suspeita-se também de candidatos e partidos políticos – estiveram por trás de campanhas ilegais de disparo de Fake news. (LEAL, 2021, p. 148)

Fake News e negacionismo, portanto, são fenômenos interligados e intrínsecos à infoera em nosso presente, com propósitos políticos e intencionalidades bem determinadas no tempo e espaço. Não há ingenuidade em disparos de memes negacionistas e/ou Fake News históricas.

Assim, dentre esses e outros negacionismos supra dimensionados na era digital, do acesso rápido às (des)informações e das redes sociais da infoera, com a escalada de uma ordem política de extrema direita, temos, no Brasil, uma conjuntura educacional/social de negação explícita do fato histórico da Ditadura Civil-Militar Brasileira. Essa negação da ditadura, iniciada em 1964, serviu de trampolim político para Jair M. Bolsonaro. Capitão reformado do exército, ao conhecermos um pouco sua trajetória política, vimos que, de longa data faz apologia à Ditadura Civil-Militar, sempre indiferente aos horrores políticos e crimes cometidos pelo Estado, como exemplificado pela imagem abaixo, em que demonstra seu apreço pelas comemorações da implantação da Ditadura no país, com narrativa parcial e negacionista quanto à maneira autoritária e violenta que esses generais se mantiveram à margem de preceitos democráticos, impondo à sociedade brasileira autoritarismo, censura, arrocho salarial para classes trabalhadoras, cólera contra os grupos que ousaram enfrentar a violência.

Figura 04: Deputado Federal Jair Bolsonaro – apologia à Ditadura.



<https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/oito-vezes-em-que-bolsonaro-defendeu-golpe-de-64-24949762> (acessado em 29/10/2021)

De frente ao Palácio do Planalto, a imagem de abril de 2015, Jair Bolsonaro, Deputado Federal na ocasião, comemora os 51 anos da Ditadura Civil-Militar, com uma faixa em que se lê: “Parabéns Militares – 31 / Março /64 – graças a vocês o Brasil não é Cuba”. Essa imagem insere-se na conjuntura do acirramento das disputas pelo passado que tomaram conta do país entre os anos de 2013/2014, perpassam pelo Golpe de 2016 que derrubou a Presidenta Dilma Roussef e culminam com a vitória do bolsonarismo nas eleições presidenciais de 2018. É esse período que aponta como a disputa pela memória da Ditadura instaurada, em 1964, o qual chegou nas salas de aula e se confronta com o discurso da verdade epistêmica, enunciada pelos(as) professores(as). Apoiada em Carolina Bauer, Juliana Balestra (2016, p. 250) nos diz que essa disputa pelo passado fragiliza nossa democracia:

Em 2015, mais do que comemorar a “Revolução de 64”, centenas de pessoas que participaram das manifestações contra o governo do país pediram a “volta” da ditadura militar. Como lembrou Bauer (2015), paradoxalmente, a data escolhida para as manifestações – 15 de março – marcava os exatos 30 anos de retorno à democracia, caso se considere o ano de 1985 e a posse de José Sarney como marcos democráticos no processo de transição política. O fato curioso é que elas contaram com a participação de jovens e adultos que não viveram a fase adulta durante o período, o que revela como estão as

disputas sobre esse passado no país e dão a exata medida da fragilidade da nossa democracia.

Defensor de atos de comemoração do Golpe de 1964, Jair Bolsonaro, em abril de 2019, já como presidente, negou via correspondência²¹ enviada à ONU, a ocorrência do Golpe de Estado no Brasil e considera legítimo que se realize comemorações nos quartéis por ocasião da data, sem levar em consideração a condenação ética e moral das ditaduras latinas que imputaram dor e sofrimento às vítimas e a seus familiares que padeceram perante prisões, torturas e desaparecimentos. Pelo contrário, a partir de 2019, usou o aparato democrático brasileiro - reestruturado pós Constituição/1988 - para buscar institucionalizar atos nomeados nessa pesquisa como falseamentos do tratamento epistemológico, tanto do saber histórico escolar quanto da historiografia nacional. De acordo com Ariel Chexes Batista (2021), Jair Bolsonaro procurou transformar sua idolatria à Ditadura em “política de governo” em diversos acontecimentos durante o primeiro ano de seu governo. Ele analisa em seu trabalho, oito momentos em que tanto o presidente quanto membros de seu governo se apropriaram do passado e descartaram a metodologia científica do trabalho da historiografia nacional, ao proferirem suas pós-verdades sobre o período da Ditadura Civil-Militar Brasileira. O ano eleitoral de 2018 marca o acirramento das negações e disputas de narrativas. Crescem os discursos de desqualificação das ciências humanas, dos historiadores e professores(as). Esses “deixam” de ser autoridades das verdades históricas. ‘Achismos’, opiniões, meias e pós-verdades ganham ainda mais relevância na cena pública.

Esse mote se agrava quando temos a veiculação do filme *1964 – O Brasil entre armas e livros*. Obra claramente negacionista, os professores passam a disputar suas narrativas com as informações distorcidas e negacionistas apresentadas na versão do filme. Com pouco mais de duas horas, o filme é uma obra de falseamento, bem produzido, da História do período da Ditadura civil militar no Brasil. Lançado em 2019, pelo canal e empresa Brasil Paralelo²², seu material e enredo vão ao encontro com o momento de crescimento da extrema-direita no Brasil e alimentam de maneira veemente a indústria do anticomunismo no Brasil. A intenção clara do trabalho é justificar como necessário o Golpe de 1964 e inocentar os envolvidos. Com uso bem

²¹ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47818978> (acessado em 29/10/2021).

²² A Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A, mais conhecida por seu nome fantasia Brasil Paralelo, é uma empresa brasileira fundada em 2016, em Porto Alegre, que produz material audiovisual negacionista, com viés da direita conservadora sobre política, história e temas da atualidade, definindo-se como empresa de educação sem “ideologização”. <https://www.brasilparalelo.com.br/sobre> (acessado em 02/11/2021)

construído das imagens de época e da narrativa, entendo que facilmente convence os expectadores leigos da mensagem que pretende passar. Com imagens trabalhadas por diversos efeitos tecnológicos, vivo efeito de sonoplastia e uma intensa narrativa, decorre um bom tempo explicando o contexto da Guerra Fria entre EUA e URSS. Sem conceituar “Comunismo” em momento algum, sem citar seus teóricos, emprega as palavras “doutrina”, “terror vermelho” e “ditadura totalitária” para descrever a Revolução russa de 1917 e os objetivos de dominação do mundo pelos “vermelhos”, enquanto descreve os EUA como economia liberal e de mercado com “valores cristãos”. No contexto da corrida armamentista, descreve os efeitos de uma bomba atômica da União Soviética, mas não cita o poderio atômico estadunidense. Narra unilateralmente como se deu a construção da espionagem da KGB, mas não cita o serviço secreto dos EUA uma única vez.

O filme todo é um exemplo do que os historiadores públicos não devem fazer ao atuar na esfera pública. É um desserviço à ciência histórica brasileira, bem como à sociedade também. As fontes são manipuladas, alguns entrevistados aparecem sem identificação de quem são. Discorre sobre atuação de agentes soviéticos numa conspiração no Brasil, mas não cita o nome de nenhum desses agentes, não descrevendo quem eram, como aqui se instalaram e atuaram no cenário brasileiro. Narra que um pesquisador brasileiro descobriu documentos na República Tcheca, que comprovariam a trama para se instalar o regime comunista no Brasil. Os documentos vão aparecendo sem nenhuma tradução ou indicação do que são, enquanto os entrevistados vão narrando o que era a STB e o que foi encontrado sobre a atuação comunista no Brasil, afirmando que, com a Revolução vermelha cubana, o comunismo estava mais próximo de sua instalação na América e no Brasil, e que o projeto já estava em andamento com a construção de Brasília, como projeto esquerdista de poder.

Distorce todo o contexto histórico dos anos 1950 até chegar no 31 de março de 64. Com destreza na manipulação das imagens, menciona fontes dos eventos, mas não as mostra. Constrói a narrativa de que João Goulart era o caminho para instauração do ‘regime vermelho’ no Brasil, nomeia manifestantes de subordinados, acusa o discurso de João Goulart de não ser democrático. Mais adiante descrevem os eventos de 31 de Março como apoiados pela população, citando a união dos grandes meios de comunicação a favor do golpe, como necessário para que o país não caminhasse rumo à Havana e falam que apenas tecnicamente foi um golpe de Estado. Chama de vanguarda os militares que aceitaram governar a nação, descrevendo os governos como tecnocratas que vieram para organizar o país, apenas com a chancela do congresso e demais instituições. Justifica a repressão e a violência como necessárias para o combate aos “terroristas” que já atuavam no país mesmo antes de 1964. Não

trata das torturas, dos presos políticos mortos ou desaparecidos. Trata o Ato Institucional como política de reação à caça aos terroristas vermelhos.

O filme é, ele todo, uma desconstrução dos fatos históricos e temas da ditadura já consagrados pela historiografia acadêmica nacional e realiza essa desconstrução de maneira bem produzida. É a versão falseada para os fundamentalistas de direita extrema, mas que faz muito estrago histórico numa sociedade com letramento histórico tão carente como a nossa. O velho e exacerbado anticomunismo com produção cinematográfica, reforçando a memória coletiva do medo do que não se conhece.

Sendo um artefato em cena pública, que disputa status de divulgação histórica com o saber historiográfico nacional, requer de nós um complexo trabalho de enfrentamento e desconstrução metodológica dos falseamentos nele apresentados, que demanda uma dissertação própria para tal feito. Tratar esse objeto da cena pública como exemplo de fonte negacionista/ideológica e operar de maneira historiográfica com seu vulto de verdadeiro, torna-se imperioso. É notório o falseamento nos discursos narrativos e a manipulação das pretensas fontes com intuito único de legitimar o período da ditadura civil militar como lícito e necessário. Não é a História paralela do Brasil, mas a História de uma classe política/econômica que se faz valer do capitalismo liberal para se perpetuar como hegemônica nesse país, ainda que, com novos rostos.

Esse cenário piora, portanto, se considerarmos que completamos dez anos da instauração das Comissões da Verdade em 2011 (a nível federal e estadual), e, mesmo após a produção de seus relatórios, apuração de documentos e toda a bibliografia já produzida acerca da temática, vivenciamos exemplos institucionais do indeferimento da Ditadura Civil-Militar como fato incontestado. Os horrores narrados nos relatórios das comissões não surtiram efeito na memória coletiva. O negacionismo da temática avança sobre o saber escolar. Haveria uma política institucionalista, nos tempos atuais, no contexto em que vivemos da pandemia de covid-19, com os governos de extrema direita na disseminação e expansão dos negacionismos e charlatanismos também nos conteúdos escolares?

A imagem abaixo é uma das páginas do conteúdo de História, da apostila voltada para o primeiro ano do Ensino Médio, intitulada “Plano de Estudos Tutorados (PET1/2021)” utilizada pela Secretaria de Educação de Minas Gerais, de acordo com a organização do ensino remoto, haja vista a pandemia de Covid-19. Foi um material didático norteador do ensino bimestral nas escolas estaduais mineiras, durante o ano letivo de 2021.

Figura 05 - Texto do PET1/2021

SEMANA 4	
UNIDADE(S) TEMÁTICA(S):	Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946.
OBJETO(S) DE CONHECIMENTO:	O contexto do surgimento do regime militar no Brasil, a partir da década de 1960 e sua relação com os direitos humanos.
HABILIDADE(S):	(EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.
CONTEÚDOS RELACIONADOS:	Governo João Goulart; Reformas de Base; Golpe Militar.
INTERDISCIPLINARIDADE:	Geografia; Sociologia; Ensino Religioso; Artes.

TEMA: Governos Militares no Brasil (1964 a 1985).

Caro(a) estudante: nesta semana você vai relembrar as circunstâncias políticas, nacional e internacionalmente, que levaram à suspensão do período democrático e instauração de governos militares no Brasil, no período de 1964 a 1985.

RECAPITULANDO

Os chamados Governos Militares (1964 a 1985) resultaram de uma insurreição de setores das forças armadas brasileiras contra o governo de João Goulart e suas propostas. Esse presidente vinha propondo transformações estruturais no âmbito político e social do Brasil. Aos olhos dos críticos do governo, tais reformas ofereciam brechas para o comunismo.


Em março de 1964, alguns generais deram o ultimato ao presidente. O então governador do Rio Grande do Sul e também cunhado de Goulart, Leonel Brizola, propôs resistência ao golpe, não aceita por Goulart.

A partir de então, os militares aprovaram o Ato Institucional n. 1 (AI-1), que estabelecia ações preliminares para que o mandato de Goulart fosse completado por um presidente militar, entre outras resoluções. Em 1965, o AI-2, estabeleceu eleições indiretas para presidente e submissão do Congresso Nacional.

Em 1968, o AI-5 foi um "Golpe dentro do Golpe". Esse ato cassou as liberdades individuais e deu vazão a atitudes escancaradamente ditatoriais.

Ao governo de Costa e Silva seguiram-se os de Médici e Geisel, que deram vazão ao nacional-desenvolvimentismo, porém com diferenças na condução política. Médici tinha uma postura "linha-dura" e, em seu governo, as ações de prisão, tortura e combate contra guerrilheiros tornaram-se intensivas. Ernesto Geisel (1974 - 1979) começou um lento processo de abertura democrática que culminou na Lei de Anistia, de 1979. Esse processo foi completado pelo último general-presidente que o Brasil teve, o general Figueiredo. O primeiro presidente civil após o governo dos militares foi Tancredo Neves, eleito indiretamente em 1985. Todavia, ele morreu antes de assumir o cargo. O vice, José Sarney, assumiu o posto. As eleições diretas efetivaram-se em 1989 e culminaram na vitória de Fernando Collor de Mello.

98



EDUCAÇÃO

Nesse texto de revisão de conteúdo do 9º ano, intitulado: “Governos Militares no Brasil (1964 a 1985)”²³, percebemos que há a negativa explícita do uso do termo “ditadura” para descrever o período. O texto transcorra em cinco curtos parágrafos, em que afirma que os governos militares decorreram de uma “insurreição” das forças armadas contra as medidas propostas pelo presidente João Goulart. O termo ditadura não aparece em nenhum trecho do texto – ainda que empregado na descrição da unidade temática e da habilidade a ser desenvolvida a denominação Ditadura civil-militar - que decorre sobre as administrações de Costa e Silva, Médici e Geisel de maneira genérica e cita o AI5 como um “golpe dentro do golpe” que culminou no que chamam de “atitudes ditatoriais”. Não temos a autoria dos textos presentes no documento. A produção e veiculação do documento é de responsabilidade do governo estadual de Minas e sua Secretaria de Educação.

Mesmo considerando que é um curto texto, com objetivo de revisão de conteúdo para o início do ano letivo, apresentado numa apostila no contexto da pandemia Covid-19, confeccionado de maneira mais célere do que os demais produtos didáticos e elaborado para o ensino remoto, fica evidenciada a escolha dos termos a serem empregados para referenciar o período: “suspensão do período democrático e instauração de governos militares no Brasil”. É uma escolha política que implica diferenças de intenção ao se veicular um texto para fins didáticos que descreva o período da Ditadura civil-militar brasileira como um período de “governos militares”. Se considerarmos que os(as) estudantes não tiveram acesso a uma abordagem do tema no espaço físico da sala de aula - sem a aula do(a) professor(a) - o texto contribui com a falsa ideia de normalidade do período, quando a temática é tratada no material didático apenas como “governos militares”.

Num outro exemplo, o termo “Ditadura” foi reprimido em questões do ENEM/2019 e também na edição de 2020. Em 2019, foi criada uma comissão do INEP (Instituto Anísio Teixeira, órgão responsável pela elaboração e aplicação da prova) com o intuito de ajuizar os itens das questões que não constariam nas edições da prova. Segundo matéria publicada pelo Jornal O Globo de fevereiro/2021, houve “recomendação” para que se excluísse o termo “ditadura” e fosse utilizada a expressão “Regime Militar”. A reportagem cita que, cerca de sessenta e seis itens sofreram censura da comissão, e tiveram recomendação de não uso nas edições da prova. Os itens de ciências humanas foram julgados e não recomendados, por justificativas como, "leitura direcionada da história", "direcionamento do pensamento" e

²³ Governo de Minas Gerais. Plano de Ensino Tutorado. 1º ano Ensino Médio Regular, v. 1 / 2021. Secretaria Estadual de Educação. p. 98, disponível em <https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br/pets/ensino-medio-2021> (acessado em março/2021).

"interferência desnecessária na soberania de outro país"²⁴. Entre os itens, o termo “ditadura”, segundo a comissão, provocaria polêmicas desnecessárias.

O debate acerca do termo já tem destaque na academia. Contudo, se fizermos uma rápida pesquisa nos livros didáticos e na historiografia, perceberemos facilmente que os dois termos, “ditadura militar” e “regime militar”, aparecem corriqueiramente com sentidos sinônimos nos capítulos dedicados ao evento histórico do golpe militar em Março de 1964 e ao processo histórico da ditadura que se seguiu até 1985.

No entanto, quando verificamos o banimento da palavra *ditadura*, esse se torna uma política de governo promovida por órgãos da Educação (MEC, Secretarias Estaduais de educação, livros didáticos), com a censura prévia e intencional da palavra “ditadura” em questões sobre o tema ou em textos didáticos de apostilas editadas por secretarias de educação; haja vista os exemplos acima, temos a clara conformação do negacionismo histórico.

Para evidenciar o uso sinônimo, observe os trechos abaixo, extraídos de textos didáticos dos livros do Ensino Médio da coleção História, assinada por Ronaldo Vainfas e do Oficina da História de Flávio de Campos:

Figura 06: *regime* e *ditadura* com sentidos sinônimos

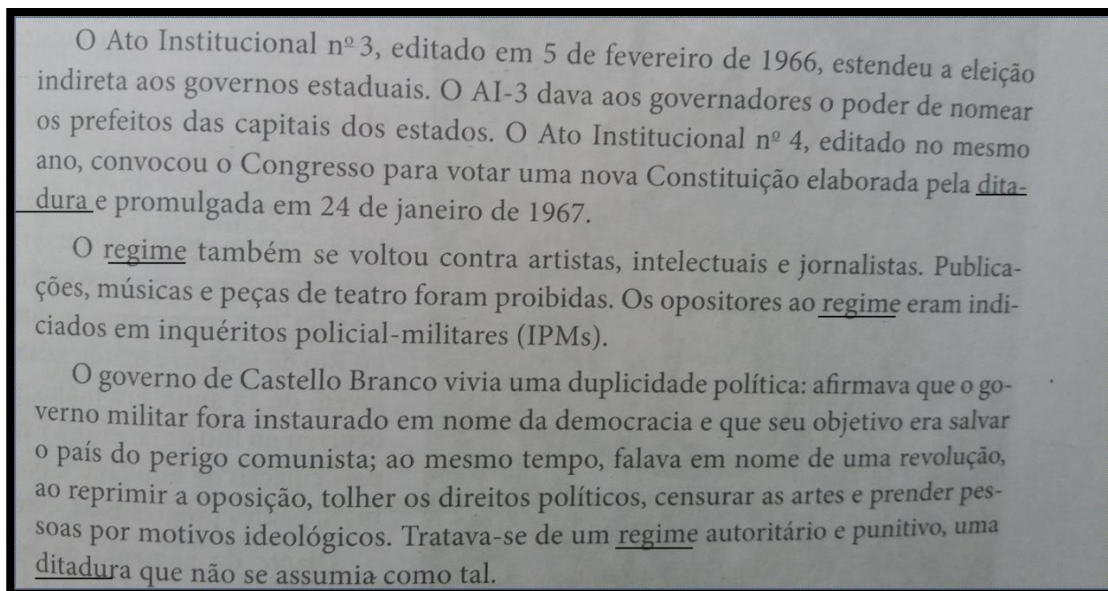


Imagem - VAINFAS, Ronaldo. História 3. Saraiva. 2015. P. 219.

²⁴ <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/02/11/enem-comissao-sugeriu-troca-de-ditadura-por-regime-militar-diz-jornal.htm> (acessado em março/2021).

Figura 07 - *regime* e *ditadura* com sentidos sinônimos

O Estado de Segurança Nacional institucionalizou a tortura, que passou a integrar o cotidiano da luta política no país. Suprimidas as garantias e os direitos civis dos cidadãos, estes se tornaram vulneráveis às violências praticadas pelo Estado em nome da defesa da nação. Transgressor dos direitos humanos, o regime militar permitiu que a nação devorasse seus filhos.

O endurecimento do regime militar com o AI-5 provocou uma profunda alteração na política brasileira. Eliminada a possibilidade da oposição legal e da resistência civil, começou a ganhar corpo a opção pelo confronto militar. Muitos grupos de esquerda, compostos em sua maioria por estudantes e intelectuais, passaram a organizar a **luta armada** como instrumento de oposição à ditadura.

Imagem - CAMPOS, Flávio de. Oficina da História 3. Leya. 2018. p. 196.

Marcos Napolitano usa o termo ‘regime’ no título de seu livro: 1964: História do Regime Militar Brasileiro e não por isso deixa de tratar o período como uma ditadura. Assim, passa a ser intencional que, por meio da manipulação das palavras, o “Regime civil- Militar” deixe de ser estudado pela história escolar, como uma “Ditadura” violenta, repressiva, que chegou ao poder público por meio de um golpe contra um presidente civil que havia sido eleito segundo os parâmetros constitucionais da Carta de 1946 e que, as instituições públicas passaram a ser geridas e controladas pelas forças armadas de maneira coercitiva, violenta e centralizadora. A batalha de memórias chega ao espaço escolar, por meio da troca de palavras e expressões, da manipulação do material didático e pelas censuras impostas pelo MEC.

Temos ainda, a dificuldade da circulação e percepção das memórias da violência infligida por agentes do Estado aos cidadãos brasileiros, presos, torturados e desaparecidos pela violência do regime. Essa falta de memória social coletiva da brutalidade do regime é uma realidade que, a meu ver, precisa ser compreendida e trabalhada pelos docentes. Percebo que os livros didáticos, cada vez menos, levantam essa questão, que será abordada no segundo capítulo. A violência do regime infligida às pessoas que não concordavam com o Estado Militar e foram perseguidas, presas, interrogadas, torturadas, mortas e desaparecidas aparece, cada vez menos, nas abordagens do período nas edições didáticas brasileiras.

Há também a configuração de um cerceamento ao diálogo e à integridade do(a) professor(a) ao se propor a tarefa, numa conjuntura de crescimento do autoritarismo político institucional e da intolerância, praticada desde a busca pela legalização do movimento *escola*

*sem partido*²⁵, e mais acirradamente as tentativas via “barulho digital” e manifestações sociais praticados pelos adeptos do bolsonarismo, que banalizam o evento histórico Ditadura e tratam o saber dos(as) professores(as) como sendo obsoleto e démodé frente ao acesso que se tem, à rede de “pós-saberes” que vão ao encontro a esta corrente ideológica²⁶.

Encontramo-nos num momento de aumento dos ‘achismos’ insuflados pelas organizações sociais de extrema direita em redes sociais, com largo uso de Fake News utilizadas para bombardear a opinião coletiva. Assim, é preciso nos prepararmos, buscando fontes históricas e dialogando sobre temas controversos em sala de aula, que são alvos ordinários do negacionismo histórico, tais como o Golpe de 1964, as censuras impostas, mas principalmente, as torturas praticadas aos presos políticos, o desaparecimento das vítimas, o sofrimento imposto aos familiares. A memória social brasileira deve conhecer esse passado doloroso e não só de ufanismo deve ser alimentada.

Talvez, parte do que vivenciamos em relação à negação da Ditadura Militar no Brasil esteja relacionada ao fato de, enquanto sociedade, termos negligenciado os crimes cometidos, não termos enfrentado os acontecimentos com a devida justeza e clareza sobre as vidas perdidas, as torturas praticadas e, não termos trabalhado, de maneira honesta, a memória sobre esses acontecimentos. Crimes esses que, não tiveram seus algozes investigados e/ou condenados pela justiça brasileira, o que, coopera para a não condenação da Ditadura Civil-Militar na memória social brasileira como período reprovado e que não deve nunca retornar.

Andreas Huyssen (2014) ao procurar evidenciar a importância do esquecimento, tanto quanto da memória, sendo esses intrínsecos um ao outro, mas o esquecimento injustiçado ao longo da história nos apresenta em seu texto “Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público”, dois exemplos de como o esquecimento operou a favor da memória social, sendo um desses, o caso argentino que condenou socialmente a Ditadura Civil-Militar naquele país. O autor demonstrou que, o esquecimento da atuação dos aproximadamente trinta mil mortos/desaparecidos e sua classificação pelo relatório ‘Nunca más’ como vítimas durante a ditadura, assegurou a construção da narrativa de inocência da esquerda insurgente que seria combatida pelas forças golpistas militares e possibilitou tanto o fortalecimento da luta pelos

²⁵ Movimento surgido por volta de 2014, com a transformação das ideias de Miguel Nagib em projetos de lei que objetivam cercear a liberdade de cátedra dos(as) professores(as) em sala de aula, defendendo a neutralidade da atuação dos professores. Veja: <https://www.politize.com.br/escola-sem-partido-entenda-a-polemica/> e também MOURA, Fernanda Pereira de. Escola sem Partido”: relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de História. UFRJ. 2016. <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/174584>

²⁶ Navegar por algumas das páginas e/ou sites referenciados no infográfico produzido pelo Jornal Estadão e reproduzido aqui, nos dimensiona o universo que os achismos, extremismos, ódio ao conhecimento científico, vem produzindo no presente. Fazendo analogia ao termo pós-verdade, os chamo aqui, de pós-saberes.

Direitos Humanos, quanto as condenações dos responsáveis pelo regime, enfraquecendo a “teoria dos dois demônios” (2014, p.162). Para Huyssen, foi o esquecimento proposital do perfil político de quem eram as vítimas do regime que explica o sucesso da memória social de condenação da ditadura na Argentina. Por isso, se debate tanto o holocausto, pois lá, há uma comparação: a ditadura na Argentina entrou para o hall de massacres humanos organizados do século XX. Ainda para o autor, os debates, atualmente, se encontram em um novo patamar de discussão da memória e do esquecimento em que a atuação da esquerda vem sendo buscada. Essa nova etapa poderá garantir maior esclarecimento histórico sobre a ditadura argentina. Ao separar os inocentes e os criminosos, essa memória se tornou a mais bem sucedida entre os casos de ditaduras latino-americanas. Foi tão vitoriosa e importante para a transição à democracia, que foi forte o suficiente, para manter os militares nos quartéis mesmo no momento de crise econômica a partir de 2001.

No Brasil, infelizmente, os movimentos de luta por reparação não conseguiram transpor os efeitos da Lei da Anistia de 1979 e nossa memória pública sobre a Ditadura não possui um consenso, nem mesmo sobre os crimes praticados. Num momento de fragilidade econômica liberal, no ano de 2016, uma presidenta foi deposta e parte dos militares voltaram ao centro do poder político - com a eleição para presidente e vitória da extrema direita em 2018 - por vias democráticas fazendo apologia propagandista à ditadura. Ou seja, não temos uma memória pública consolidada de que a ditadura deve ser condenada moralmente, juridicamente e muito menos politicamente. Ao contrário, encontramos-nos diante de uma conjuntura em que manifestações sociais diversas, tais como, passeatas, memes, vídeos, Fake News, enaltecem os crimes de tortura, desaparecimentos e prisões, realizados durante o Estado militar, como exemplificado na imagem abaixo, em que é possível identificar apoiadores do bolsonarismo, vestidos com camisas de cores verde e amarela, agitando bandeiras do Brasil - a exemplo do extremo nacionalismo, comum em regimes totalitários, que ‘sequestraram’ os símbolos nacionais para representação de seus ideários - com faixas em que se lê os dizeres “AI-5 com Bolsonaro no poder” e “Intervenção militar Já”.

Figura 08 - Manifestação bolsonarista.



<https://static.poder360.com.br/2020/04/manifestacao-bolsonaro-hoje-4.jpg> (acessado em 02/11/2021)

Portanto, essa imagem demonstra que a batalha de memórias está pulsante em nossa atualidade desde a instauração da Comissão da Verdade²⁷, no final de 2012, das manifestações populares de 2013, e a partir de então, vimos emergir uma série de falas e amostras de apoio ao período militar, inclusive com esses tipos de cartazes, solicitando a volta da ditadura, AI5 Já, fechamento do congresso e do STF, o que nos remete questionar: em que momento, as memórias sociais sobre a ditadura passaram a ser positivadas a ponto de sua inscrição estar presente nas manifestações sociais pelo país afora? Manifestações não só em endosso ao presidente eleito, mas apoiando possíveis atos autoritários deste, contra o regime democrático.

²⁷ A Comissão Nacional da Verdade foi um dos passos mais importantes para que uma política de reparação promovida pelo Estado fosse iniciada. Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Veja: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>

1.2 – O Negacionismo na historiografia

Nosso presente aponta para um crescimento de ataques de ‘desqualificação’ da ciência histórica, vista com suspeita e dúvida, sendo alvo de uma enxurrada de falsismos e achismos tratados com valor de verdade, insuflados principalmente pelo “mundo digital” e suas redes sociais, paradoxalmente e justamente quando temos no Brasil a profissão do historiador, finalmente legitimada por força de lei²⁸. O saber acadêmico, a pesquisa, o método, a epistemologia histórica, horas de estudos e preparo dos(as) professores(as) sofrem ofensivas sobre a pecha de doutrinação esquerdista e/ou partidária. O conteúdo e a expertise dos educadores são desqualificados e descartados, por não apresentarem uma carga ideológica suficiente que vá ao encontro das emoções dos estudantes/sociedade.

Entre 2018 e 2021, percebemos uma explosão de negacionismos digitais, e com esse aumento da conjuntura negacionista, despontou-se também, na historiografia brasileira, importantes trabalhos que procuraram encarar a problemática.

Vários historiadores, se debruçaram sobre suas origens, suas transformações sobre a influência direta da infoera e seus efeitos, não só para a academia, mas como fenômeno que cinge nossas relações sociais, familiares, escolares, etc. no atualismo como nos diz Matheus Pereira (2020). É portanto, neste cenário, que trato do negacionismo na História escolar, procurando trazer as definições teóricas que múltiplos historiadores vêm delineando no tempo presente.

Negacionismo compreendido aqui, como a prática da falsificação da história que, segundo Pierre Vidal Naquet (1994), por vezes se desdobra numa revisão sem fundamentação metodológica e/ou historiográfica de determinados temas históricos. É a negação da verdade histórica tal como a legitimamos a partir do século XIX. Banalizada, distorcida, insuflada de achismos sem instrumentalização teórica-metodológica balizada pelos pares, sem histórico precedente na história escolar. O negacionismo é alimentado de não-verdades, de discursos pejorativos às pessoas detentoras do saber científico, do ato de ignorar estudos, pesquisas, saberes instrumentalizados. O negacionismo desdenha de toda uma rede de saberes alicerçados no conhecimento racional.

Surgido no contexto dos pós Segunda Guerra Mundial, na Europa, o negacionismo está relacionado à negação e/ou minimização do Holocausto dos Judeus como política sistematizada do regime nazista, denominada de “solução final”, por meio do extermínio judaico, realizado

²⁸ LEI Nº 14.038, de 17 DE Agosto de 2020 - <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.038-de-17-de-agosto-de-2020-272747785>

como política do Estado nazista alemão. De acordo com o pesquisador Odilon Caldeira Neto (2009), “o negacionismo, porém, surge como uma tentativa intolerante e predatória da memória da Segunda Guerra Mundial, e consiste atualmente numa das maiores expressões do antissemitismo da extrema-direita.” (p. 1107)

Desde então, o movimento negacionista com seus adeptos e defensores ganha o mundo e chega ao Brasil com o livro *A guerra de Hitler*, de autoria de David Irving, de 1977. Dez anos depois, surge o segundo livro, Siegfried Ellwanger escreve *Holocausto: judeu ou alemão? Nos bastidores da mentira do século*, de teoria amplamente negacionista²⁹, chegando a fundar uma Editora para poder publicar seus livros.

Na conjuntura atual, de 2013 para cá, o termo ganha novos contornos e dimensionamento ainda mais preocupante. A academia brasileira vem se debruçando sobre as novas conceituações que o negacionismo passou a adquirir e diversos historiadores vem analisando suas causas e suas novas dinâmicas.

Assim, houve uma profusão de trabalhos historiográficos brasileiros sobre a temática nos últimos anos, e as lives de 2020³⁰ - devido a pandemia covid-19 - se tornaram o ponto convergente das percepções e diálogos sobre os diversos combates públicos que a temática negacionista nos exige no presente. Historiadores de todo o Brasil, dedicaram-se muito e trouxeram para a análise historiográfica e publicação, suas pesquisas e advertências sobre a gravidade da questão. Debruço-me sobre alguns desses trabalhos, que vêm se tornando um ponto de preocupação e tendência entre estudos acadêmicos e, ao mesmo tempo, uma questão chave para dialogar sobre as possibilidades que nós, professores de História da educação básica, teremos para combatermos a negação de temas consagrados pela História, em sala de aula.

Na apresentação do dossiê da Revista Brasileira de História de 2021, dedicado ao negacionismo, Valim, Avelar e Bevernage (2021), alcançaram a tarefa de historicizar o fenômeno negacionista. Utilizando das impressões de Henry Rousso, em que confirma que temos o negacionismo anterior aos horrores praticados contra judeus, citando a exemplo, a negação perpetrada pelo governo turco do massacre dos armênios, ocorrido em 1915, os autores conceituam que

²⁹ Sobre a gênese do negacionismo no Brasil, veja artigo: NETO, Odilon Caldeira. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. Antíteses, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, pp. 1097-1123.

³⁰ Veja alguns exemplos: <https://youtu.be/ih9f6eHyX4k> (04/11/2020); https://youtu.be/SdG_2ttDEK8 (20/08/2020); <https://youtu.be/qTHkzozjY5k> (8/10/2020); <https://youtu.be/MNemeAjmoV8> (27/08/2020); <https://youtu.be/eRqfmWrA4qk> (05/10/2020); https://youtu.be/VuzZcnUYk_M (20/11/2020); <https://youtu.be/f2bB6aiGaEY> (02/07/2020); <https://youtu.be/15QsJUNHieA> (15/12/2020); <https://youtu.be/85S3zsJzSus> (24/05/2021); <https://youtu.be/7rwemj9K1CI> (23/07/2021).

o negacionismo histórico pode ser pensado como um mosaico de falas, práticas e representações mobilizadas com o objetivo de legitimar certas leituras dos nossos passados sensíveis – sobretudo de suas violências, seus extermínios e dominação dos mais vulneráveis. (2021, p.15)

É na perspectiva dessa definição que, desde o fim factual da Ditadura Civil-Militar, vivenciamos seus algozes, seus apoiadores, seus interlocutores apologistas - a exemplo, Jair Bolsonaro - defendendo a natureza necessária do evento, para salvar o Brasil da ameaça comunista. Estudantes questionam seus professores sobre o papel salvador dos militares. Uma série de memes, Fake News, mensagens de WhatsApp espalham-se, com intuito de legitimar historicamente o golpe e os governos ditatoriais militares, sempre mobilizando o caráter heroico das forças armadas, negando seus atos de violência, buscando legitimar suas práticas abusivas contra os que não apoiaram a ditadura, os opositores ao golpe, contra os setores sociais com grau de organização suficiente para reagirem, etc.

Os três autores, AVELAR, BERVERNAGE, VALIN (2021) evidenciam, ainda, a genealogia negacionista relacionada ao contexto do holocausto judaico, com desdobramentos do reconhecimento do genocídio como crime contra a humanidade (p. 15-16). A partir daí, demonstram que o negacionismo do século XXI, passou a ter características variadas e peculiares, não mais apenas ligados aos negadores do holocausto. Agora temos “uma miríade de formas de negação de outros genocídios e, também, de reconstruções revisionistas de passados mais ou menos sensíveis em diversos países.” (p.17), apontando em seguida que, para analisar o negacionismo no tempo presente, é necessário ter em consideração, três questões de exame, sendo elas:

- 1) O caráter difuso do negacionismo que deixou de ter nomes, obras e geografia de apontamento fácil para se tornar um fenômeno por conta da globalização, da migração em massa e da ascensão da mídia internacional; sendo esses, fatores que entusiasmam diretamente manifestações de negacionismos, e assim também, as reações contra os mesmos; o aparecimento do cenário da infoera, midiático-digital e global, favorecendo um crescimento exponencial de mídias negacionistas, protagonizadas por número cada vez maior de pessoas, bem como também o próprio sistema de algoritmos. Assim, o cenário midiático que muda constantemente, as Fake News, os memes e a polarização política são fatores que devem ser levados em consideração nos estudos dos negacionismos.

2) O dado de que, cada vez mais, o negacionismo vem se tornando no mundo como um todo, prática de Estados que criam versões oficiais negando crimes, participações em genocídios, torturas institucionalizadas, etc., que por muitas vezes chegam a “reverter casos de reconhecimentos oficiais e desculpas públicas dados por governos anteriores” (p.19). No plano educacional brasileiro, o termo “ditadura” e “golpe militar”, estão sendo revistos e questionados na literatura institucional escolar.

3) A relação paradoxal entre a busca pelo reconhecimento das verdades históricas sobre os passados autoritários e o crescimento do negacionismo a esses passados. Temos justamente em países que buscam passar seus passados a limpo por meio de pedidos de desculpas oficiais, indenizações, instauração de comissões da verdade, etc., um crescimento de negacionismos de extrema-direita e revisionismos ideológicos.

Portanto, essas questões dentre outras, segundo os autores, precisam estar presentes ao buscarmos retratar o cenário de negacionismos históricos na contemporaneidade. O Brasil, apesar de suas particularidades, participa deste cenário global, em que “o negacionismo se tornou uma forma de gestão da vida política” (AVELAR, *et ali*, 2021, p. 23). A agenda negacionista está presente em diversas manifestações sociais orquestradas pelo atual governo brasileiro, que resgatam autoritarismos e descumprimento de princípios democráticos.

No artigo “Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)”, de Matheus H. de Faria Pereira, temos as seguintes definições para o negacionismo:

Negação: contestação da realidade, fato ou acontecimento que pode levar à dissimulação, à falsificação, à fantasia, à distorção e ao embaralhamento. Em geral, percebemos uma dissimulação e uma distorção da factualidade que, ou procura negar o poder de veto das fontes, ou fabrica uma retórica com base em “provas” imaginárias e/ou discutíveis/manipuladas. Revisionismo: interpretação livre que não nega necessariamente os fatos, mas que os instrumentaliza para justificar os combates políticos do presente a fim de construir uma narrativa “alternativa” que, de algum modo, legitima certas dominações e violências. Negacionismo: radicalização da negação e/ou do revisionismo. Falsificação do fato(2015, p. 865-866).

São com essas percepções que, na Infoera, o negacionismo não perdeu sua historicidade, forjado à negação do holocausto. Mas desponta como um dos termos históricos com sentido

metamorfoseado e ampliado, largamente difundido e praticado por muitos banalizadores do conhecimento na cena pública - com uso político dessa desinformação - que contestam e distorcem não só a ciência Histórica, como também vários conceitos das Ciências, sobretudo nas redes sociais. Vale destacar que em 2020/2021 o termo ganhou popularidade e veiculou amplamente nas mídias digitais e telejornais por conta do negacionismo científico relacionado à pandemia da Covid-19, que assola o mundo, ceifando milhares de vidas desde novembro/2019, quando foi descoberta. As atitudes em negar a gravidade da doença por parte de chefes de Estados e, em decorrência, a demora em buscar soluções imediatas, estão diretamente ligadas ao número expressivo de vítimas que perderam suas vidas bruscamente por conta da letalidade do vírus e do negacionismo de seus governantes. A negação da eficácia das vacinas e o lento interesse em vacinar em massa a população brasileira, são tristes legados deixados pelo governo negacionista-bolsonarista.

Com o crescimento de movimentos de extrema direita (bolsonarismo, Movimento Brasil Livre, Escola sem Partido, Brasil paralelo, neofascismo, trumpismo, etc.) encontramos a contestação/distorção/falsificação de vários temas históricos, figurando o regime civil-militar instaurado no Brasil em 1964, como um dos mais alterados nas mídias digitais brasileiras. São inúmeros os memes, Fakes, perfis falsos em redes sociais adulterando o sentido histórico desse capítulo de nossa história. A pós-verdade, compreendida como uma realidade forjada e falsa, é praticada por parcela da população que escolhe acreditar em ídolos e versões ideológicas, mesmo quando as comprovações científicas são escancaradas pelos órgãos competentes a fazê-la. As pessoas, os estudantes estão optando em acreditar ou não acreditar. Vivenciamos um momento em que a verdade-fato deixa de ser levada em consideração na construção dos juízos de valores sociais.

De acordo com Pereira, temos uma “dissimulação” e uma “distorção” da factualidade do tema Ditadura Civil-Militar que, mesmo quando o professor se debruça sobre as narrativas dos capítulos, elabora seu plano de aula, constrói sua narrativa didática, ainda assim, a temática vem sendo contestada/negada como fato histórico, em razão, do super dimensionamento das Fake News como interpretação da história, causando como consequência, muitas vezes, o estabelecimento de uma memória social brasileira indiferente a esse passado doloroso, a manutenção de um Estado permeado de excessos e autoritarismo, que vê na prática da violência, uma ação naturalizada. Como a História deve contribuir para esse combate?

Para a historiadora Sônia Meneses, o negacionismo está presente na cena pública brasileira de 2018 em diante, com uma nova caracterização. Com a produção em massa das Fakes News e o conceito de pós-verdade se tornando artifício político, a verdade passou a ser

questão de posição política e não mais questão de saber científico ou conhecimento epistemológico. Ou seja, as pessoas passam a escolher em que acreditar, deixando de ser uma questão verdade x mentira, mas sim, uma opção de crença mais conveniente para a pessoa, que, neste caso, ‘escolhe’ acreditar. Numa sociedade marcada pela profusão de notícias falsas, empregadas por grupos políticos para minimizar a confiança e a competência de análise das pessoas, a professora explica que é necessário compreender como a verdade é pensada por esta coletividade porque o “dizer verdadeiro” mudou. O negacionismo ganhou novos contornos de dimensão assombrosa em nosso tempo presente. Deixou de ser um fenômeno de acontecimentos de delimitação espacial e temporal bem definidos e, no Brasil aparece na cena pública ainda mais difuso e díspar do conceito original. Para ela, os autores Rousso e Vidal-Naquet nos ajudam a compreender o desenvolvimento do conceito de negacionismo no século XX, mas não necessariamente o fenômeno ampliado do tempo presente, fazendo-se necessário uma nova construção epistemológica na contemporaneidade. Ofensivas contra uma gama de “temas históricos, ecológicos e científicos” tem se tornado cada vez mais constantes.

A professora apresenta essa análise no artigo (2021) *Os vendedores de verdades: o dizer verdadeiro e a sedução negacionista na cena pública como problema para o jornalismo e a história (2010-2020)*. Para abarcar o negacionismo, ela procura compreender o regime de verdade que é praticado na cena pública atualmente, ou seja, quais as maneiras de dizer a verdade que estão presentes em nossa sociedade e como esses modos entraram ou não em crise a partir dos ataques negacionistas. Partindo de Foucault que apresenta os “regimes de verdades”, ela compreende que “o enredamento negacionista a que assistimos é um movimento fragmentado que se espraia sobre os mais variados dizeres verdadeiros que sustentam a ciência, o jornalismo, a escola, a medicina, mas também a política, a justiça e a História.” (MENESES< 2021, p. 71)

Dessa forma, o ensino de História se encontra nessa conjuntura, com a contestação em sala de aula, de temas já tangidos pela historiografia e pela história escolar, e que por vezes, vem ocorrendo de modo a negar o conteúdo da aula e desqualificar o próprio conhecimento e preparo do professor de História. Lemos, portanto, que o negacionismo se tornou, na história presente, um fenômeno que desclassifica a metodologia historiográfica e vê historiadores e professores de história com desconfiança e suspeita, negando por vezes, seus procedimentos e trabalhos, transformando as palavras História, professor de história em sinônimo - com sentido pejorativo - de “esquerdista” e “comunista”, “doutrinador”, desqualificando grosseiramente, assim, todo o arcabouço teórico metodológico da História e do Ensino de História. As escolas brasileiras, não estão à margem das más-interpretações, das banalizações históricas, de toda

esta pulsante rede digital/social negacionista que cresceu à medida que a extrema direita também cresceu no país. Iniciativas de combate a este contexto de falseamento e banalização na cena pública e na escola são urgentes. Somos profissionais da História e temos um compromisso com a verdade epistemológica.

Para a historiadora Caroline Bauer, há uma “comunidade de memórias” que alimenta a negação do regime militar no Brasil como uma Ditadura. De tal modo, a literatura do negacionismo da Ditadura Civil-Militar, como golpe e regime de excesso, começa com os próprios militares que, ao impor a censura a atos de críticas ao regime e à divulgação de informações sobre índices econômicos e corrupção, bem como, agenciar as variantes oficiais sobre os assassinatos e tortura cometidos pela repressão, promoveram a desinformação e a manipulação das informações sobre o golpe e o terrorismo de estado que se seguiu como resultado deste (BAUER, 2018, p.197), negando portanto, tratar-se de um golpe e de um regime de exceção democrática.

Bauer aponta, ainda, que as “batalhas de memória” se iniciam quando, a partir do fim da ditadura nos anos 80, as versões oficiais do governo começaram a ser confrontadas com o surgimento dos relatos dos ex-presos políticos, das investigações dos crimes e das matérias jornalísticas com familiares e perseguidos políticos, militantes que lutaram contra o regime, “num processo de conhecimento social da ditadura” (p. 198). Com a publicação do livro “Brasil Nunca Mais”, que narra os abusos da ditadura brasileira contra os direitos humanos, os militares passam a elaborar uma série de versões e documentos, buscando confrontar as denúncias sociais e legitimar suas razões. Esses sujeitos militares, que se veem como injustiçados na bibliografia histórica, elaboram uma versão do passado da ditadura assaz, coesa e estável, mas negacionista, e formam ainda uma “comunidade de memórias”, em que a verdade histórica é desprezada. Nas palavras de Bauer:

As representações do passado elaboradas e difundidas por esses sujeitos vinculados ao período ditatorial possuem coesão e estabilidade, configurando uma “comunidade de memórias”. Nessa “comunidade” a pós-verdade é uma marca, pois os fatos objetivos possuem menos importância que os apelos à emoção, às memórias herdadas e às experiências pessoais. Caracterizados por uma retórica marcada por distorções e idealismos, esses discursos não necessariamente negam ou revisam a ditadura, mas procuram justificar e legitimar suas práticas(...). (2018, p. 198/199).

Não raro, ouvimos no próprio ambiente escolar, colegas professores de outras disciplinas, principalmente os que serviram o exército que “a revolução de 64 salvou o país da

ameaça comunista”, e mesmo estudantes que reproduzem essa fala, geralmente trazida de casa, de pais e avós, de maneira naturalizada. Para essa comunidade, o golpe foi chamado de “revolução de 64” e os governos ilegítimos do ponto de vista democrático, naturalizaram – se como governos militares. Assim, ao encontro com Bauer, Matheus Pereira (2015, p. 877), afirma que:

(...) para se reprimir, silenciar, falsear ou esquecer é preciso contestar a realidade do que se passou durante a Ditadura Militar brasileira não necessariamente pela mentira, mas pela negação e também pelo revisionismo, que distorcem e justificam os crimes e o estado de exceção. Em grande medida são portanto, discursos e narrativas que justificam práticas, lógicas e ideologias que permanecem e/ou aceitam o inaceitável.

Nesse viés, no site do Exército Brasileiro confirmamos que a leitura que se faz da data de 31/março/64 é de que esse, foi “o movimento que objetivou, acima de tudo, evitar que o Brasil fosse entregue nas mãos dos comunistas.”³¹ A contradição é tamanha com o censo historiográfico que encontramos nessa mesma matéria a denominação de “Revolução democrática de 31 de Março de 1964”, ao golpe que deu início à Ditadura brasileira, calhando eventos e palestras para celebrar o ocorrido. Como é possível que tenhamos no Brasil, uma força armada que ainda faça tal leitura da Ditadura Civil-Militar de 1964 a 1985?

Em sala de aula, ao tratar do tema, costumo questionar onde estavam os comunistas derrotados por essa “revolução” no dia 31/março? Quais foram as batalhas travadas entre a população civil comunista contra as Forças do Exército no dia 31? Onde houve insurreições no momento da destituição de João Goulart e a nomeação de Ranieri Mazzili (presidente da Câmara dos deputados) ao cargo de presidente? Não existem. Como pode ser revolucionária então, a tomada de poder, se até os tão temidos comunistas foram pegos de surpresa pela ação militar comandada por Olímpio Mourão Filho?

Marcos Napolitano (2014), no livro *1964 – História do Regime Militar Brasileiro*, demonstra que o 31 de Março, foi mal planejado até pelos golpistas, e que os grupos de esquerda não souberam reagir à chegada das tropas no Rio de Janeiro:

³¹https://www.eb.mil.br/exercitobrasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=%2F&_101_assetEntryId=8092519&_101_type=content&_101_groupId=8032597&_101_urlTitle=revolucaodemocraticade1demarcode1964&_101_redirect=https%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%3A443%2Fexercitobrasileiro%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_redirect%3D%252F%26_3_keywords%3D31%2Bde%2Bmar%25C3%25A7o%26_3_groupId%3D0%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch&inheritRedirect=true (acessado em 11/agosto/2021).

“Os governistas e as esquerdas como um todo também foram tragados pelo looping da história. Como havia muito se perguntara Lênin, as esquerdas brasileiras também se perguntavam “o que fazer?”. Mas, ao contrário do líder soviético, não tinham tantas certezas. Bombardear os recrutas e prender o general Mourão? Prender Lacerda? Substituir o ministro do Exército? Armar camponeses e operários, sob liderança dos comunistas? Convocar uma greve geral? Muitas reações à rebelião militar foram analisadas pelo governo no fatídico 31 de março, algumas foram esboçadas, mas nenhuma se concretizou.” (2014, p. 60)

É preciso repetir: ações de reação não se concretizaram.

O conceito de revolução é muito praticado na literatura escolar. Professores/editores tratam-no como sinônimo de grandes insurreições populares, geralmente com desfecho em transformações na conjuntura histórica: “Revolução Inglesa”, “Revolução Industrial”, “Revolução Francesa”, “Revolução Russa”, “Revolução Cubana”, etc. No Dicionário de Conceitos Históricos, organizado por Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva, encontramos o verbete *revolução* definido como “um processo de mudança das estruturas sociais”, “uma mudança estrutural, convulsiva, e insurrecional” (2009, p.362).

Após o desenvolvimento da historicidade do conceito ligado ao Iluminismo, Revolução Inglesa e, mais tarde, ao materialismo histórico dialético no século XIX, o dicionário apresenta uma análise do termo contrarrevolução que tem como sentido a ação de impedir uma revolução e, baseando-se nas falas de autores como Clovis Rossi e Florestan Fernandes, explana porque não podemos chamar o golpe, a ditadura brasileira de contrarrevolução, muito menos de revolução, como por vezes, temos representados nas memórias militares e movimentos de direita, uma vez que não estava em curso no Brasil, uma tomada de poder revolucionária, por parte da sociedade em si, em que a insurreição popular objetivasse a destituição do governo democrático brasileiro.

Os movimentos e os partidos políticos de esquerda eram atores atuantes na conjuntura que se sucedeu à renúncia de Jânio Quadros e defendiam sim, as reformas postuladas pelo presidente João Goulart em 1964. Contudo, justificar que houve uma contrarrevolução para impedir uma revolução comunista em andamento no Brasil, é um dos maiores imbróglis de nossa história. Merecemos ler do próprio léxico:

Atualmente, autores como Clóvis Rossi chamaram o golpe 1964 de falsa contrarrevolução. Para esse autor, os golpes militares na América Latina da segunda metade do século XX foram fundamentados em uma filosofia que se dizia contrarrevolucionária, pregando a tomada do poder por grupos de direita que procuravam impedir uma revolução socialista. E, no entanto, nem no

Brasil, nem na Argentina, nem no Uruguai, por exemplo, havia uma revolução socialista em andamento, e os golpes militares foram desfechados mesmo apenas contra a democracia. (SILVA, 2009, p. 367)

Durante a própria vigência desses governos militares, os golpes de Estado que lhes deram origem eram chamados de revoluções. Para Florestan Fernandes, o uso da palavra revolução como sinônimo de golpe de Estado (principalmente no que dizia respeito ao governo militar brasileiro e a tomada de poder em 1964) tem um profundo caráter ideológico. Fernandes concorda que a definição de revolução oferece pouca controvérsia: revolução é um fenômeno social e político de mudanças rápidas e trágicas nas estruturas sociais em que a ordem social vigente é subvertida. Mas o uso das palavras sempre se remete às relações de dominação assim, empregar revolução em vez de golpe de Estado para nomear um acontecimento que não transformou as estruturas sociais é uma forma de escamotear a realidade histórica. (SILVA, 2009, p.367)

“Escamotear a realidade histórica” vem se transformando em uma atitude banalizada na cena pública brasileira quando o tema é o Golpe de 1964. Em Agosto/2021, os estudantes de direito da PUC-SP promoveram uma petição em forma de abaixo-assinado³² na plataforma change.org³³, contra um projeto que tramita na Assembleia Legislativa de São Paulo que tem como objetivo criar uma medalha de honra ao mérito que homenageia e leva o nome de Erasmo Dias, que foi coronel do exército brasileiro e participou ativamente da Ditadura Civil-Militar, inclusive sendo responsável pela prisão de estudantes da PUC que participavam de um encontro acadêmico em setembro de 1977. Tal projeto descreve o golpe de 1964 como “movimento de Março de 1964”, conforme demonstrado na petição do abaixo assinado que visa impedir tal homenagem, intitulado #64nuncamais.

Na mesma direção, a professora Maria Lígia Prado, (2021) no artigo Defesa do ensino de História nas escolas, apresenta-nos a fala do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli que, em evento numa faculdade de Direito da USP em outubro/2018, afirmou que o golpe foi apenas um “movimento”, não sendo nem golpe, nem revolução. Bem como, a professora apresenta ainda, o caso do documento Ordem do Dia, de 31 de Março de 2020, assinada pelos comandantes das forças armadas do país que reitera que “o movimento de 1964” livrou o país das ameaças daquela época.

³²https://www.change.org/p/alesp64nuncamais?cs_tk=AoHpUuR5sgDOb06X2EAAXicyyvNyQEABF8BvPFRI_JJUHUPWSdl_R7fa0%3D&utm_campaign=899181474508467992304df7a4fce17f&utm_content=initial_v0_0_1&utm_medium=email&utm_source=petition_response_created&utm_term=cs

³³ Change.org - Plataforma digital em forma de site em que as pessoas podem elaborar suas próprias petições de baixa assinados visando a mobilização de uma causa / tema / pedido, etc.

Novamente, o que está posto, é a negação da memória da Ditadura brasileira que, iniciada por um golpe, reprimiria violentamente muitos reais movimentos que se insurgiram contra o autoritarismo imposto. A professora, partindo da reflexão dos conceitos de Democracia, Golpe de Estado e Ditadura, mostra-nos uma interessante maneira de combater essas falas de opinião da cena pública, de como tratar o Golpe/1964 como um “movimento” em sala de aula, é errôneo e negacionista.

Daí a possibilidade de pensarmos os tipos de narrativas construídas e legitimadas pelas Forças Armadas brasileiras que colaboram para a construção de memórias sociais, legitimadoras do período da Ditadura Civil-Militar como fato heroico e necessário para a salvação brasileira frente ao comunismo.

Entendo que é papel da escola e dos professores de História combaterem esses registros tão naturalizados na sociedade e cada vez mais reforçadas pela internet, presentes também na escola. Compreender que a História é plural mas, não necessariamente falsa, perpassa pela escolha de passados de forma responsável e mais ética, como nos diz Arthur Lima de Ávila (2021). Essa reflexão deve estar presente nas narrativas em sala de aula sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira, como caminho possível para enfrentarmos como professores que somos, situações de negação epistêmica mas também política em nossas salas de aula.

CAPÍTULO II

A TEMÁTICA DITADURA CIVIL-MILITAR NO ENSINO DE HISTÓRIA

Figura 09 – Meme – professor x bolsonarismo.



Fonte: <https://me.me/i/quando-o-professor-%C3%A9-esquerdista-e-voce-apoia-o-bolsonaro-900143> (acessado em agosto/2020)

2.1 – Os embates em sala de aula e como se apresenta a temática no Ensino

Como meme que é, consegue retratar numa imagem e em pouquíssimas palavras o que nós professores e professoras vivenciamos em sala de aula nos últimos anos: o ar de deboche para desqualificar nosso conhecimento. Nossas posições políticas atacadas e usadas para desmerecer nossa profissão³⁴.

Desde o final dos anos 1980, o Golpe de 31 de Março de 1964, bem como a Ditadura que se estabeleceu no Brasil e durou até 1985 é tema convencional da história escolar, aparecendo como temática a ser trabalhada nas aulas de história, nos livros didáticos, nos currículos de referência das Secretarias de Educação. Apesar da linearidade presente nos capítulos que tratam o período, nas mais diversas coleções de materiais didáticos, destaca-se a concordância basilar do tratamento historiográfico como uma **ditadura** que cessou a continuidade do sistema democrático retomado pela Carta de 1946.

³⁴ Em novembro de 2021, o professor de filosofia da escola onde trabalho, teve sua aula gravada sem sua anuência. O professor explicava e fez uma analogia de que não permitiria “argumentos bolsonaristas” em suas aulas ressaltando que estava se referindo à homofobia, racismo, intolerância religiosa. O vídeo foi manipulado e retirado de contexto, ganhou as redes sociais e o professor sofreu violentos ataques de intolerância, tendo sua imagem e pessoa abaladas. A escola foi alvo de uma exposição violenta de um vereador bolsonarista da cidade. O sindicato se posicionou na defesa do docente e da escola por meio de uma rede de apoio e um ato na entrada da escola. A Secretaria da Educação silenciou... estamos sobre ataque e suspeição a cada dia, a cada aula...

Contudo, esse tratamento do termo vem sofrendo negações e alterações, não só na cena pública e editoriais de extrema direita, mas também, conforme constatado, em algumas obras didáticas. As salas de aula, espaços públicos privilegiados de debates sobre a temática, dentre outros, vêm se tornando cenário de embates entre docentes e discentes, em que uma versão falseada da História da Ditadura ganha espaço.

Para melhor compreender as experiências dos(as) professores(as) sobre o processo de ensino-aprendizagem deste conteúdo, utilizei como fonte um questionário com 10 questões que foi encaminhado a professores(as) de diferentes estados e municípios brasileiros, com o intuito de conhecer essa realidade.

Ressalto aqui, a opção em privilegiar como “voz” a figura do(a) professor(a) de História, sem desmerecer a importância que se tem também, da realização de pesquisas na perspectiva dos estudantes e de outros sujeitos intrínsecos ao Ensino de História, como forma de compreendermos o negacionismo da Ditadura Civil-Militar no tempo presente, na cena pública e, sobretudo na sala de aula. Contudo, é necessário citar Circe Bittencourt para dimensionarmos a relevância da atuação deste em sala de aula, pois

(...) é preciso considerar que a atividade profissional de todo professor possui uma natureza pedagógica, isto é, vincula-se a objetivos educativos de formação humana e a processos metodológicos e organizacionais de transmissão e apropriação de saberes e modos de ação. O trabalho docente está impregnado de intencionalidade, pois visa à formação humana por meio de conteúdos e habilidades, de pensamento e ação, o que implica escolhas, valores, compromissos éticos. Isso significa introduzir objetivos de natureza conceitual, procedimental e valorativa, em relação aos conteúdos da matéria que ensina; transformar o saber científico ou tecnológico em conteúdos formativos; selecionar e organizar conteúdos de acordo com critérios lógicos e psicológicos, em função das características dos alunos e das finalidades do ensino; utilizar métodos e procedimentos de ensino específicos, inserindo-os em uma estrutura organizacional em que participe de decisões e ações coletivas. Por isso, para ensinar, o professor necessita de conhecimentos e práticas que ultrapassem o campo de sua especialidade.”(2018, p. 18)

Assim, pensando na complexidade da docência no ensino, que as questões elaboradas objetivam conhecer sobre a formação, atuação do(a) professor(as), tempo de trabalho, material didático utilizado, se trabalhou com a temática da Ditadura Civil-Militar e em qual ano/série, se enfrentou obstáculos/dificuldades no trabalho com o tema, se enfrentou episódios de negacionismo em sala e, se possível, que relatasse práticas/vivências/frustrações sobre a temática Ditadura Civil-Militar em sala de aula. Foram obtidas 46 participações de professores(as), entre os meses de outubro a dezembro de 2021, sendo a maioria da rede de

ensino de Uberlândia-MG. Com o questionário, aplicado a docentes que atuam nas redes do Ensino Básico - em forma de formulário³⁵ - com 46 participações, constatou-se que o tema está presente na rotina de estudos escolares, ainda que, com dificuldades de ser ensinada/abordada; que a maioria dos professores lecionam o contexto da Ditadura Civil-Militar e, também, que o negacionismo se faz presente na conjuntura de aprendizagem. Atentemos, assim, de acordo com os dados extraídos do formulário, sobre o perfil profissional desses. Os docentes são, em sua maioria, graduados nos cursos de Licenciatura em História. Com as devidas permissões, o link do formulário foi postado nos chats de alguns encontros de formações virtuais em que participei em 2021, resultando daí, a diversidade das localidades/regiões em que os(as) professores(as) responderam.

Tabela 01 – Formação dos docentes.

Quadro geral de formação/ instituição		
INSTITUIÇÃO	FORMAÇÃO	Nº
UFU	Licenciatura / Bacharelado	15
UFU	Mestrado	9
Universidade Vale do Aracajú	Licenciatura	1
UFS	Mestrado	1
UFC	Licenciatura	2
Fac. Ciências e Tecnologia Dirson Maciel de Bar	Licenciatura	1
U. Regional do Cariri	Licenciatura	1
UFC	Licenciatura	2
UNIUBE	Licenciatura	2
UFG	Pós-graduação	1
FECLESC / UECE	Licenciatura	1
UNIFRAN	Licenciatura	1
UFCG	Licenciatura	1
FCU	Licenciatura	1
UFG	Licenciatura	1
UEFS	Licenciatura	1
UFPA	Licenciatura	1
ESMAC- PA	Graduanda	1
UERJ	Licenciatura	1
UEG	Licenciatura	1
USP	Licenciatura	1
	TOTAL	46

Fonte: <https://forms.gle/n1Ym4bWcfqmtHtX99> - elaborado pela autora.

³⁵ Ferramenta disponibilizada pelo Google, os formulários se tornaram muito populares no contexto da pandemia, por sua praticidade de criação e operação. Consistem em questionários virtuais em diversos formatos. Na educação, se transformaram em objetos didáticos e aqui, foi instrumentalizado em forma de pesquisa sobre a relação Ditadura Civil-Militar e Negacionismo. Disponível em <https://forms.gle/MHwLYSxMqRBYqtLJA>. Formulário disponível como anexo ao final do trabalho.

Não há, entre os docentes que responderam o formulário, profissionais que atuam como professor(a) sem a devida diplomação de graduação em História, conforme demonstrado na tabela acima. Importante destacar que a disciplina escolar História está presente nos currículos da Educação Básica em todos os níveis e que a certificação de Licenciatura em História é pré-requisito para a atuação profissional escolar, exigido tanto nos concursos públicos, quanto nos processos de designação temporárias, desde as transformações legais e curriculares estabelecidas na última década do século XX.

Selva Guimarães Fonseca (2008) mapeia a trajetória da docência em História ao longo do tempo no Brasil e demonstra que, com as mudanças legais ocorridas a partir da LDB³⁶ tornou-se obrigatório, a titulação superior básica na área de atuação, o que evidencia uma formação curricular básica da docência superior que articula saberes epistemológicos teóricos e práticos no fazer em sala de aula. De acordo com a LDB:

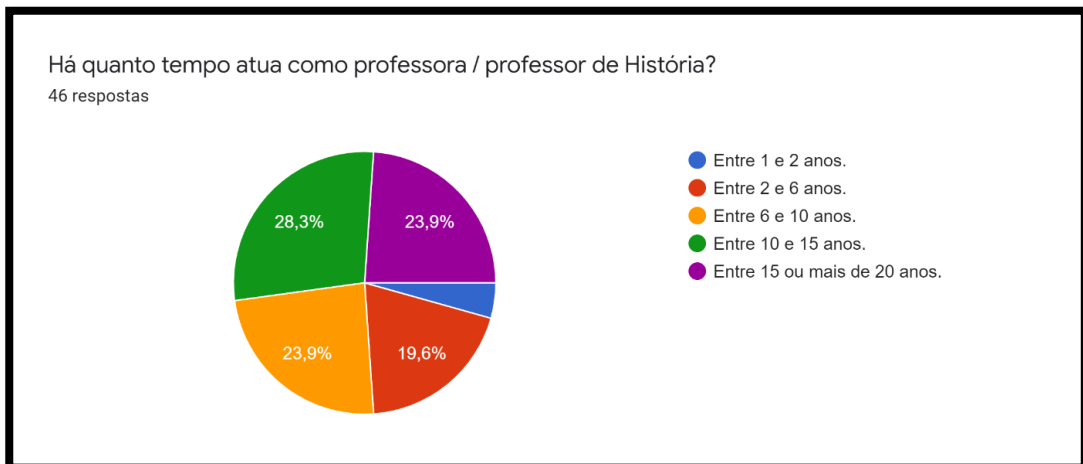
Art. 62 –A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em Universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Fonseca aponta que essa normativa fortaleceu a docência e o currículo das graduações em História. Contudo, os desafios educacionais se fazem constantes no fazer das instituições que formam esses professores e são muitos os próprios reveses vivenciados pelos que optam pela carreira da docência na educação básica brasileira.

Nessa perspectiva, foi possível observar também que a maioria dos docentes que responderam atuam na profissão há mais de dois anos, conforme gráfico abaixo, demonstrando que estão familiarizados com as práticas de ensino do conteúdo escolar de História.

³⁶ BRASIL, Ministério da Educação. Lei 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

Gráfico 01 – Tempo de atuação dos(as) professores(as)



Fonte: <https://forms.gle/n1Ym4bWcfqmtHtX99> - extraído do formulário Google.

Dispomos de um cenário desafiador em sala de aula, portanto: professores graduados, com vivência escolar e traquejo científico *versus* atualização do discurso anticomunista, Fake News, pós verdades, mentiras. É preciso levar em consideração - ao lermos as respostas desses docentes - sua formação e seu tempo de prática em sala de aula ao investigarmos suas ações e reações frente aos negacionismos apresentados referente à temática.

Por conta da diversidade da organização que os cargos do magistério podem alcançar quanto à variação de turmas/etapas da educação - geralmente cabe ao profissional selecionar as turmas em que deseja lecionar a cada ano - foi necessário também, inquirir sobre a atuação desses docentes, durante o período abordado pelo trabalho.

Gráfico 02 – Atuação docente em séries que abordam a temática



Fonte: <https://forms.gle/n1Ym4bWcfqmtHtX99> - extraído do formulário Google.

A maioria dos(as) professores(as) confirmaram que atuaram em turmas em que a Ditadura fazia parte do Plano Curricular, entre os anos de 2017 e 2021, o que avalizou as reflexões aqui desenvolvidas frente à percepção docente quanto às “falas negacionistas” dos estudantes durante o decorrer de suas aulas sobre Ditadura civil-militar de 1964. Perguntados se “já vivenciaram algum episódio de Negacionismo da temática ‘Ditadura Civil-Militar’ por parte dos estudantes em suas aulas e se poderiam relatar brevemente o ocorrido”, vinte e quatro docentes responderam que sim, que já presenciaram negativas sobre o tema, às vezes vindas das famílias dos estudantes, outras vezes, defesas enfáticas por parte dos próprios estudantes de que não houve ditadura, mas sim, governos militares.

Os relatos são surpreendentes: aparecem nas respostas de professoras e professores narrativas de estudantes “influenciados pela empresa Brasil Paralelo” reproduzindo que somente “terroristas” eram presos. Estudantes que trazem discursos de seus familiares de que “na época da ditadura era bom, não tinha espaço para bandidos ou corrupção”. Outros relatam a negativa do termo ditadura, indagam sobre a necessidade de se trabalhar o tema e há aqueles que se recusam a assistir as aulas da professora sobre a temática.

Desse modo, elenco alguns negacionismos narrados pelos(as) professores(as) que nos ajudam a mapear o que é preciso combater/desconstruir, enquanto memórias falseadas, naturalizadas e latentes na cena pública do “chão” da sala de aula, que vem das redes virtuais ou que para elas vão.

Da forma como foi apresentado nos relatos, são eles:

Quadro 01 – Trechos das respostas dos docentes.

1. (...)Somente bandidos foram perseguidos pelos governos militares;
2. A ditadura foi “um tempo bom” em que o país era mais “rico e organizado”;
3. Relatos de familiares que acreditam que não houve ditadura no Brasil;
4. Não pode ser intitulado de Ditadura Militar. O termo correto seria Regime Militar que teria sido apoiado pelo povo;
5. A ditadura matava, mas somente “comunistas”;
6. Acusação do professor ser comunista e doutrinador;
7. Negação explícita de que não houve torturas ou outras violências nos governos militares;
8. O golpe de 1964 foi uma revolução;
9. Não havia corrupção e o Brasil era reconhecido internacionalmente(...);

Conforme trechos extraídos das respostas dos docentes. Fonte: <https://forms.gle/n1Ym4bWcfqmtHtX99> - elaborado pela autora.

Batalha de memórias configurada em negacionismos repetidos e latentes em sala de aula, sendo preciso portanto, conjecturar urgentemente sobre a relação entre o ensino da Ditadura de 1964 na educação básica e as memórias coletivas que a circundam: as Fake news sobre a não existência de corrupção no período, o “milagre econômico” que achatou rendas dos trabalhadores e deixou um histórico de acúmulo inflacionário o qual desencadeou o caos econômico nos anos 80, e mais precisamente o histórico de violências institucionalizadas, torturas e transgressões das práticas dos Direitos Humanos, imputados aos mais diversos cidadãos brasileiros, não somente aos “comunistas”, como vemos presente nas falas dos estudantes enfrentadas pelos professores(as). Crimes esses, cada vez mais banalizados no repertório digital de partidos políticos e organizações de extrema-direita.

Para tanto, Mateus Pereira e Miriam Hermeto (2016), abalizados pelo pensamento de Paul Ricoeur, dizem-nos que é necessário trabalharmos com o “dever de memória, que consiste na obrigação de fazer justiça ao passado, por meio da lembrança”, ao passo que realizamos também o “trabalho de memória, de crítica histórica, de esquecimento e luto ao mesmo tempo, que pode ser uma forma de evitar os excessos do dever de memória” (p. 228). Empreender essas operações no Ensino de História, segundo os historiadores,

é relevante, visto que ele é, por excelência, um lugar de construção, transmissão, recriação e reflexão sobre memória – individual e coletiva. É no estudo dos fatos da vida do passado distante e/ ou da história do tempo presente, no ambiente escolar, que boa parte dos cidadãos toma contato com as representações e as narrativas da memória coletiva. E é nesse movimento que constroem, também, o seu repertório de lembranças individuais sobre a sociedade em que vivem, que formam sua memória individual sobre as identidades a que pertencem. No processo de educação histórica, os conhecimentos dos sujeitos se formam em uma dinâmica de cruzamentos entre a memória individual e a memória coletiva, a memória viva dos indivíduos e a memória pública. (PEREIRA, HERMETO. 2016. p.228)

Assim, no caso da temática escolar Ditadura civil-militar dentre outros, vivemos uma dicotomia nos usos desse passado/presente: concomitantemente, temos ao nosso despojo intelectual e didático, uma miríade de fontes históricas – documentos do período, livros de memórias publicados e digitais, séries de TV, filmes, revistas digitais, lives, documentários, editoriais jornalísticos, blogs, videoaulas, memes, séries, podcasts, etc. – que nos possibilitam abordagens enriquecedoras e críticas do nosso basilar conhecimento histórico.

Todavia, essas fontes também, sofrem manipulações e usos que subsidiam a construção e divulgação estratégica de Fake News históricas e de negacionismos, usados

ideologicamente por grupos de pessoas e até empresas de mídia - identificáveis - que veem no falseamento histórico uma oportunidade política de defesa de preconceitos, intransigências institucionais e autoritarismos e claro, o lucro. Essas percepções falsas vêm sublinhando nossa memória coletiva, como demonstrado no relato dos discentes, mas também marca um momento de acirrados embates políticos no cenário atual - extrema direita x velha política nacional.

Andreas Huyssen (2000), em sua excelente análise sobre como a sociedade global está seduzida no presente pela comercialização inflamada de memórias do passado nos alerta que

Quaisquer que tenham sido as causas sociais e políticas do crescimento explosivo da memória nas suas várias subtramas, geografias e setorializações, uma coisa é certa: não podemos discutir memória pessoal, geracional ou pública sem considerar a enorme influência das novas tecnologias de mídia como veículos para todas as formas de memória. (p. 20-21)

A memória pública da ditadura no Brasil sofreu uma ‘mídiatização’ especulativa e fraudulenta com o crescimento do bolsonarismo a partir de 2013, linkado à sua veiculação nas redes sociais e na infoera que deve ser contextualizada em sala de aula. Posto nosso intrincado desafio - para que professores(as) não passem mal ao se defrontarem com a negação explícita da Ditadura Civil-Militar em sala de aula, ou à sua comemoração a cada 31 de março – como realizar essa tarefa?

Esse combate às inscrições tão naturalizadas, presentes nas falas dos estudantes e narradas pelos professores, a meu ver, passa pelo familiar bom planejamento e conhecimento da temática. Como afirma Alessandra Carvalho e Diego Knack, “o conhecimento histórico escolar tem epistemologia própria, forjada no contexto do magistério de um historiador-professor com seus alunos”. (2017, p. 109). Esse(a) professor(a) procura conhecer o contexto escolar de seu estudante e da escola enquanto comunidade, bem como a composição social/étnica/cultural de cada turma. Vai configurando ao longo do ano escolar, suas metodologias didáticas/escolares.

Portanto, não somente, mas sobretudo a Ditadura, tem que ser cada vez mais pesquisada/estudada pelos docentes a fim de que possamos implicar os(as) estudantes à crítica e à reflexão histórica que dialogue com memórias coletivas formadas no negacionismo do golpe de 1964 nos textos publicados no 31/março, enaltecendo-o em canais da extrema direita ou ainda nos memes engraçados que visam banalizar a violência do período da ditadura, etc. A escola vive um momento de convergência entre o digital e o analógico. Somente o material didático analógico não colabora - ainda - para esse enfrentamento. As redes sociais e a internet

são um ‘oceano’ de informações/desinformações e suas ondas que abalam o saber escolar, precisam ser surfadas por professores(as) cada vez mais bem preparados(as) e competentes. Não é tarefa fácil mas, estamos em sala de aula.

Sobre o uso necessário da memória, ainda Huyssen, expõe que

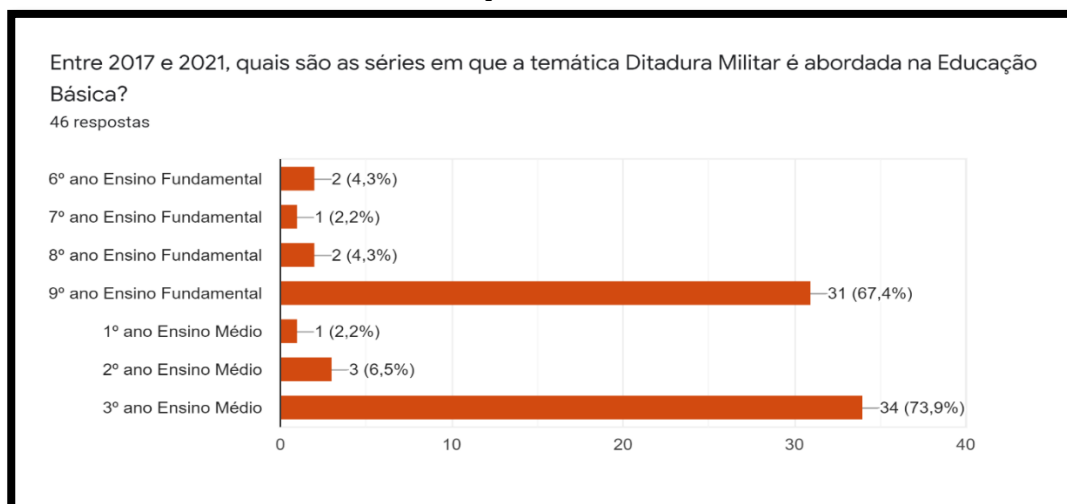
Assim como a historiografia perdeu a sua antiga confiança em narrativas teleológicas magistrais e tornou-se mais cética quanto ao uso de marcos de referência nacionais para o desenvolvimento do seu conteúdo, as atuais culturas críticas de memória, com sua ênfase nos direitos humanos, em questões de minorias e gêneros e na reavaliação dos vários passados nacionais e internacionais, percorrem um longo caminho para proporcionar um impulso favorável que ajude a escrever a história de um modo novo e, portanto, para garantir um futuro de memória. No cenário mais favorável, as culturas de memória estão intimamente ligadas, em muitas partes do mundo, a processos de democratização e lutas por direitos humanos e à expansão e fortalecimento das esferas públicas da sociedade civil. (2000, p. 34)

No Brasil, nossa memória pública sobre a Ditadura civil-militar sempre esteve sobre disputa. Com o bolsonarismo, esse ataque insurgiu-se mais violentamente, polarizando a sociedade de tal modo que, a Sociologia terá muita pesquisa a realizar. Entendo que a educação escolar e o Ensino de História pode/deve contribuir para enfrentar o negacionismo científico e ajudar a “escrever a história de um modo novo” como nos diz Huyssen. Precisamos antes, assegurar nossa ameaçada democracia.

Reunir na “palma das mãos” dos(as) professores(as), as novas produções acadêmicas e seus produtos sobre a temática, os livros, a indicação dos bons sites, as lives, vídeos-documentos, filmes, revistas digitais, ou seja, a boa memória pública digital para que possam ser examinados, aproveitados e se fazer prática no repertório escolar, pode corroborar para uma formação integral e consciente de nossos estudantes a respeito desse nosso passado doloroso. As evidências históricas devem estar à serviço de aulas que auxiliem os estudantes a desenvolverem habilidades de criticidade, reflexão e também de uma prática cidadã ética, em que todos esses falseamentos sejam multiplamente debatidos, confrontados e, na medida do possível, desfeitos. Os produtos elaborados pelos discentes do ProfHistória devem compor o planejamento escolar, por exemplo. Não é tarefa fácil. As condições do ensino público em geral, têm múltiplos desafios a serem enfrentados/contornados para que a qualidade das aulas se torne uma realidade escolar cotidiana.

Tanto em instituições públicas quanto privadas, constatou-se que a temática é abordada principalmente no 9º ano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio, conforme demonstra o gráfico de respostas a seguir:

Gráfico 03: Séries que estudam Ditadura Militar



Fonte: <https://forms.gle/n1Ym4bWcfqmtHtX99> - extraído do formulário Google.

A temática Ditadura civil-militar e tantas outras da História do Tempo Presente são tratadas nas séries finais dos ciclos da educação básica, como constatado pela questão e conforme orientado nos programas curriculares norteadores da Educação Básica.

Acontece que os estudantes mantêm sua curiosidade intelectual acerca dos temas presentes, independentemente do ano em que se encontram matriculados. Uma organização didática e mesmo temporal da História faz parte e é importante no tratamento da disciplina escolar. Entretanto, nós professores(as) não podemos atuar de forma negligente com nosso público estudantil quando questões linkadas no atualismo (PEREIRA,2021) aparecem no meio de uma aula expositiva sobre o Renascimento Cultural, a título de exemplo. Durante uma aula em que discorria sobre o contexto da crise e fim do Segundo Reinado, numa turma de segundo ano do Ensino Médio, fui questionada por uma estudante sobre quem era Brilhante Ustra e o que ele tinha feito. Responder à questão ou seguir com o planejamento da aula é uma dúvida que se transforma numa ação/decisão que pode ou não, mudar todo o contexto da aula em andamento. O elo entre o tempo passado e o tempo presente é um desafio cotidiano na urgência da sala de aula para nós docentes.

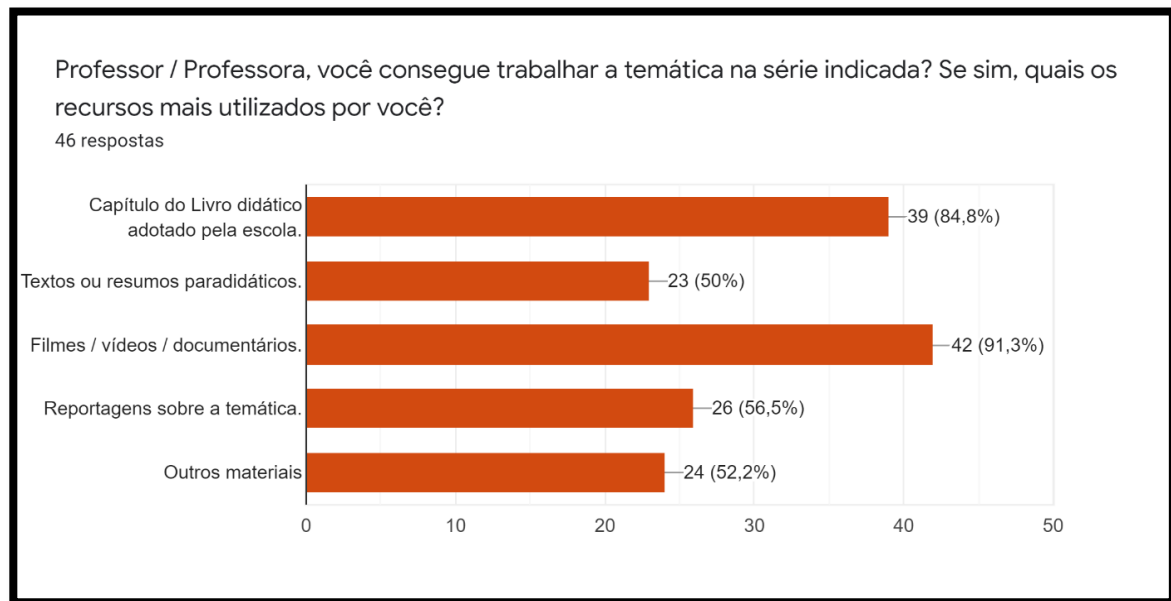
Gruzinski, no artigo “Até que ponto a história nos torna mais humanos?”³⁷ apresenta a questão da validade da metanarrativa para se ensinar História no presente em diferentes pontos do planeta, argumentando que a História global pode nos auxiliar a compreender e circular

³⁷ GRUZINSKI, Serge. Até que ponto a história nos torna mais humanos? *Ler História*, n. 70, 2017, p. 185-197.

melhor entre as sociedades, seus mundos e suas culturas. Os estudos da história da civilização chinesa e suas implicações a partir das navegações portuguesas, começam a quebrar os paradigmas do eurocentrismo nos dando olhares novos à história após o século XVI. Talvez assim, consigamos ‘sair da caixinha’ dos conteúdos divididos em capítulos e circular com maior tranquilidade temporal entre os temas históricos.

Entre as múltiplas fontes, utilizadas pelos professores(as) para abordagem do conteúdo, 84,8% utilizam o livro didático, dentre outros recursos.

Gráfico 04: Uso de recursos sobre a Ditadura



Fonte: <https://forms.gle/n1Ym4bWcfqmtHtX99> - extraído do formulário Google.

O gráfico demonstra o uso expressivo do livro didático como fonte para o desenvolvimento das aulas de História. Nesse sentido, os autores Mateus Pereira e Miriam Hermeto(2016) apontam ainda para a dimensão do dever e do trabalho de memória trabalhado nos livros didáticos acerca desse tema, observando que o livro didático pode ser uma fonte privilegiada para se investigar a relação entre Ensino de História e Historiografia, relação abordada mais adiante.

Apesar do uso expressivo do Livro didático, vale observar que entre os materiais mais utilizados, filmes/vídeos/documentários aparecem em 42 das 46 respostas ou 91,3% revelando que esses materiais possuem alta relevância na abordagem da temática entre os(as) professores(as) e podem indicar para a construção histórica da relação entre História e Cinema na historiografia e o seu uso no ensino. Nesse sentido,

Ensinar a partir do cinema significa, enfim, provocar o olhar do sujeito, estimular seus sentidos com a imagem em movimento; despertar o seu olhar crítico, na perspectiva de que ele possa perceber que aquilo que vê é uma representação de uma dada realidade social, construída ideologicamente por alguém que detém uma determinada visão de mundo (NASCIMENTO, 2008, p. 22).

Embora não seja objeto direto dessa pesquisa e não tenha sido possível dimensionar como os(as) professores(as) trabalham essas fontes, é relevante considerá-las, uma vez que elas estão cada dia mais presentes no cotidiano da sala de aula e indicadas, inclusive, nos livros didáticos como possibilidade de uso. Assim, a ponte com a História Pública se faz presente na sala de aula e na atuação do(da) professor(a), como exposto mais adiante.

Alessandra Carvalho e Diego Knack (2017) nos apontam a importância para o historiador-professor de se estabelecer uma trama entre os interesses e saberes dos estudantes e os conhecimentos históricos que são propostos na aula, apontando que os recursos como músicas, imagens e vídeos estão presentes nos múltiplos cotidianos desse público. Sobre a Ditadura Civil-Militar apontam que

Quando o tema é ditadura militar brasileira, a aproximação pode se revelar ainda mais oportuna. Novelas, séries, documentários, videoaulas, canais do YouTube e imagens compartilhadas em redes sociais, além das memórias de familiares que viveram aquela época, são referências frequentes entre os conhecimentos prévios dos estudantes nas aulas de história. Convidá-los à crítica e à reflexão, ainda que inicial, sobre esses diversos saberes, é importante ponto de partida para o conhecimento histórico especificamente escolar (2017, p. 104).

Assim, através do uso desses recursos é possível convidar os(as) alunos(as) à crítica e à reflexão. Cooperar na disponibilização de fontes de pesquisa, pode contribuir para com o docente em sua tarefa de elaboração do plano da aula. Contextualizar documentos imagéticos, analisar a forma e os interesses de produção de filmes, séries, músicas, editoriais de sites e jornais, documentários, páginas de redes sociais, tornam-se ferramentas didáticas capazes de demonstrar como o passado histórico sobre a ditadura vem sendo alvo das disputas políticas no cenário brasileiro atual. A partir dessas análises é possível alcançar a habilidade de compreensão/reflexão do presente em que estão inseridos, bem como desenvolver o próprio letramento histórico na educação básica.

Os docentes foram indagados também sobre os fatores que atrapalham o trabalho com a temática. A maioria dos profissionais relataram a insuficiência do tempo/aula x complexidade do tema, conforme demonstrado pelo gráfico abaixo.

Gráfico 05: O que atrapalha o trabalho da temática Ditadura.



Fonte: <https://forms.gle/n1Ym4bWcfqmtHtX99> - extraído do formulário Google.

Em seguida a essa questão de múltipla escolha, foi solicitado que: “Caso queira, relate os fatores que o atrapalham a trabalhar a temática Ditadura Civil-Militar no Brasil”. De vinte e nove respostas coletadas, onze docentes indicam que a “falta de tempo” é a questão central que dificulta o bom desenvolvimento da matéria na urgência das demandas a serem cumpridas no ano letivo. Isto é, destacam que o momento em que o tema está disposto na organização curricular – geralmente no 4º bimestre / segundo semestre - ‘as atividades presentes no calendário escolar’, ‘as agendas externas da escola’, ‘a quantidade de temáticas a serem vencidas’, ‘ter apenas dois módulos de História’, por vezes prejudicam a abordagem do assunto. E ainda a falta de recursos, tais como um laboratório de informática ou uma sala de vídeo, materiais paradidáticos, etc., a burocracia de relatórios e diários, a quantidade de turmas e estudantes/professor aparecem como impeditivos nas respostas registradas dos docentes.

As respostas a essa questão compilam e reiteram os desafios relatados na docência escolar quando o assunto das aulas é o enredo da Ditadura civil-militar de 1964: ‘a conjuntura das Fake news/negacionismos a que os alunos tem acesso’, ‘as agendas políticas atuais de negação da própria ditadura’, ‘o clima político de 2018/2019’, ‘a sensação de policiamento’ em sala de aula, ‘a dificuldade de enfrentar as Fake news veiculadas na internet’, ‘o professor de

história ser confundido como um doutrinador, o que é uma inverdade'. Daí a celeridade de tratarmos a demanda com conhecimento, metodologia e seriedade.

2.2 - Análise de uma Coleção Didática - Ditadura ou regime?

Sabemos que o livro didático é uma das faces mais controversas da educação brasileira. Infinitas são as discussões sobre suas abordagens, seus usos e desusos na prática docente. Contudo, esse recurso, por meio do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD - está garantido e disponibilizado ao alunato de maneira geral. Assim, mesmo que, vez ou outra, o professor lance mão do uso de práticas pedagógicas inovadoras, o manual didático ainda desempenha um papel na educação que não é nada coadjuvante: os professores utilizam-no em seus planejamentos, em suas aulas, em suas avaliações. A pesquisadora Kátia Maria Abud mostra-nos que é de longa data que o livro didático exerce essa função de “coautor” da aprendizagem escolar:

O livro didático, a partir dos anos 1970, vem assumindo uma posição de suma importância na vida escolar. Considerando, naqueles tempos, a “muleta dos professores”, hoje se tornou o mais importante elemento da aprendizagem. Distribuído pelo Ministério da Educação para uso dos alunos de todas as escolas de ensino fundamental, o livro didático é, provavelmente, a única leitura dos alunos e o único tipo de livro que entra nas casas da parte da população brasileira.(...) Dessa forma, o livro informa, cria e reforça concepções de História e visões de mundo, mesmo fora do ambiente escolar. (ABUD, 2007, p. 114).

O livro didático ocupa papel relevante no cotidiano escolar, mas também na dinâmica das famílias da classe trabalhadora, uma vez que, durante longas décadas, era um dos poucos materiais impressos que entrava em suas casas. Sendo, assim, mais um elemento responsável pelas visões de mundo fora do ambiente escolar.

Circe Bittencourt aponta-nos que as obras didáticas são “objetos culturais” complexos e de significados múltiplos: Nós, professores(as), precisamos compreendê-los em seus diversos aspectos para que possamos empregá-los como ferramenta de efetiva aprendizagem histórica. A escolha da coleção didática cabe ao professor(a) que, de quatro em quatro anos, seleciona seu conjunto didático em uma lista de obras aprovadas previamente pelo MEC para mais um período.

Assim, apesar do Livro Didático não ser o objeto de estudo direto dessa pesquisa, é preciso compreender que ele está presente na minha prática enquanto professora. Examinar os livros didáticos, explorar suas abordagens, escolher as formas como essas serão apresentadas e trabalhadas em sala de aula fazem parte das atribuições de professores e professoras nas escolas brasileiras da educação básica. Desse modo, Bittencourt demonstra-nos que,

os livros Didáticos, os mais usados instrumentos de trabalho integrantes da “tradição escolar” de professores e alunos, fazem parte do cotidiano escolar há pelo menos dois séculos. Trata-se de objeto cultural de difícil definição, mas, pela familiaridade de uso, é possível identifica-lo, diferenciando-o de outros livros (2018, p. 298)

O Livro Didático, portanto, está presente na cultura escolar. É fácil apurar que os professores recorrem a ele na preparação de suas aulas, como demonstrado pelo gráfico do questionário aplicado. Desse modo, minha atuação enquanto docente é cingida pelas escolhas e abordagens do material didático. Preocupações como a forma em que os documentos são apresentados na narrativa do acontecimento histórico, as divisões dos capítulos, o link do passado com a realidade social atual, bem como as atividades propostas e a linguagem didática são critérios compartilhados e dialogados com os demais colegas do espaço escolar no fazer do meu cotidiano docente. É tarefa atrelada à rotina da elaboração do planejamento a ser executado semanalmente, a consulta e análise dos materiais didáticos à disposição do(a) professor(a) e é, com esse intuito, que referencio algumas obras didáticas, no sentido de inquirir o papel desse material quanto à temática Ditadura Civil-Militar especificamente e suas implicações com o cenário negacionista no presente. Dessa forma, sem pretensão de análise historiográfica do Livro Didático, a relação entre o Ensino de História, Ditadura civil-militar tem, neste material, uma das fontes privilegiadas por sua relevância em meu cotidiano docente.

Embora compreenda que negligenciar o uso do livro didático nas aulas de história é como fazer de conta, não será pretensão dessa dissertação, portanto, exaltá-lo ou depreciá-lo, pois sua conveniência e uso não podem ser desassociados da atuação docente. O fato é que, ele está presente no cotidiano escolar da educação escolar brasileira como um todo. Por vezes, a despeito de todo aparato tecnológico e acesso à internet, é ao capítulo do livro didático adotado pelo(a) professor(a), que o estudante recorre para embasar suas reflexões, realizar suas tarefas, aguçar seu senso crítico. De que modo os estudantes encontram o processo histórico da Ditadura civil-militar brasileira enquanto conteúdo proposto nos livros didáticos e qual a relação entre o conteúdo do capítulo específico e as memórias digitais que difundem falseamentos históricos, demarcaram as preocupações desse estudo.

A imagem abaixo, retrata a página inicial do capítulo sobre a Ditadura civil-militar, de quatro exemplares de anos/edições diferentes da coleção História Sociedade & Cidadania, da editora FTD, assinada por Alfredo Boulos Júnior.

Figura 10: Capítulos do Livro Didático retratando ditadura como “regime”



Fonte: Página inicial dos capítulos sobre Ditadura Militar de Alfredo Boulos. Compilação em png, elaborada pela autora.

Uma das coleções de livros didáticos mais abraçada pelos docentes nos últimos PNLDs é a História Sociedade & Cidadania. A coleção é adotada por vinte professores dos que responderam o formulário de pesquisa, com exemplares tanto para o Ensino Fundamental

quanto para o Ensino Médio. No PNLD/2017³⁸ foi a coleção de História mais comprada e distribuída pelo programa. O alcance que seu tratamento escolar tem é inegável.

Analisando os exemplares dos PNLDs de 2017, 2018 (Ensino Médio), 2020 e 2021 (Novo Ensino Médio), tanto nos exemplares do 9º ano nas edições de 2017 e 2020, quanto do 3º ano do Ensino Médio na edição de 2018 e a edição de 2021 voltada para o Novo Ensino Médio, os capítulos que tratam do tema Ditadura Civil-Militar brasileira não utilizam a palavra ‘ditadura’ para se referir ao período, optando pelo termo “Regime Militar”.

A palavra Ditadura aparece uma única vez em cada capítulo de cada obra, apenas quando o autor explica a conjuntura da decretação do AI5, dizendo ser esse, “o mais opressivo de todos os atos da ditadura militar” (p.230/2017). Não há, também, o uso das palavras ‘ditadura’ e ‘regime’ tratadas como sinônimo, como ocorre em análise de outras coleções. Na edição de 2017 temos a seguinte afirmativa, iniciando o capítulo:

Dizendo que era necessário livrar o país da ameaça comunista e reestabelecer a hierarquia, um grupo formado por civis e militares derrubou João Goulart e tomou o poder. O *regime*(grifo) estabelecido por eles durou 21 anos e pode ser chamado de *Regime Militar*(grifo) (1964-1985) (JÚNIOR, 2015).

As próximas edições usam o termo e não contrapõem, momento algum, a razão da escolha. Essa constatação elucida que precisamos ter cuidado com as intencionalidades ou não, dos termos utilizados ao tratarmos de temas sensíveis como Ditadura civil-militar brasileira numa conjuntura de insufladas manipulações de palavras e conceitos. Como debater com o estudante, quando esse argumenta que não foi uma ditadura mas apenas regime militar, como apresentado no relato quatro, se o próprio material didático que ele tem acesso justifica o seu não uso?

No caso dos volumes da coleção analisada observa-se ainda que não há o tratamento quanto à memória dos presos, torturados, mortos e/ou desaparecidos. As narrativas são lineares, geralmente, subdividindo-se nos seguintes tópicos:

³⁸[file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/PNLD%202017%20%20Colees%20mais%20distribudas%20por%20componente%20curricular%20-%20Sries%20finais%20Ensino%20Fundamental%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/PNLD%202017%20%20Colees%20mais%20distribudas%20por%20componente%20curricular%20-%20Sries%20finais%20Ensino%20Fundamental%20(1).pdf) (acessado em 12/11/2021).

Tabela 02: Principais assuntos retratados nos capítulos didáticos sobre Ditadura.

2017	2018	2020	2021
9º ano	3º ano/EM	9º ano	Novo Ensino Médio
Cap. 13 (21 pág.)	Cap. 11 (16 pág.)	Cap. 13 (14 pág.)	Cap. 3 (8 pág.)
Governo do general Castelo Branco;	Militares no poder	O Regime Militar no Brasil	Militares no poder
Governo Costa e Silva; Estudantes, operários e políticos.	Os castelistas	O governo Castelo Branco	A resistência na imprensa: O Pasquim
Governo Médici;	A linha-dura	A linha-dura no poder / A resistência democrática	A linha-dura
O milagre econômico;	A resistência democráticas: estudantes, operários e políticos	Governo Médici (1969-1974) / a luta armada;	Os anos de Chumbo
Governo Geisel / Economia / Política.	Os anos de chumbo	Governo Geisel: abertura lenta, gradativa e segura	A propaganda de massa
Governo João Figueiredo;	A propaganda de massa	Participação popular e a anistia.	Economia
A anistia e os novos partidos	Governo Geisel / Economia / Política		
	A batalha pela democracia		

Fonte: Análise conteúdos didáticos sobre a Ditadura/1964 presentes nos capítulos dos livros didáticos. Tabela elaborada pela autora.

Os processos são dispostos em sequência temporal por sucessão de governos. Os longos anos da Ditadura aparecem apenas como mais um processo dentre os demais apresentados pelo volume didático. Destaca-se, sempre, o percurso econômico do país e o caso “milagre econômico” que até 1973 promoveu crescimento dos índices econômicos, para, em seguida, ser contraposto com o retorno da inflação, dívida externa, achatamento de salários da classe trabalhadora e alta concentração de renda brasileira, o que contrapõe à memória social do item dois dos relatos, que afirma ser “um tempo bom”, “um país rico”.

As resistências são tratadas de maneira genérica no subtítulo “Anos de chumbo” e em poucos parágrafos, Apenas no livro do 9ºano/2020 externa-se, em poucas linhas, a história da prisão do jornalista Vladimir Herzog e sua morte. Mas, de maneira geral, a palavra “tortura” não aparece nas descrições da violência institucionalizada. Não há considerações que permitam ponderações entre a violência institucionalizada pelo governo e os Direitos Humanos, por exemplo. Apesar de muitas imagens nos capítulos – dos generais-presidentes, das obras do milagre econômico, das campanhas ufanistas, de alguns comícios e passeatas, da vitória da seleção brasileira na copa de 1970, charges e tabelas, etc. – não há referência a presos que foram

torturados ou desaparecidos durante a ditadura. Não há nenhum box relatando memórias de sobreviventes que tiveram suas vidas impactadas pelos calabouços dos DOI-Codis ou DOPS.

Destarte todos os exemplares analisados são posteriores aos relatórios publicados pela Comissão Nacional da Verdade. No terceiro volume do relatório publicado pela CNV em 2014³⁹, encontramos relatados e documentados 434 perfis de pessoas que foram mortas ou desaparecidas políticos entre os anos de 1946 a 1988. O motivo das grandes editoras didáticas ignorarem tal documento ao produzirem seus capítulos sobre esse doloroso período de nossa História brasileira carece um olhar mais acurado.

Nas guerras de memória, os crimes e barbáries cometidas pelos militares são ora justificados como “combate ao terrorismo”, ora escamoteados ou não escritos. A Lei da Anistia, ao não condenar os crimes de tortura e assassinato, praticados por militares, policiais, agentes do governo, colaborou para disseminar a cultura do esquecimento, da impunidade e atualmente, da negação desses crimes contra diversas famílias brasileiras que convivem com a impunidade do Estado. Daí a grande dificuldade de inscrição social do período da Ditadura Civil-Militar como regime de excesso que atenta contra os cidadãos e suas ideias plurais, não respeitando os Direitos Humanos, muito menos as conquistas presentes nos regimes democráticos, enquanto modelos de governo contemporâneo, cujo princípios de liberdade de expressão, privacidade, pluralidade de pensamentos, respeito e tolerância aos diferentes estejam acima de quaisquer vontades ideológicas.

Se os livros didáticos não tratam a temática das torturas com nomes, rostos, histórias de vida, destinos cessados; se o professor não trabalha fontes documentais que abordem as vidas interrompidas e/ou abaladas pelas práticas sofridas de espancamentos, choques elétricos, afogamentos, estupros, humilhações psicológicas, enforcamentos, assassinato e ocultação dos cadáveres, etc.; se as aulas sobre a matéria é uma sucessão de feitos dos generais juntamente com uma abertura política dada e não conquistada, não teremos uma memória de aprendizagem que faça frente aos falseamentos históricos que circunscrevem as falas tão naturalizadas dos estudantes, reproduzidas nos relatos dos docentes, que nos deixam tão perplexos(as).

O período da Ditadura Civil-Militar brasileira não deveria ser apenas mais uma narrativa a compor um capítulo entre uma conjuntura e outra, dentre os demais que constituem a obra didática. Deve ser tratado como a exceção que é. Período de vergonha para as Forças Armadas, por sua atuação totalmente antidemocrática, por seus conchavos políticos e, sobretudo, por sua brutalidade. O período resultou num corte no processo de amadurecimento de nossa

³⁹ http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf (acessado em 05/06/2022)

democracia. Entendo, portanto, que somente o aporte desse material analógico, pelo(a) professor(a), não é suficiente se quisermos colaborar com um legado de aprendizagem diferente sobre a história da ditadura, que faça frente aos falseamentos digitais. As narrativas tão orgânicas e lineares corroboram para a naturalização da falsa memória negacionista de que a Ditadura salvou o “Brasil do regime comunista”, tão presente em nossa sociedade.

2.3 – Os Livros Didáticos no Novo Ensino Médio – mais do mesmo

A partir de 2022 será implementado nas escolas a Lei 13.415/2017 que faz referência à Reforma do Ensino Médio, última etapa da educação básica, dividida em três anos escolares, que passam a ser Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. As mudanças intituladas de Novo Ensino Médio dizem respeito à implementação gradual da ampliação da carga horária de 800 horas anuais para 1000 horas/ano; da implementação de itinerários formativos optativos pelos discentes por meio da flexibilização do currículo, em que foi instituído uma formação geral básica de acordo com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC - e uma parte composta pelos itinerários. Os componentes curriculares foram agrupados em quatro áreas do conhecimento:

- Linguagens e suas Tecnologias – Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física;
- Matemática;
- Ciências da Natureza – Biologia, Física e Química;
- Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

Assim, a primeira mudança que sentimos foi na escolha das obras didáticas que compõem o PNLD/2021. As obras vieram distribuídas em seis volumes por componente, ou seja, volumes não seriados de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Não há mais livros didáticos por cada conteúdo. As escolas procederam as escolhas didáticas. Quanto à organização e uso por parte dos docentes, ainda não há definições.

Nas novas coleções dos livros didáticos aprovados e escolhidos para compor o PNLD/2021 do Novo Ensino Médio, percebemos uma aglomeração de conteúdo das distintas disciplinas da área de Humanas para compor cada volume. Em cada volume há uma “salada mista” de assuntos/tópicos da Sociologia, Geografia, História e Filosofia. Também é notório que o cancelamento e ausência de diversos conteúdos escolares de todas as disciplinas científicas no material e na proposta dos itinerários formativos é uma marca desta reforma. Ou

seja, as áreas do conhecimento - não só das Ciências Humanas - sofreram um abrupto reducionismo de seus temas.

Considerei oito coleções didáticas, constatando que o conteúdo “Ditadura Civil-Militar” está presente em todas as coletâneas, em algum dos volumes que as compõem. A tabela, a seguir, retrata a temática e sua disposição no “Novo Ensino Médio”.

Tabela 03: temática Ditadura civil-militar no material didático do Novo Ensino Médio.

COLEÇÃO	EDITORA	AUTORES / ORGANIZADORES	TÍTULO DO CAPÍTULO	Nº DE PÁG.	COMO TRATAM A TEMÁTICA?	Discussões temáticas
Ser Protagonista	SM Educação	Flávio Manzatto de Souza / Valéria Vaz	Cap.7: O Estado Brasileiro é Autoritário?	10	"as decisões passaram a ser tomadas por um grupo que se apropria do poder" p.86 / "governos militares" p.87 / "regimes autoritários" p.87	Autoritarismo x regimes militares
Identidade em Ação	Moderna	Leandro Karnal Luiz Estem de O. Fernandes Isabela Backx Felipe de Paula Góis Vieira Marcelo Abreu Igor José de Renó Machado	Cap. 4: Ditaduras na América Latina	22	"ditadura civil-militar" p.61 / "ditadura" p.61 Nota justificando o uso do termo, apesar das discussões historiográficas.	Direitos humanos x ditaduras
Contexto e Ação	Scipione	Henrique Amorim Fabiana Sanches Grecco Leandro Galastrri Cassiano Terra Rodrigues Glaydson José da Silva Gilberto Cotrim	Cap. 6 Qual é a democracia do Brasil?	2	"golpe militar" p. 141 "ditadura civil-militar" p.141	Democracia e autoritarismo.
Conexões	Moderna	Ângela Corrêa da Silva Ruy Lozano Alexandre Alves Leticia Fagundes de Oliveira Marilia Moschckovich Patrícia Ramos Braick Myriam Becho Mota Lygia Terra Regina Araújo Raul Borges Guimarães	Unidade 3 - Estado e Nação no Brasil e na América Latina	6	"ditadura civil-militar no Brasil"	atos institucionais
Moderna Plus	Moderna	Alfredo Boulos Júnior Edilson Adão Laércio Furquim Jr.	Cap. 6 - Brasil republicano e ditaduras na América Latina	8	"golpe civil-militar" "ditadura"	atos institucionais / anos de chumbo / cultura e engajamento político
Ciências Humanas	FTD	Cláudio Vicentino Eduardo Campos Eustáquio de Sene	Cap. 3 - Experiências autoritárias na América Latina	8	"golpe civil-militar" "militares no poder" "regime militar"	
Diálogos em Ciências Humanas	Ática	Julietta Romeiro Maria Raquel Apolinário Ricardo Silas Martins Junqueira	Cap. 4 - Cultura e costumes em transformação	3	"governos militares" "tomada de poder em 1964"	movimento estudantil no Brasil e no mundo Box: Golpe ou revolução? A memória como arma
Diálogo	Moderna	Julietta Romeiro Maria Raquel Apolinário Ricardo Silas Martins Junqueira	Cap. 12 - Ditaduras e revolução na América Latina	5	"governos militares" "regime civil-militar" "ditadura civil-militar"	

Fonte: Coleções Didáticas do Novo Ensino Médio. Tabela elaborada pela autora.

Apesar da pretensão de se organizar o Novo Ensino Médio de maneira temática, com atualidades e abordagens inovadoras e interdisciplinares, o que se tem no material didático é um tratamento do conteúdo reduzido, mas que se apresenta como sendo ‘menos do mesmo’. Ou seja, temos uma diminuição do número de páginas dedicadas à Ditadura, e o que lemos é um recorte das obras anteriores. A coleção de Alfredo Boulos, por exemplo, intitulada Ciências Humanas – multiversos, faz uma reutilização de textos de coleções anteriores. Não constatei em nenhuma das coleções examinadas diferenças significativas quanto a novas interpretações da temáticas. Destaco o box da p. 121, da coleção Diálogo, assinada por Julieta Romeiro & outros, que faz uma discussão sobre o uso dos termos “golpe” e “revolução”.

Com a implementação do Novo Ensino Médio, a reestruturação pretendida é profunda e complexa, embasada nas orientações da BNCC que estipula uma aprendizagem por Competências, Habilidades e Atitudes. As tradicionais disciplinas deixam de existir, salvo Matemática e Língua Portuguesa. A abordagem passa a ser interdisciplinar por todo o currículo. O que se constatou é que, pelo menos quanto à temática Ditadura civil-militar, as perspectivas de narrativas em relação ao conteúdo de anos anteriores, não sofreu grandes variações em sua escrita e linearidade, mesmo quando a interdisciplinaridade aparece no título do capítulo.

Nas coleções analisadas, entre as indicadas pelo MEC para compor o Novo Ensino Médio, não encontrei um conteúdo didático que realmente estabeleça uma ponte entre a Sociologia e a História por exemplo, ou ainda, que trate temas sensíveis como a Ditadura Civil-Militar levando em consideração a relação negacionismo/Fake news/ditadura, o apontamento das violências de Estado referenciadas no relatório da Comissão Nacional da Verdade, o nexos existente entre os efeitos da Lei da Anistia – Lei 6.683/1979 - para a permanência de autoritarismos na democracia brasileira, ou ainda, o debate entre dever de responsabilidade institucional e Direitos Humanos. Cabe a nós docentes, edificar esse aparato didático.

2.4 – A História Pública como oportunidade

No século XXI é relevante dialogar com a História Pública, compreendendo que ela pode ser a ponte para uma “atualização” da comunicação entre a sala de aula, cada vez mais digital, e a História ensinada nos bancos escolares, com seus professores “analógicos”. Interpreto como potencialidade na tarefa de combate aos negacionismos da ditadura a abrangência da História Pública para o Ensino de História. Compreendida, aqui, como possibilidade de divulgação do conhecimento histórico ao mais diversos públicos não acadêmicos, pode fazer uso de inúmeros recursos para alcançar tal propósito. Em salas de aula do ensino básico, as narrativas audiovisuais, as mídias digitais, e até mesmo as Fake news e negacionismos encontrados nas redes sociais – usados como fontes históricas – podem se tornar recursos muito válidos, quando apresentadas e pensadas numa perspectiva histórica responsável. A divulgação precisa alcançar também, docentes que atuam na Educação Básica.

Jill Liddington (2011) historiciza o conceito de História Pública corroborando que ele não é novo. Sobretudo, a historiadora remonta seu surgimento nos anos 1970, nos EUA, e como historiadores foram se organizando profissionalmente fora dos espaços acadêmicos, devido ao desemprego entre os que se formavam em História, estando particularmente ligado à University of Califórnia. Considerando “a prática da história pública como sendo a apresentação popular

do passado para um leque de audiências – por meio de museus e patrimônios históricos, filme e ficção histórica.”. Nos EUA há um mercado de trabalho formado por empresas privadas e iniciativas de fundos públicos que empregam “historiadores e o método histórico” fora do ambiente acadêmico e da escola. Ela demonstra ainda, como a História Pública, ao longo do século XX, organizou-se na Inglaterra utilizando-se da História Oral e, também, dos grupos sociais; na Austrália, com a atuação autônoma dos historiadores, participando de lutas comunitárias, testemunhos em tribunais, ainda que a preocupação seja formar para o mercado de trabalho australiano.

No Brasil, o marco inicial da História Pública dar-se-á em 2011⁴⁰, com a organização do primeiro Curso de Introdução à História Pública, pela USP/SP. Devemos considerar que a historiografia brasileira esteve mergulhada na polarização Marxismo x Annales nas décadas de 80/90 do século XX, o que colaborou para que novas correntes historiográficas, tais como História Pública, História do local, História Oral, encontrassem pouco campo de atuação na História brasileira, sobre medida, pela atuação historiográfica acadêmica.

Segundo Marta Gouveia de Oliveira Rovai, a História Pública é compromisso com a construção, o acesso e os efeitos políticos de múltiplos saberes, que devem circular da forma mais democrática possível (2017).

Estarmos presentes nos espaços públicos de debates é necessário, e compreendê-lo em suas rápidas mutações é basilar. É desse modo que nós, Professores/Historiadores, devemos contribuir para que, cada vez mais, gerações de nativos digitais tenham compreensão histórica aguçada e crítica, sabendo indagar/buscar a verdade histórica. Apresentar um produto digital como um Aplicativo contribui com a História Pública brasileira, bem como, com a possibilidade de um trabalho intelectual em rede que fomente maior qualidade na tratativa da temática, oportunizando melhores proposições no cotidiano escolar.

Na Infoera, ao Historiador/Professor não é mais razoável não conhecer os diferentes objetos históricos da História Pública, negligenciar os espaços de debates históricos públicos ou dialogar somente com seus pares. A todo momento, nós professores(as) somos inquiridos(as) pelos(as) estudantes se conhecemos o produto digital sobre a temática “x” ou “y”, voltado para conhecimento da História na Infoera. Para Marta Gouveia de Oliveira Rovai, a História Pública não é uma nova área de estudo, mas sim, um campo de possibilidades entre a Academia e o que ela chama de “educação histórica”, o que proporciona uma divulgação científica da história e

⁴⁰ De acordo com FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Qual a relação entre a história pública e o ensino de História? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). Que história pública queremos? / What public history we want? São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 33/34.

um diálogo profícuo entre a escola, a sociedade e a Academia, por diversos meios (filmes e vídeos escolares, documentários, livros, páginas de internet, etc.). Assim,

entende-se aqui que a História Pública pode ser um conjunto de práticas que nasce do diálogo com os profissionais da comunicação, num trabalho interdisciplinar preocupado com as políticas de conservação, restauração, exposição e visitação dos “lugares da memória” (tradicionais ou virtuais), de produção e difusão de conhecimento acadêmico e de saberes advindos da experiência coletiva. (ROVAI, 2017, p. 4)

Na área de Ensino de História, é notório o uso de recursos audiovisuais, músicas e midiáticos para enriquecer, somar ou promover o debate de uma determinada temática na aula de história. Como nos fala Rodrigo de Almeida Ferreira, em seu texto *Qual a relação entre História Pública e o Ensino de História?*, a História Pública está presente nas aulas de história e é também na escola que ela se manifesta:

A escola é o local privilegiado quando se propõe refletir sobre a relação entre história pública e ensino. Mesmo porque, nas reflexões do trabalho docente, há a centralidade para a prática. Embora seja recente a organização dos debates sobre o tema, é perceptível o crescimento do interesse por parte do professorado na discussão. Ao acompanhar os eventos da Rede Brasileira de História Pública, não é incomum conversar com docentes curiosos para compreenderem a novidade e que se surpreendem ao reconhecer ações de história pública em suas aulas. (FERREIRA, 2018, p. 33-34)

O autor sublinha ainda que,

São múltiplas as práticas didáticas para estimular os alunos e formular o conhecimento histórico escolar. Livros didáticos, textos complementares, cinema, música, literatura, teatro, canais da internet, memes, charges, revistas em quadrinhos, pinturas, iconografia, jogos, games, fotografias, patrimônio, museus e etc. são alguns exemplos de fontes, linguagens, suportes, mobilizados em diversas situações da aula de História, inclusive fora do espaço escolar, como as visitas aos museus e às cidades.

Assim, qual professor de história, a título de exemplo, nunca se aventurou a exhibir uma película com temas históricos consagrados pela disciplina escolar, e promover reflexões a partir desta, destacando claro, tratar-se de uma encenação com todo um enredo pré-estabelecido? Mas, mesmo assim, muito cara à discussão da temática? A sala de aula se concebe, no Brasil,

como lócus privilegiado da História Pública, em que, os saberes epistemológicos e profissionais do(a) professor(a) se experiencia com as práticas, vivências e inteligências dos estudantes, estruturando dessa interação, o que balizamos por conhecimento histórico escolar. Necessário ainda que - mesmo não sendo temática desta pesquisa - toda essa abordagem perpassa pela compreensão dos novos documentos norteadores da Educação que nos são apresentados: a BNCC, os Itinerários Formativos, os novos materiais didáticos precisam ser compreendidos à guisa de suas intencionalidades políticas e temporais.

A historiadora Thais Nivea de Lima e Fonseca (2016), em seu texto *Ensino de História, Mídia e História Pública*, demonstra como pode ser frutífero o aprendizado histórico – para o público além da escola ou da academia – quando as abordagens históricas se utilizam de narrativas audiovisuais e de mídias diversas. Ela enumera o uso do cinema como instrumento educativo, o sucesso dos magazines nas bancas de revistas, os canais de TV especializados em História, e como esses estão vinculados à História Pública, evidenciando que se trata de maneiras diferentes daquelas presentes na produção de uma história acadêmica. Compreende que a História Pública tem afinidade com o desenvolvimento da consciência histórica e ainda, que o uso de novas mídias pode corroborar para uma democratização do conhecimento. As aulas de história podem contribuir para muito além de uma aprendizagem conteudista. A História Pública é, para tanto, caminho em potencial para uma inserção do estudante em seu tempo, de modo reflexivo e crítico, como sujeito histórico que é.

Especificamente sobre a Ditadura civil-militar de 1964, a historiadora Caroline Bauer (2018) nos aponta um eficiente e necessário caminho de abordagem da temática, sobretudo para nós professores(as) da Educação Básica, para que essa não se apresente apenas como mais um tópico do conteúdo programático a ser vencido. Em seu texto *Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico?*, ela evidencia que, ao analisarmos as opiniões e assimilações sociais sobre a ditadura, é relevante considerar aspectos conjunturais – culturais – educativos – geracionais – políticos para podermos assim elaborar estudos – e porque não abordagens didáticas - que contribuam para romper com “estereótipos, preconceitos e com o senso comum”. Inquirindo dados de uma pesquisa do Datafolha, realizada em 2013 que demonstra as percepções populares sobre a ditadura por ocasião da efeméride de 50 anos, Bauer exemplifica como devemos implicar o tema nos aspectos:

- CONJUNTURAIS – as manifestações de 2013 / cinquentenário do golpe de 64 (ou a cada 31/março quando se precede a veiculação de uma série de memes e publicações de grupos falseadores da verdade histórica).

- CULTURAIS – quais visões de história que as pessoas possuem, como se formam e se difundem; a influência das Fake News e a emergência do discurso da pós-verdade nessas compreensões históricas;
- EDUCATIVOS – interrogar sobre o que tem sido ensinado sobre ditadura e como esse “saber escolar” está confrontando e sendo confrontado pelo aprendizado sobre o tema fora da sala de aula.
- GERACIONAIS – levando em consideração que memória é transmitida para as gerações que não viveram o período;
- POLÍTICOS – analisar a efetividade das políticas educacionais para os direitos humanos, bem como os efeitos de projetos como o Escola Sem Partido.

Essa perspectiva precisa ser demandada pelos(as) professores(as) da Educação Básica.

Nesse propósito, será que podemos descartar sem nenhuma análise histórica mais cuidadosa, a enxurrada de canais do Youtube, no presente, que se propõem apresentar a ciência histórica com narrativas mais acessíveis ao público não acadêmico? Penso que não. Como traçar, então, uma rede confiável de História Pública, voltada para a aprendizagem da temática Ditadura civil-militar, que consiga assessorar a desconstrução de sentidos comuns negacionistas, presentes na aula de História? Considero que precisamos, cada vez mais, fazer frente aos negacionismos digitais, com ferramentas de combate que sejam também digitais.

Dessa conjectura é que se despontou a produção e desenvolvimento de um Aplicativo – tema do próximo capítulo - voltado para o uso dos(as) professores e professoras, que reúna um conjunto de fontes e caminhos para objetos digitais, que estejam divulgados em um único canal, sendo este, o APP, para facilitar e instigar o docente no momento de planejar suas aulas sobre o tema. O objetivo é que possibilitem acesso direcionado à temática, que auxiliem na elaboração de propostas de trabalho em sala de aula que, aliados ou não ao livro didático, norteiem as aulas sobre a ditadura/1964 para uma aprendizagem crítica, participativa e que dirima os falseamentos abordados neste trabalho. A ideia é que seja corroborativo, no sentido de que os(as) professores(as) possam publicar suas propostas de abordagens do tema e atividades no aplicativo.

A História Pública apresenta-se, para tanto, como caminho de possibilidades de construção de conhecimento histórico com e para o público externo à academia, mas sobretudo, destaco seu potencial para as salas de aulas brasileiras. Ela valoriza e fomenta a profissão do(a) Professor(a)/Historiador(a), demonstrando o valor metodológico e educacional da disciplina História. Assim, sublinho que dialogar com a cena pública passa também por fazer a diferença na educação histórica escolar. Propiciar conhecimento e atividades que ofereçam uma

aprendizagem escrupulosa dessas redes digitais, seus usos, potencialidades e também, análise dos seus abusos históricos, podem oferecer relevantes transformações de paradigmas na atuação dos(as) professores(as) de História da Educação Básica, bem como corroboram no enfrentamento de memórias sociais falseadas sobre o período da Ditadura/1964, tão demandadas em tempos de exacerbação bolsonarista.

CAPÍTULO III

ENSINO DE HISTÓRIA e APP COMO POSSIBILIDADE

3.1 Por que um App?

O ProfHistória vem contribuindo e inovando na aprendizagem histórica com trabalhos em diversas linhas de pesquisa. São várias as produções já publicadas em que a preocupação do ensino da temática Ditadura Civil-Militar se apresenta e se materializa em produtos pedagógicos que se tornam ferramentas para o desenvolvimento da consciência histórica de nossos estudantes. Apresentado nessa dissertação como o grande catalizador de Fake News e negacionismos, o ciberespaço não oferece apenas versões danosas das questões. A *www*, não pode ser analisada apenas como a vilã da propagação de negacionismos, pois perpassa por ela também a propagação de soluções e medidas de combate à desinformação, bem como ações propositivas.

Se as - Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICS) já vinham ocupando espaço nos diálogos sobre ensino e aprendizagem, após a pandemia, elas se tornaram ainda mais presentes em sala de aula, permitindo que bons exemplos da produção e da divulgação dos produtos da História Pública sejam cada vez mais veiculados e propostos nas aulas de História. Assim, o problema não é a rede, mas os usos político-ideológicos que se produzem a partir dela. O(a) professora(a) não se encontra à parte dessa dinâmica.

Nessa perspectiva, voltado para o público docente, é que se efetivou o desenvolvimento do aplicativo *Ditadura/64 – Fontes, fatos e pessoas*, que pretendeu reunir e divulgar num acesso didático, documentos, vídeos, conceitos, atividades, referenciadas na cena pública, que possam auxiliar o(a) professor(a) a compor suas narrativas e estratégias para suas aulas da temática, de forma que essas sejam apresentadas não de um modo apenas conteudista, mas também, abrangendo a reflexão sobre seus usos no presente, cingido pelas atitudes ideológicas de grupos negacionistas que buscam nos falseamentos da temática, legitimar seus discursos autoritários, violentos e excludentes da pluralidade político-social.

Considero que os Apps podem se tornar mais uma porta de acesso dinâmico entre o conhecimento histórico escolar e o mundo digital público, em que possamos transformar Fake News, textos de opinião, memes e mensagens de ódio, de ampla circulação digital, por exemplo, em fontes históricas e, a partir desse tratamento, oportunizar reflexões e a própria defesa da educação histórica. A dinâmica propositiva é que, à medida que os(as) professores(as) forem

elaborando propostas de práticas a partir das fontes reunidas e disponibilizadas, estas proposições e abordagens sejam somadas na aba “atividades”, engendrando assim, uma rede de compartilhamento e divulgação, que possam ser adaptadas/experenciadas pelos docentes em seu cotidiano. O App visa, portanto, entregar um serviço aos usuários professores(as), que é alocar em um mesmo ambiente digital, oportunidades de mobilizar evidências a favor da sua prática/aula propositiva.

De acordo com Lívia Dãmaso⁴¹ no website techtudo,

Aplicativos são programas de software presentes em celulares Android, iPhone (iOS), e em outros diversos dispositivos inteligentes, como smart TVs. Os apps podem ser gratuitos ou pagos e desempenham diversas funções: mensageiros online, streaming, gerenciadores, editores de fotos e vídeos etc.

E ainda,

"App" é a abreviação de aplicativo, que é um programa de software presente em dispositivos móveis, como celulares e tablets, ou no computador e em smart TVs. Eles podem ser executados offline ou online, além de apresentarem versões pagas ou gratuitas, obtidas em lojas de aplicativos.

O desenvolvimento de um App voltado para a docência, insere-se na dinâmica das possibilidades que as Tecnologias Digitais de Informação e da Comunicação - TDICS - podem ofertar para o ensino e aprendizagem de História, numa conjuntura em que ampliarmos o letramento digital de nossos docentes e discentes é solução política para fortalecermos a importância metodológica, as evidências e as fontes históricas do nosso historiar. É possível assim, operarmos possíveis respostas – à questão que dá título a este trabalho - de enfrentamento ao negacionismo em sala de aula.

As TDICS - compreendidas como um conjunto de múltiplas mídias digitais - são usadas cada vez mais pela sociedade e estão presentes também no cotidiano escolar. Atualmente, a conectividade acontece principalmente por meio dos dispositivos móveis – celulares, smartphones. Por elas circulam o saber histórico, mas também, os falseamentos. A pandemia da Covid-19 acelerou o uso dos instrumentos digitais no contexto escolar brasileiro. Assim, é preciso pensarmos outras dimensões das tecnologias digitais no ensino de História. No texto

⁴¹ <https://www.techtudo.com.br/noticias/2019/12/o-que-e-app-quatro-perguntas-e-respostas-sobre-aplicativos-para-celular.ghtml> (acessado em 09/06/2022).

Cultura digital e ensino de História: diferentes abordagens e metodologias, as professoras Aléxia Pádua Franco e Marcella A. Farias da Costa (2021) realizam alguns enfrentamentos quanto ao uso das TDICS no ambiente escolar e no ensino de História.

Para além dessa dimensão tecnológica, a inclusão digital também envolve a dimensão informacional e comunicacional, ou seja, a compreensão crítica da dinâmica de produção, compartilhamento e circulação de dados pela rede mundial de computadores, que participa da constituição de relações sociais, da formação cultural dos cidadãos, na qual se inclui a formação histórica abordada (...) (FRANCO; COSTA, 2021, p. 330-331)

Acredito, portanto, que as TDICS caminham juntas com a História Pública, sendo preciso possibilitar que divulgação científica, informações, fontes e comunicações cheguem às mãos docentes para que inferências históricas sobre o uso da Infoera ocorram cada vez mais na prática escolar. Para isso, a instrumentalização de TDICS educacionais deve ser temática formativa dos Mestrados em História. Assim como diversas graduações em História vem se debruçando sobre a importância de se oferecer em seus currículos, o letramento digital aos seus discentes, também é demanda presente que os mestrados profissionalizantes busquem oferecer apoio técnico – de preferência, em parceria com os próprios cursos de tecnologia das universidades – para que produtos digitais projetados possam se tornar operacionais e tenham suas práticas reais ofertadas nas mais diversas salas de aula da Educação básica brasileira.

A expectativa é que o App se torne uma ferramenta somadora da prática docente, que facilite a abordagem da temática, ainda que, em um quarto bimestre. Que facilite o combate ao negacionismo histórico da Ditadura civil-militar de 1964, experienciado a várias mãos docentes⁴² que tenham claro em suas atuações cotidianas a defesa da ciência, da democracia e da verdade histórica, sendo essa, nosso “horizonte de expectativas”, como nos diz Koselleck. É a atuação das pessoas na educação que deve transformá-la e, sendo assim, mesmo um aplicativo educacional não é mais que um recurso que depende das intencionalidades do profissional que o utiliza para que suas atribuições sejam oportunas. Assim,

Muitos são os cuidados que devem ser tomados antes de se fazer o uso pedagógico das TDIC, em especial as redes sociais on-line, pois não se pode pensar que esses recursos são a salvação de todas as mazelas que assolam a educação. Muitos acabam pensando que incorporar as TDIC no contexto escolar sem a devida formação e

⁴² A proposta inicial, será enviar o produto aos docentes que responderam à pesquisa sobre o ensino da Ditadura civil-militar e colher suas impressões ao longo do seu uso.

competências para o manuseio consciente dessas ferramentas, consistiria em revolucionar a forma de se ensinar e aprender, pois não basta apenas fazer uso dessas tecnologias, é preciso usa-las com intencionalidade pedagógica, para que não se corra o risco de usa-las em vão. (LOPES, 2016, p. 20)

Infoera e TDICS estão cada vez mais presentes nos espaços escolares. É tempo, portanto, de as estudarmos e de debater com os estudantes e docentes como fazer o uso delas. A perspectiva desse uso do virtual ser um ato político em suas práticas deve ser dimensionado e refletido em sala de aula, uma vez que não é possível mais, para os docentes, ignorar a presença das TDICS na sala de aula, no ambiente escolar, bem como a conectividade do seu público estudantil ou a falta dela. Sabemos que um App é apenas uma ferramenta tecnológica. A atuação dos envolvidos com essa ferramenta é que possibilita, ou não, transformar informações em aprendizagens históricas.

3.2 - A escolha do App inventor

O Aplicativo **Ditadura Militar/1964 – Fontes, fatos e pessoas** foi desenvolvido com a parceria do professor Dr. Marlon Caetano⁴³, que me apresentou a ferramenta técnica App Inventor⁴⁴, que pode ser utilizada por quem nunca programou – meu caso – mas quer começar a criar aplicativos para Android. Esse software web foi criado pela universidade americana **Massachusetts Institut of Technology (MIT)**⁴⁵ que permite desenvolver aplicativos Android usando um navegador da Web e um telefone ou emulador conectados. A criação do aplicativo é realizada montando blocos, como peças de um quebra-cabeça. O aplicativo vai aparecendo no celular à medida que essas peças vão sendo encaixadas e efetuando atualizações. Isso facilita testar o projeto conforme a sua criação.

Ao término do projeto, é possível baixar tudo e produzir um aplicativo executável para instalar em outros celulares Android. Mesmo para quem não possui um celular Android, o usuário poderá criar seus aplicativos usando um emulador Android diretamente do seu computador. Assim, a priori, a intenção é que ocorra atualização da ferramenta, duas vezes por ano, uma vez que, por se tratar de um aplicativo que não vai ser comercializado numa loja de

⁴³ Dr. Marlon é meu amigo, doutor em Física da Matéria Condensada pela UFU e professor de Física. Atuamos juntos há mais de dez anos na mesma escola estadual em Uberlândia. Praticamente desenvolveu toda a parte técnica e operacional do App.

⁴⁴ <https://appinventor.mit.edu/>

⁴⁵ Veja: <https://www.mit.edu/> / <https://www.estudarfora.org.br/massachusetts-institute-of-technology-mit/>

App, tecnicamente, a atualização demanda substituição do antigo arquivo por um novo. A ampla divulgação do produto esbarra nos custos da gerência de um App em lojas virtuais. Não é uma realidade acessível por hora. Contudo, não é uma barreira intransponível para sua divulgação.

O ambiente de desenvolvimento do App inventor é suportado em sistemas operacionais Mac OS X, Linux e Windows e em vários modelos de telefones Android. Basta possuir uma conexão Wi-Fi, um computador e um celular Android. Não precisa baixar nenhum programa no computador, porém, no celular é necessário instalar o aplicativo MIT AI2 Companion, caso o usuário tenha o objetivo de ficar testando o aplicativo, à medida que ele é criado. A partir do computador basta acessar App inventor no site: <http://ai2.appinventor.mit.edu/>. E iniciar o projeto. As aplicações criadas com o App inventor podem ser instaladas em qualquer telefone Android, o que facilita tanto sua divulgação, instalação, bem como sua atualização.

3.3 – O produto alcançado – as abas do APP e suas intencionalidades

Ao instalar o App e acessá-lo nos deparamos com uma ‘capa’ bastante chamativa: por meio de diversas representações imagéticas buscou-se chamar atenção para as leituras presentes que temos da temática: negacionismo, manifestações apologéticas da ditadura, sem esquecer também dos temas sensíveis, como a prática da tortura e o Golpe de 31 de Março de 1964, passando por publicações de revistas e importantes livros alusivos à temática.

Figura 11 – Capa do App



Fonte: captura de tela do App. Acervo pessoal.

Ao iniciar, o usuário se defronta com uma classificação, opções. Ou seja, o Aplicativo foi desenvolvido por ‘blocos’ e no momento está dividido em sete ‘abas’ que compõem o MENU: **Conceitos, Filmes e Músicas, Memes e Fakes News, Biografias e Livros, Indicações de sites e Referências Bibliográficas.**

Como já referenciado, a proposta é disponibilizar evidências e fontes que auxiliem os docentes a trabalharem a temática em sala de aula para além dos conteúdos do capítulo didático e que possam colaborar para com o enfrentamento das falas negacionistas por meio das evidências, dos relatos, das disputas do presente.

➤ Aba MENU

Figura 12 – Menu do App



Fonte: captura de tela do App. Acervo pessoal.

➤ Aba CONCEITOS:

Temos apresentados nessa aba os conceitos de Ditadura, Fake News, Memes, e Negacionismo. São os temas propositivos da dissertação e por isso aparecem também como norteadores do Aplicativo:

Figura 13 – Temas / Conceitos



Fonte: captura de tela do App. Acervo pessoal.

Cada conceito tem também a opção “saiba mais aqui” que direciona para links de páginas sobre o conteúdo referenciado para que não fique restrito apenas ao pequeno texto apresentado. Outros temas serão inseridos à medida que o App for divulgado e as demandas forem surgindo.

➤ Abas FILMES E MÚSICAS – SITES INDICADOS - BIOGRAFIAS / LIVROS

A proposição das abas é a divulgação de fontes sobre a temática de uma maneira que chame a atenção do(a) professor(a), saindo da dinâmica ofertada pelo buscador usual, em que temos, nas primeiras posições, mais sites de explicação do evento e indicações tradicionais de atividades, do que indicações de fontes históricas em si. O App foi fomentado, até agora, de divulgações referenciadas na própria Infoera, mas que muitas vezes passam despercebidas no momento em que vamos preparar o plano de aula sobre o assunto. Percorrer cada um dos sites indicados por exemplo pode render horas de estudo/preparação.

Figura 14 – filmes e músicas / Sites / Biografias e livros

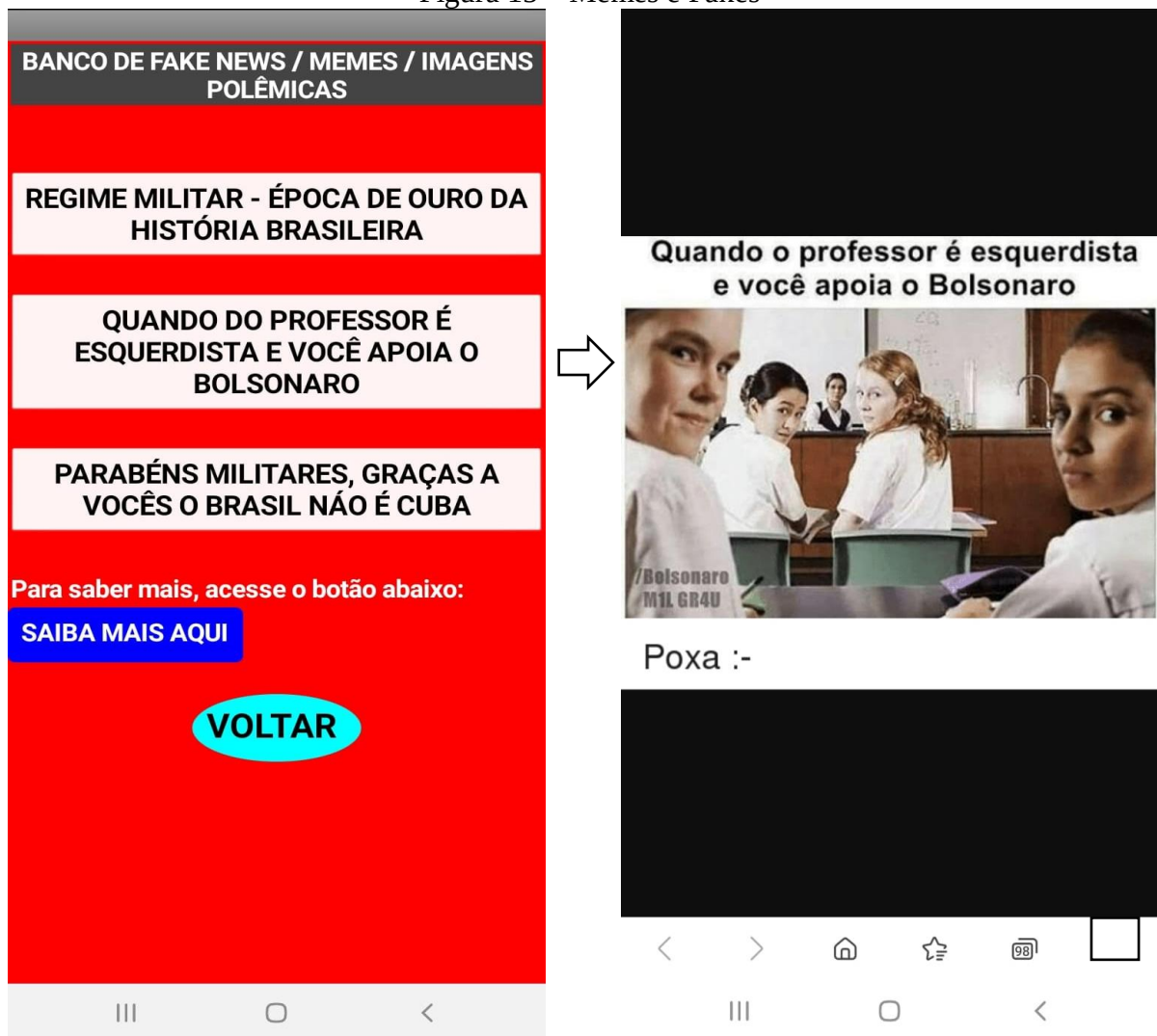


Fonte: captura de tela do App. Acervo pessoal.

➤ **Aba MEMES e FAKE**

Essa aba foi pensada para possibilitar a conversão de Fake news e de memes que circulam pelas redes sociais em fontes de interpretação e releituras críticas de suas mensagens. O intuito é ‘coleccioná-las’ e ir elaborando abordagens/questionamentos que possam ser utilizados como complementos das aulas propositivas sobre as temáticas que aparecem nas mensagens falseadas e/ou nos memes engraçados/falsos.

Figura 15 – Memes e Fakes



Fonte: captura de tela do App. Acervo pessoal.

➤ Aba ATIVIDADES

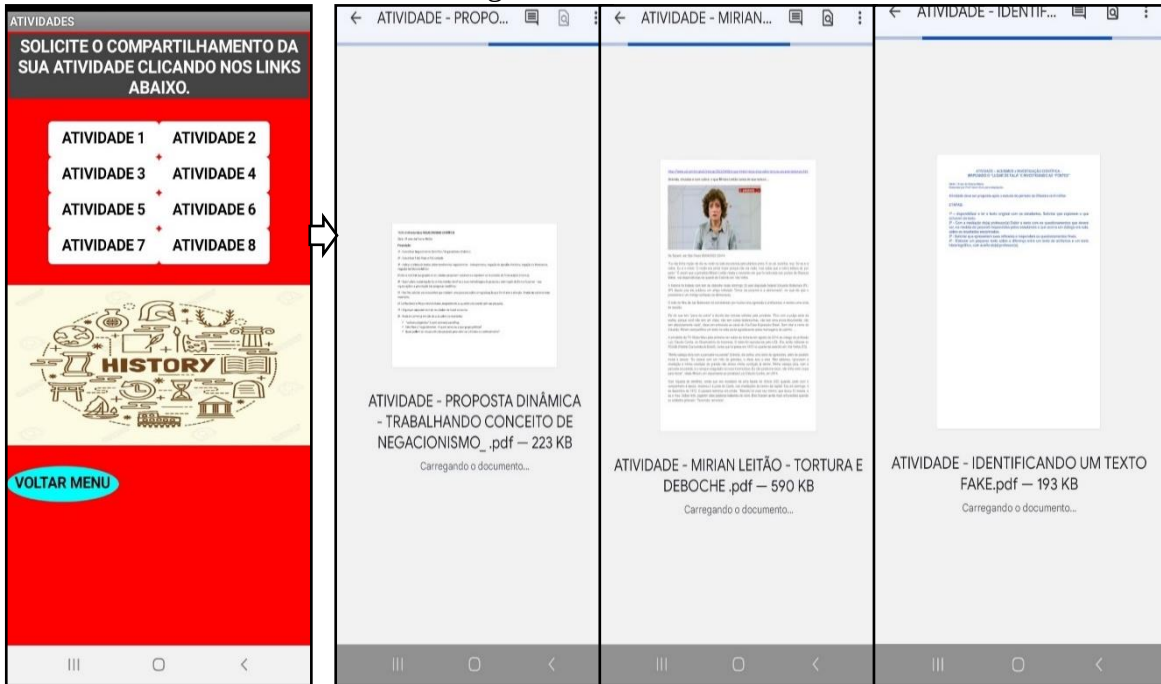
Começando por um 'parêntese' - há que se considerar que, quando se trata de elaboração de atividades, a educação básica é um mundo a ser explorado/pesquisado. A despeito de todos os desafios do dia a dia, a criatividade docente e a capacidade de produção são admiráveis. Os produtos encontrados nas dissertações do ProfHistória são evidências da habilidade didática dos(as) professores(as). Contudo, percebo que temos ainda, o desafio do devido registro dessas produções e práticas na sala de aula. Na urgência do fechamento bimestral, nem sempre há a preocupação com a escrita/registo/organização dos resultados das propostas. Assim, peças teatrais escritas sobre a Semana da Arte Moderna/sobre o 'descobrimento' do

Brasil/apresentações sobre as revoltas regenciais e republicanas/trabalhos de paródias sobre as temáticas da Guerra Fria (Revolução Cubana/Ditadura na Argentina e no Chile/guerra do Vietnã/China Comunista...)/mostras imagéticas sobre a tortura e a violência na Ditadura Civil-Militar brasileira/diversas apresentações culturais das turmas do Ensino de Jovens e Adultos/inúmeras apresentações sobre a beleza negra e contra o racismo, etc., enfim, uma miríade de produções com experiências de aprendizagens em que professores e estudantes aprendem juntos, cumpre seu papel didático bimestral, mas ficam sem nenhuma organização e/ou devido registro histórico, nem da proposta e muito menos dos resultados evidenciados que, se transformam geralmente em frias notas bimestrais. Questão que merece atenção, se quisermos mapear a atuação didática docente escolar.

A aba “ATIVIDADES” é, a meu ver, a mais propositiva do App. Tem a pretensão de ser colaborativa e mapear os trabalhos que se propõem em perspectivas diferentes: registrar atividades que, mesmo simples, saiam do “feijão-com-arroz” dos questionários e múltiplas escolhas ao usarem fontes diferentes e promovam assim, o aprender em diálogo com as evidências principalmente veiculadas na infoera.

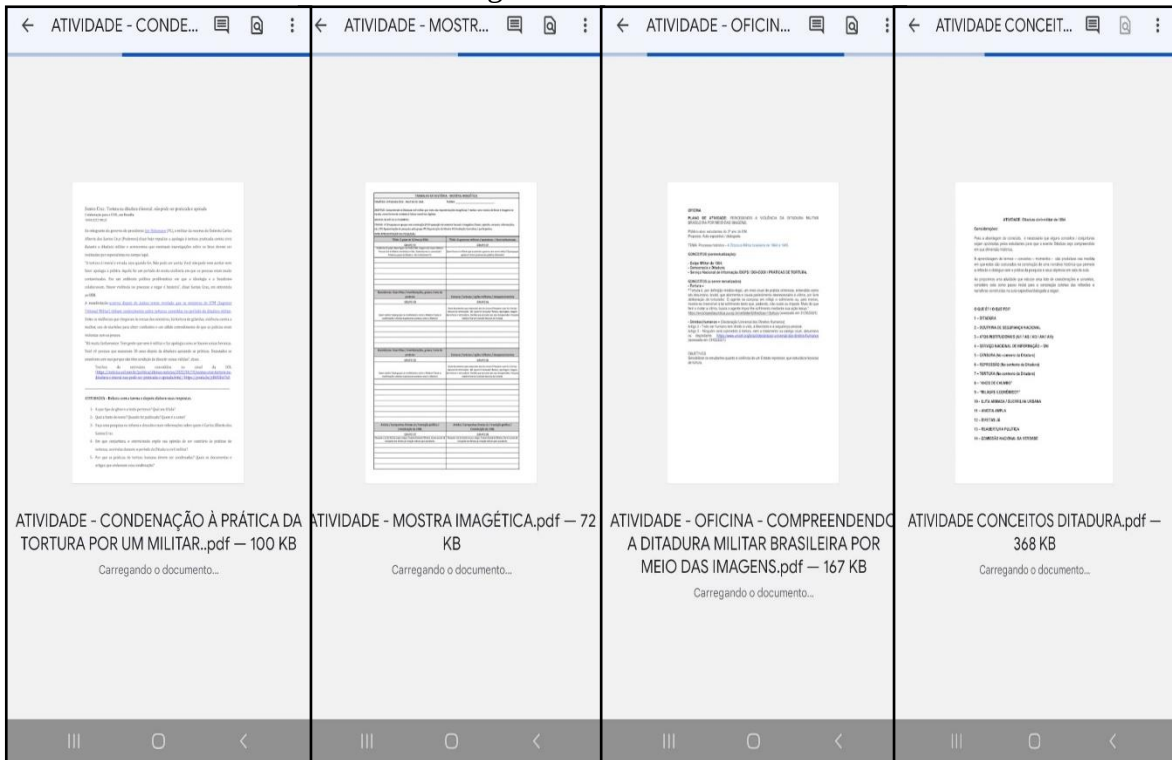
Na medida em que os(as) professores(as) forem acessando as fontes e forem criando/elaborando novas propostas de atividades, a ideia é que essas sejam dispostas para uso/consulta/adaptação e também para nossa própria aprendizagem. Evidenciei que elaborar atividades usando como fontes Fake news / memes ainda é uma novidade. A dúvida presente é se as perguntas elaboradas foram assertivas.

Figura 16 – Atividades



Fonte: captura de tela do App. Acervo pessoal.

Figura 17 – Atividades



Fonte: captura de tela do App. Acervo pessoal.

Mesmo no formato do Novo Ensino Médio, ao observar as oito coleções observadas no segundo capítulo, nesses materiais didáticos, são raras as atividades que fogem do esquema questionário de questões dissertativas e de múltipla escolha – não que não sejam válidas, a depender das proposições da aula e do(a) professor(a). Assim, entendo que a disponibilização de atividades pode ser uma somatória muito válida de experiências. Na aba ‘ATIVIDADES’ já estão disponíveis algumas atividades⁴⁶ elaboradas por mim. Uma até já aplicada ao longo da minha carreira, outras pensadas/elaboradas para o aplicativo, na perspectiva de cingir a atuação humana nos eventos históricos.

Em 2018, por exemplo, realizei juntamente com uma turma de terceiro ano, uma mostra imagética sobre a temática Ditadura, em que procurei expor ao máximo as imagens disponíveis sobre o período militar, bem como suas devidas informações históricas. Intitulada “DITADURA NUNCA MAIS”, em referência ao livro *Brasil: Nunca Mais*⁴⁷, de 1985, o objetivo era argumentar e apresentar elementos sobre o que foi a Ditadura Civil-Militar brasileira, que ela existiu, era real e não uma “teoria da conspiração”.

O Negacionismo precisava ser combatido frente ao episódio de negação que enfrentei em sala de aula. Então, após uma sequência de aulas expositivas e a produção de uma pesquisa no caderno com quinze conceitos-chaves, os estudantes foram divididos em grupos de cinco a seis integrantes e temáticas de pesquisa foram distribuídas para que a mostra fosse montada no pátio da escola, numa determinada data. Várias foram as temáticas: tortura/repressão; canções censuradas/frases contra ditadura; desaparecidos/mortos durante a repressão; governantes militares/atos institucionais; Diretas Já/Comissão da Verdade; etc.

Assim, cada grupo apresentou um pequeno resumo do que foi pesquisado⁴⁸ e apresentou também as imagens com as devidas referências/histórias/identificações. A partir daí, foram produzidos – em sala de aula e em grupo - painéis confeccionados em papel Kraft e cartolinas, sobre seu recorte temático. O resultado foi uma mostra visual repleta de informações sobre o contexto da Ditadura Civil-Militar. Com frases como “abaixo a ditadura”, “caminhando e cantando”, “tortura nunca mais” pichadas em não tecido branco, painéis auto explicativos, mais

⁴⁶ Anexadas ao final do trabalho.

⁴⁷ ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: Nunca Mais*. Arquidiocese de São Paulo. Editora Vozes. 1985.

⁴⁸ As fontes foram praticamente todas pesquisadas na web. Duas obras impressas foram disponibilizadas aos estudantes para suas pesquisas, por conta da quantidade de imagens presentes: Padrós, Enrique Serra, Barbosa, Vânia M., Lopez, Vanessa Albertinence, Fernandes, Ananda Simões. Organizadores. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul, 1964 a 1985*. ed., rev. e ampl. – Porto Alegre : Corag, 2010. – v. 2 ; Regal, Haroldo Mescolin. Brêa, Maria Elizabeth. Gouget, Alba Gisele. Teixeira, Giselle. Organizadores. *Os presidentes e a Ditadura Militar*. Arquivo Nacional, Brasília. Arquivo Nacional, 2008.

de 25 imagens do período, muitas “clássicas” nos livros didáticos e, também, mais de 500 nomes de pessoas que foram torturadas, mortas ou desaparecidas, colados um a um, em forma de ‘protesto/homenagem’, a mostra foi engendrada e ficou em exibição por três dias no pátio⁴⁹ da escola para que todos os alunos/alunas dos três turnos pudessem visitar.

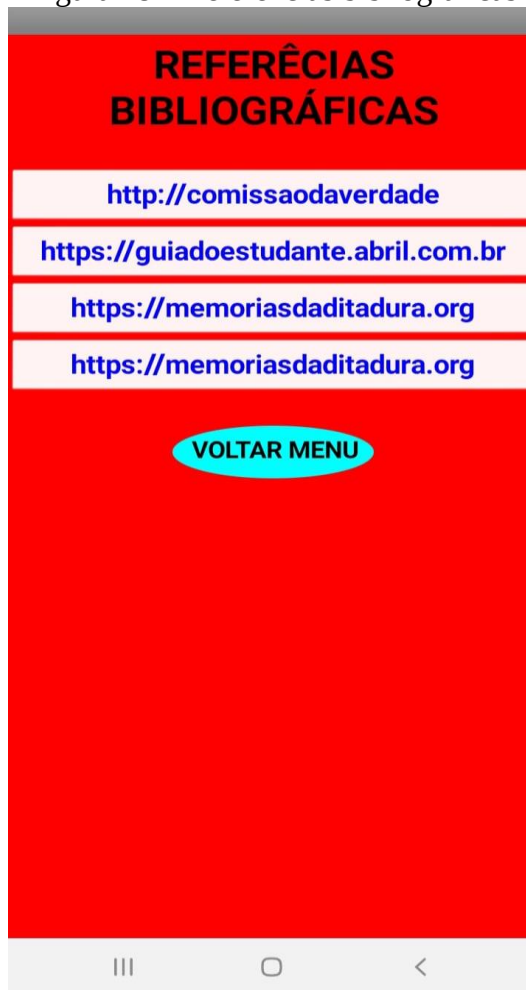
A possível organização dessa atividade, em forma de planilha, está disponibilizada no App. Penso que foi uma experiência didática bastante produtiva tanto para os estudantes envolvidos quanto para os que tiveram a oportunidade de visitarem o trabalho. Afinal, entendo que a escola é lugar de construção/desconstrução de memórias sociais. Mesmo quando somos pressionados pelo cyber tempo e pelo cyberspaço, na escola, trabalhos materiais ainda são uma prática importante para alcançarmos aprendizagens que extrapolam os objetivos do bimestre, ainda que seja válido registrar que, entre a apresentação da proposta e a culminância da mostra, oito aulas foram percorridas.

➤ Aba REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Por último tem-se a aba de referências bibliográficas – em construção - cuja finalidade é linkar todo conteúdo que foi evidenciado e disponibilizado no App. Mais que uma obrigação, é questão de valorizar a metodologia histórica, mesmo numa TDIC.

⁴⁹ Tivemos o cuidado de fechar a mostra como numa sala de museu, devido a imagens fortes, como por exemplo, a de Wladimir Herzog enforcado, pois no turno da tarde havia turmas de 4º e 5º ano, cuja idade não é recomendada para esse tipo de exposição. Os(as) professores(as) foram convidados(as) a levarem suas turmas para ‘visitar’ a galeria de trabalhos expostos.

Figura 18 – Referências bibliográficas



Fonte: captura de tela do App. Acervo pessoal.

O objetivo é a divulgação pública do aplicativo, principalmente nas redes do ProfHistória, nos eventos acadêmicos, nas redes sociais, etc., para que, novas interações aconteçam. O produto não se encontra pronto e acabado. Demanda atualizações/inserções cujo horizonte sempre seja a contribuição para a dinâmica do(a) professor(a) em sala de aula.

Sendo assim, a ideia é que o usuário clique e navegue em cada aba de acordo com seus interesses momentâneos e encontre documentos, fontes, fatos, atividades, páginas que possam colaborar/inspirar suas aulas. Temos uma miríade de bons conteúdos/páginas/textos na infoera que não aparecem nas buscas tradicionais num primeiro olhar. Auxiliar o(a) professor(a) nessa busca compôs o objetivo do meu produto.

3.4 - Questões a se ponderar – os desafios

Ao me propor a tarefa de desenvolver um produto histórico-digital, encantei-me com as efetivas possibilidades que poderia alcançar. Entretanto, a velha diferença entre o ideal e o real se enunciou: elaborar um aplicativo sem apoio/recursos financeiros alocados para o empreendimento; sem o devido conhecimento técnico necessário e, alterando sua intencionalidade primeira, por conta da pandemia, não foi empreitada fácil. Assim, o instrumento digital é resultante e se materializou dentro do campo das possibilidades reais. Diversos desafios foram vencidos e o produto existe. Mas, não está acabado. Novas demandas foram se despontando à medida que o App foi se concretizando. Algumas considerações são necessárias:

- Como produto, entendo que sua atratividade está no conteúdo divulgado ao público consumidor – professores e professoras – o que está se desenhando até o momento e tem a expectativa de ser progressivo. Divulgação é um dos desafios.

- Ainda há algumas intencionalidades no plano das ideias ‘a realizar’: uma aba linkando/apontando caminhos para os produtos resultantes das dissertações do ProfHistória sobre a temática, ainda se encontra como intenção/possibilidade, por exemplo. Bem como, dispor uma aba para as narrativas dos docentes sobre suas experiências com as propostas de atividades em sala de aula e, ainda, outra somente para reunir matérias jornalísticas sobre o conteúdo, no cenário atual, uma vez que reportagens costumam ser fontes bastante atrativas para análises/atividades do ponto de vista didático.

- Uma rede de suporte aos docentes que buscam desenvolvimento de produtos digitais, cada vez mais requeridos/demandados na educação básica, precisa ser pensada/oportunizada pelo ProfHistória. As barreiras de conhecimento da linguagem técnica, o alto valor de mercado demandado por empresas de tecnologia, a distância entre os produtos e o mercado editorial, são algumas das demandas que devem estar presente nas pautas das reuniões e serem encaradas como desafios e/ou oportunidades na busca pela excelência do programa. Dialogar com os cursos de Tecnologia da Informação das próprias universidades em busca de parcerias, pode ser uma solução/oportunidade.

- Alimentar e alimentar o aplicativo... de novas fontes, novos conteúdos e indicações, novas atividades. Para que realmente seja um produto praticável sua atualização se torna obrigatória. O contraditório é que prover o App de informações e divulgações – sendo um produto digital individualizado - requer muita pesquisa digital, muito tempo e não é tarefa simples. Não há um algoritmo/inteligência artificial aqui para a busca ativa de conteúdos sobre

o tema chave do App. Assim como, por não ter sido divulgado até então, o mix de atividades presentes no App, ainda é pequeno, por exemplo.

São questões postas, portanto, que buscaram dialogar com a urgência, tanto do desenvolvimento do produto quanto da necessidade de combater o negacionismo histórico em sala de aula.

Espero que o App possa auxiliar os/as professores/as a enfrentarem os negacionismos em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu da inquietação surgida em sala de aula, da negação de minha narrativa enquanto professora de História sobre a temática Ditadura civil-militar de 1964, realizada por um estudante em 2018. Debruçar-me sobre o negacionismo da Ditadura Civil-Militar brasileira, na conjuntura dos últimos anos, bem como, qual é o papel do(a) professor(a) de história frente a esses discursos em sala de aula tornou-se meu objeto de pesquisa.

No primeiro capítulo foi apresentado como a historiografia vem abordando a temática Negacionismo; quais historiadores vêm dissertando sobre e como as circunstâncias políticas do período 2017-2021 foram cingidas por enredos negacionistas. Busquei apresentar que o negacionismo da Ditadura civil-militar de 1964 não surgiu na conjuntura bolsonarista, mas, de acordo com Caroline Bauer, advém do próprio movimento ditatorial e das lideranças que dele participaram. Contudo, o uso histórico do falseamento da ditadura exasperou-se com o crescimento de grupos e pessoas digitais linkados à extrema-direita e ao bolsonarismo no Brasil.

No segundo capítulo, pretendi evidenciar que a falsa memória da Ditadura Militar, enquanto apenas mais um período “normal” e até “bom” da história recente do Brasil, está latente em sala de aula, reverberando na cena pública social. Os estudantes reproduzem memórias coletivas falseadas que, muitas vezes, são veiculadas na infoera – por meio de fake news, memes, redes e páginas de extrema-direita - conforme as falas dos(as) professores(as), ao trabalharem a temática em sala de aula.

Também embasada na experiência cotidiana escolar, procurei demonstrar o papel dos capítulos dos livros didáticos sobre a temática e como suas narrativas lineares carecem de mudança para que contribuam com os(as) docentes na tarefa de desconstrução de percepções negacionistas. A História Pública é interpretada como uma possibilidade frutífera na construção e divulgação de uma abordagem crítica e cidadã da temática.

O produto apresentado no terceiro capítulo, portanto, o entende como um catalisador das experiências públicas que podem contribuir para a performance do(a) docente - estando o próprio produto, presente também, na cena pública - ao lecionarem o conteúdo Ditadura/1964 no Brasil. A pretensão é que seja um Aplicativo corroborativo e que construa uma rede de compartilhamentos de abordagens da temática, que forem elaboradas pelos docentes que dele fizerem uso, na perspectiva de que o Ensino de História precisa ser propositivo em sala aula também. Um bom caminho é o trabalho com fontes, que possibilitam uma série de ações metodológicas/investigativas que contribuem para o envolvimento do(a) estudante com o tema e assim permite que esse(a) realize uma série de análises e reflexões que podem ser mediadas

pelo(a) professor(a). A sala de aula tornar-se-ia então, lócus de aprendizagem histórica. O espaço que por vezes, é o de repetição/reprodução da História pronta e acabada dos materiais didáticos sem pessoas ou da versão falseada/negada advinda da infoera, pode transformar-se ainda mais, em ambiente de compreensão histórica, reflexão crítica e práxis social.

E agora professores(as): como enfrentar o negacionismo histórico? Como combatê-lo em sala de aula?

Como já enunciado, entre 2020/22, além de muitas leituras, participei de diversos encontros virtuais e lives sobre o tema, em que essas questões estiveram presentes e foram examinadas e debatidas por diversos historiadores no cenário acadêmico brasileiro. Algumas defesas, respostas e caminhos foram se evidenciando:

Para o pesquisador Mateus Pereira:

(...) sobretudo, do meu ponto de vista, é pela luta, é pela transformação em crime, bem como, da apologia como por exemplo, do autoritarismo, à violência, à tortura, semelhante ao que a gente fez à criminalização da homofobia e do racismo(...) ⁵⁰ (comunicação verbal)

Já para Alexandre Avelar:

(...) o fundamento ético, moral, político de qualificar o negacionismo como crime, contra a humanidade, nos parece de uma relevância muito grande nas nossas formas de pensar respostas possíveis aos negacionistas, porque afinal de contas, há uma historiografia que bastante consolidada que desmontou sem muito esforço, diga-se de passagem, a fragilidade das teses negacionistas. Mas no entanto, me parece que essas respostas precisam também caminhar em direções paralelas, para que a gente tenha um conjunto de medidas mais efetivas. Como também, já chamou atenção dos colegas: é muito importante compreender o negacionismo também, a partir dos próprios mecanismos de funcionamento das redes sociais, isso é indissociável hoje, a compreensão desse espaço midiático, virtual em que o negacionismo se propaga com uma velocidade assustadora(...) ⁵¹ (comunicação verbal)

Outrossim, para Marcos Napolitano:

⁵⁰ Disponível em <https://youtu.be/wsmkUNxd4ys> em 14/09/2021.

⁵¹ Disponível em <https://youtu.be/n3NHUsljC1w> em 24/09/2020.

(...) o professor precisa saber, primeiro estar preparado(...). (...) o professor tem que responder como professor de história: as evidências, as fontes a historiografia diz isso, o resto é Fake, é invenção(...). (...) o consenso é esse, existiu, há documentos, há evidências, a historiografia pode dizer que isso aconteceu(...) ⁵² (comunicação verbal)

Para Sônia Menezes:

(...) as ciências humanas não abriram mão da ideia de verdade, na produção do conhecimento. Jamais! Jamais! Agora, a grande questão é que se criou uma ideia equivocada de que, a história pode dizer qualquer coisa sobre qualquer acontecimento. Não pode. Nós não temos autorização pra dizer qualquer coisa. Nós temos as fontes históricas. Nós temos os registros históricos. Tudo isso que nos possibilitam afirmar, interpretar. A produção da verdade do conhecimento histórico das ciências humanas, ela é sustentada nessa produção metodológica, na articulação das fontes e da produção teórica que nós fazemos, das leituras teóricas que nós fazemos(...). (...) nós não abrimos mãos de dizer a verdade. Não confunda a ideia de uma única verdade(...). (...) o dizer verdadeiro da história, ele existe! Ele é sustentado em fontes, ele é sustentado em métodos. Ele se pressa à reflexão(...) ⁵³ (comunicação verbal)

Para a pesquisadora Caroline Bauer:

(...) continuo acreditando nessa importância que nós historiadoras/historiadores temos no exercício da nossa função social, nas demandas que nós temos recebido como figuras de autoridade perante determinadas narrativas históricas como a própria necessidade que nós temos sentido de ocupar determinados espaços nas redes sociais virtuais e de pensar, de que forma nos espaços formais e não formais de ensino, essa história que nós produzimos, que tem esse compromisso ético-científico pode enfrentar narrativas sobre o passado que não tem esse compromisso. São narrativas mais vinculados a uma difusão ideológica, político-partidária ou até mesmo propagandística como é característica da narrativa negacionista, né. O negacionismo, ele não pode ser considerado como uma operação intelectual – ele é uma operação intelectual na sua formulação né, na sua construção – mas ele não é mais um dos argumentos válidos dentro do debate intelectual, ele não é um argumento científico, ele não está dentro do âmbito da ciência. Ele é uma narrativa ideológica propagandista que se reverte – no caso negacionismo científico – que se revesse desses usos do passado como forma de apresentação e legitimação políticas ou de valores do presente(...) ⁵⁴. (comunicação verbal)

⁵² Disponível em <https://youtu.be/jLOXXrFmEok> em 20/07/2020.

⁵³ Disponível em <https://youtu.be/V-unFyUx7kA> em 15/09/2021.

⁵⁴ Disponível em <https://youtu.be/HeojmD9TBDM> em 07/12/2021.

Falas instigantes, esclarecedoras que suscitaram em mim, muitas reflexões. Contudo, senti falta da sala de aula. Talvez por isso, minha narrativa seja mais específica, voltada para esse espaço tão importante nesse cenário de deslegitimação do nosso lugar de fala. Eu entendo que, para combatermos o negacionismo em sala de aula, nós professores e professoras precisamos escolher bem como o tema será apresentado à turma, como será recortado, quais evidências serão apresentadas, quais serão as questões serão norteadoras da aula. E ainda, apresentar aos estudantes as metas da aula e o que se espera de suas participações. Nada de novo. Preparo e organização são elementos de combate aos ataques sofridos pela história escolar.

No entanto, de nada valerá toda essa organização didática, se as narrativas se mantiverem lineares. O tema da Ditadura Civil-Militar brasileira é um tema sensível, doloroso, mal resolvido. E isso tem que ser tratado. Fugir disso é manter a história dos generais. É preciso falar dos mortos e desaparecidos como pessoas que foram. Contar suas histórias. É preciso recordar. Não que a história da ditadura deva ser uma coleção das tragédias apenas. Mas, se projetamos fraternidade democrática, não podemos apagá-las da história escolar e/ou permitirmos versões falseadas e ainda mais, glorificadas desse evento histórico. Encarar as adversidades do trabalho com a temática em nosso cotidiano escolar. O combate é agora.

Reitero que para mim, a sala de aula é lócus de História Pública – ainda que analógica - e é nela que podemos ampliar nossos esforços de divulgação e promoção da educação histórica. Que as narrativas históricas são construções científicas e que, portanto, nossa representação historiadora/professora é verdadeira. Entendo/defendo que a história escolar deve ter como horizonte, ser memória social do que não deve ser esquecido ou tolerado pela humanidade que tenha por ideal de felicidade, a bondade, as liberdades e o respeito humano entre si. Se me apegar ao real, sem o esperar de Paulo Freire e a luta pelo utópico, melhor deixar de ser professora, o que é difícil. Sigo então...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABUD, Katia Maria. “A História nossa de cada dia: saber escolar e saber acadêmico na sala de aula”. In: MONTEIRO, Ana Maria F.C; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (orgs.) **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2007.
- ALVES, Carlos M. **Ditadura Militar brasileira: Memória e Ensino em tempos de redemocratização**. Amambá: [s.n.], 2018.
- ALVES, M. A. Sousa. MACIEL, Emanuella R. Halfed. **O fenômeno das Fake news: definição, combate e contexto**. N. 1/V. 1/Janeiro de 2020. Pág. 144 a 171.
- AVELAR, Alexandre; BEVERNAGE, Berber; VALIM, Patrícia. **NEGACIONISMO: História, Historiografia e perspectivas de pesquisa**. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 41, nº 87, 2021.
- ÁVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 41, nº 87, 2021.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de; KLEN, Bruna S.; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Do Fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro**. (organizadores). Vitória: Editora Milfontes, 2020.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Atualismo: pandemia e historicidades no interminável 2020**. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 1-16, jan.-abr. 2021 e-ISSN: 1980-864X | ISSN-L: 0101-4064
- ÁVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 41, nº 87, 2021. <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-09>
- BAUER, Caroline Silveira. Qual o papel da História Pública frente ao revisionismo histórico? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). **Que história pública queremos? / What public history we want?** São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo. Cortez, 2008.
- BORGES, Viviane Trindade; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) **Que história pública queremos? What public history do we want?** São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. V 1. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- CERRI, Luís Fernando (Org.). **O ensino de História e a ditadura militar**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.
- CARVALHO, Alessandra; KNACK, Diego. Conhecimento histórico escolar, tempo presente e o uso de documentos audiovisuais no ensino sobre a ditadura militar na educação básica. *Revista História Hoje*, v. 6, nº 12, p. 98-121 – 2017. <https://doi.org/10.20949/rhhj.v6i12.391>

CHANG, Fábio de Almeida. **A serpente na rede**: extrema-direita, neofascismo e internet na Argentina. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2008.

COSTA, Marcella Albaine Farias da. FRANCO, Aléxia Pádua. Cultura digital e ensino de História: diferentes abordagens e metodologias. Ensino de História e suas práticas de pesquisa. E-book. Editora Olkos. São Leopoldo. 2021.

COUTO, Regina Célia do. FONSECA, Selva Guimarães. A formação de professores de História no Brasil: Perspectivas desafiadoras do nosso tempo. Espaços de formação do Professor de História. Papirus Editora. Campinas-SP. 2008.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**, vol. 02, n.4, dez. 2013. <https://doi.org/10.20949/rhhj.v2i4.90>

FERREIRA, M. de M. **A História como ofício**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Qual a relação entre a história pública e o ensino de História? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). Que história pública queremos? / What public history we want? São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 29-38.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. Ensino de História, mídia e História Pública. In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; ALMEIDA, Juniele Rabêlo. **História pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra & Voz, 2016, pp. 185-194.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *História e Ensino de História*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Assis Daniel. **Ensino de história e história do tempo presente**: olhares possíveis. Boletim Eletrônico do Núcleo de Pesquisa e Extensão em História, Filosofia e Patrimônio (NATIMA), Juazeiro do Norte, vol. 2, nº 2, 2020.

HARTOG, François. A Covid-19 e as perturbações no presentismo. ArtCultura Uberlândia, v. 22, n. 41, p. 50-56, jul.-dez. 2020. <https://doi.org/10.14393/artc-v22-n41-2020-58640>

HOLLANDA, Cristina Buarque de. ISRAEL, Vinícius Pinheiro. Panorama das Comissões da Verdade no Brasil: uma reflexão sobre novos sentidos de legitimidade e representação democrática. Rev. Sociol. Polít. vol.27 no.70 Curitiba 2019 Epub Dec 05, 2019. <https://doi.org/10.1590/1678-987319277006>

HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídias. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

HUYSEN, Andreas. Culturas do passado presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro, Contraponto, 2014.

LIDDINGTON, Jill. **O que é História Pública?** Os públicos e seus passados. Introdução à História Pública. 2011 p. 31-52.

LOPES, Cristiano Gomes. **O Ensino de História na Palma da Mão: O WhatsApp como extensão da sala de aula**. Araguaína, TO, 2016.

MAGILL, Claire. Abordagem ao ensino da Guerra Civil e da Ditadura de Franco na Espanha Contemporânea. In: MAIA, Tatyana de Amaral; ALVES, Luís Alberto Marques; HERMETO, Miriam; RIBEIRO, Cláudia Sofia Pinto (Org.). **(Re)Construindo o passado: o papel insubstituível do ensino da História**. Porto Alegre: EdiPUCRS; Porto: CITCEM, 2016, pp. 115-146

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro** / Marcos Napolitano. – São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Jairo Carvalho do. Cinema e ensino de história: realidade escolar, propostas e práticas na sala de aula. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Abril/ Maio/ Junho de 2008 Vol. 5 Ano V nº 2.

NETO, Odilon Caldeira. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. **Antíteses**, 2009, Vol.2(4), p.1097-1123

MAIA, Tatyana de Amaral; ALVES, Luís Alberto Marques; HERMETO, Miriam; RIBEIRO, Cláudia Sofia Pinto (Org.). **(Re)Construindo o passado: o papel insubstituível do ensino da História**. Porto Alegre: EdiPUCRS; Porto: CITCEM, 2016, pp. 227-258.

MENESES, Sônia. Os vendedores de verdades: o dizer verdadeiro e a sedução negacionista na cena pública como problema para o jornalismo e a história (2010 – 2020). **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V. 41, nº 87. 2021. <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-05>

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova Direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 863-902, set/dez 2015. <https://doi.org/10.1590/0104-87752015000300008>

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; HERMETO, Miriam. Justa Memória. Dívida Ética e Passados-Presentes Dolorosos: questões a partir da análise de interpretações sobre a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) em livros didáticos de História. In: HERMETO, Miriam; RIBEIRO, Cláudia Sofia Pinto (Org.). **(Re)Construindo o passado: o papel insubstituível do ensino da História**. Porto Alegre: EdiPUCRS; Porto: CITCEM, 2016.

PRADO, Eliane Mimesse. **A disciplina História nos anos da ditadura militar**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

PRADO, Maria Lígia. **Novos Combates pela História: desafios-ensino**. Organização de Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky; Carlos Fico...[et al]. São Paulo. Contexto, 2021. P. 51-81.

QUEIROZ, Debórah Silva de. **Memória da Resistência à Ditadura Militar Brasileira: Guia para Utilização de Filmes em Sala de Aula**, 2016.

QUINAN, Licia. **As memórias dos jovens sobre a ditadura civil-militar e a função social do historiador** / Licia Quinan - Rio de Janeiro, 2016.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História Pública: a comunicação e a educação histórica. **Observatório**, Palmas, v. 3, n. 2, p. 41-65, abr./jun. 2017. <https://doi.org/10.20873/ufp.2447-4266.2017v3n2p41>

SILVA, Diego Leonardo Santana. Sobre o Negacionismo no Ciberespaço: a “Enciclopédia Alternativa” Metapédia e sua proposta de Educação Histórica. São Cristóvão – SE, 2017.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira Da. Corpo e Negacionismo. **Locus** (Juiz de Fora, Brazil), 01 dezembro 2019, Vol.25(2). <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2019.v25.28162>

SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo. Ed. Contexto. 2009.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Los asesinos de la memoria**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1994.

VITÓRIA, Bárbara Zacher. **Sobre memes e mimimi**: Letramento histórico e midiático no contexto do conservadorismo e intolerância nas redes sociais / Bárbara Zacher Vitória; orientador, Alexandre Busko Valim, 2019.

ANEXOS

PESQUISA - Ensino da temática Ditadura Militar.

Olá! Desde já, agradeço por responder este formulário!

Esta pesquisa visa contribuir com o desenvolvimento de dissertação sobre a temática ensino de história da Ditadura Militar brasileira e Negacionismo.

Deve ser respondida somente por professoras e professores de História.

Pesquisadora: Ianni Sousa Borges - aluna do Mestrado profissional em Ensino de História da UFU/2020 e professora da E.E. Antônio Thomaz Ferreira de Rezende / Uberlândia.

Orientadora: Professora Dra. Maria Andrea Angelotti Carmo

Contato para dúvidas/contribuições: ianni.borges@educacao.mg.gov.br

*Obrigatório

1. NOME COMPLETO *

Seus dados não serão expostos/publicados sem a sua anuência.

2. Informe seu e-mail. *

Seus dados não serão expostos/publicados sem a sua anuência.

3. Qual sua formação e qual instituição se formou? *

Seus dados não serão expostos/publicados sem a sua anuência.

4. Há quanto tempo atua como professora / professor de História? *

Marcar apenas uma oval.

- Entre 1 e 2 anos.
 Entre 2 e 6 anos.
 Entre 6 e 10 anos.
 Entre 10 e 15 anos.
 Entre 15 ou mais de 20 anos.

5. Escola(s) em que trabalha. *

Seus dados não serão expostos/publicados sem sua anuência.

6. Entre 2017 e 2021, você lecionou para turmas em que a temática Ditadura Militar fazia parte do conteúdo curricular? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

7. Entre 2017 e 2021, quais são as séries em que a temática Ditadura Militar é abordada na Educação Básica? *

Marque todas que se aplicam.

- 6º ano Ensino Fundamental
 7º ano Ensino Fundamental
 8º ano Ensino Fundamental
 9º ano Ensino Fundamental
 1º ano Ensino Médio
 2º ano Ensino Médio
 3º ano Ensino Médio

8. Qual o nome da coleção/autores/editora dos livros didáticos adotados pela escola entre 2017 e 2021? *

9. Professor / Professora, você consegue trabalhar a temática na série indicada? *
Se sim, quais os recursos mais utilizados por você?

Marque todas que se aplicam.

- Capítulo do Livro didático adotado pela escola.
- Textos ou resumos paradidáticos.
- Filmes / vídeos / documentários.
- Reportagens sobre a temática.
- Outros materiais

10. Professor / Professora, você consegue trabalhar a temática na série indicada? *
Se não, quais os fatores que o atrapalham?

Marque todas que se aplicam.

- Tempo curto. Temática presente somente no final dos eixos didáticos.
- Dificuldade didática em abordar o tema Ditadura.
- Outros fatores.

11. Caso queira, relate os fatores que o atrapalham a trabalhar a temática Ditadura Militar no Brasil.

12. Professora / professor, você já vivenciou algum episódio de Negacionismo da temática Ditadura Militar por parte dos estudantes em suas aulas? Se sim, poderia relatar brevemente o ocorrido? *

13. Professor / Professora: Se possível, relate suas práticas/vivências/frustrações sobre a temática Ditadura Militar em sala de aula. *

Google Formulários

Santos Cruz: Tortura na ditadura é imoral; não pode ser praticada e apoiada

Colaboração para o UOL, em Brasília

19/04/2022 09h33

Ex-integrante do governo do presidente [Jair Bolsonaro](#) (PL), o militar da reserva do Exército Carlos Alberto dos Santos Cruz (Podemos) disse hoje repudiar a apologia à tortura praticada contra civis durante a ditadura militar e acrescentou que eventuais investigações sobre os fatos devem ser realizadas por especialistas no campo legal.

"A tortura é imoral e errada, seja quando for. Não pode ser aceita. Você não pode nem aceitar nem fazer apologia à prática. Aquilo foi um período de muita violência em que as pessoas eram muito contaminadas. Era um ambiente político problemático em que a ideologia e o fanatismo colaboravam. Houve violência no processo e negar é besteira", disse Santos Cruz, em entrevista ao **UOL**

A manifestação [ocorreu depois de áudios terem revelado que os ministros do STM \(Superior Tribunal Militar\) tinham conhecimento sobre torturas cometidas no período da ditadura militar](#).

Entre as violências que chegaram às mesas dos ministros, há tortura de grávidas, violência contra a mulher, uso de martelos para obter confissões e um sólido entendimento de que as polícias eram violentas com os presos.

"Há muita fanfarronice. Tem gente que nem é militar e faz apologia como se fossem coisas heroicas. Você vê pessoas que nasceram 30 anos depois da ditadura apoiando as práticas. Deputados se envolvem com isso porque não têm condição de discutir coisas válidas", disse.

Trechos da entrevista concedidos no canal da UOL

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/04/19/santos-cruz-tortura-na-ditadura-e-imoral-nao-pode-ser-praticada-e-apoiada.htm> / <https://youtu.be/yB68SltoTsA>

ATIVIDADES – Debata com a turma e depois elabore suas respostas.

- 1- A que tipo de gênero o texto pertence? Qual seu título?
- 2- Qual a fonte do texto? Quando foi publicado? Quem é o autor?
- 3- Faça uma pesquisa na infoera e descubra mais informações sobre quem é Carlos Alberto dos Santos Cruz.
- 4- Em que conjuntura, o entrevistado expõe sua opinião de ser contrário às práticas de torturas, ocorridas durante o período da Ditadura civil-militar?
- 5- Por que as práticas de tortura humana devem ser condenadas? Quais os documentos e artigos que endossam essa condenação?

ATIVIDADE – ACHISMOS x INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA - MAPEANDO O “LUGAR DE FALA” E INVESTIGANDO AS “FONTES”

Série – 3º ano do Ensino Médio.

Elaborado por Prof.^a Ianni / livre para adaptações.

Atividade deve ser proposta após o estudo do período da Ditadura civil-militar.

ETAPAS:

1º – disponibilizar e ler o texto original com os estudantes. Solicitar que expliquem o que acharam do texto.

2º - Com a mediação do(a) professor(a) Exibir o texto com os questionamentos que devem ser, na medida do possível respondidos pelos estudantes e que ocorra um diálogo em sala, sobre os resultados encontrados.

3º - Solicitar que apresentem suas reflexões e respondam os questionamentos finais.

4º - Elaborar um pequeno texto sobre a diferença entre um texto de achismos e um texto historiográfico, com auxílio do(a) professor(a).

TEXTO ORIGINAL:

31 de março de 1964 — o grande livramento do comunismo Por

Julliene Salviano

| publicado 31/03/2021 — 23h24



Conexão Política conteúdo ®

Eram três horas da madrugada. O dia? 31 de março de 1964.

O general Olímpio Mourão Filho partia, de Juiz de Fora, rumo ao Rio de Janeiro. O ato era considerado impulsivo por Castello Branco, pois, segundo o general Carlos Guedes, a data combinada aconteceria em 4 de abril. “Nada que se faz em lua de quarto minguante dá certo”, teria dito o general de Infantaria.

João Goulart ordenou ao general Âncora que prendesse Castello Branco. Este, Âncora, por sua vez, não a cumpre.

General Âncora comandava o Destacamento Sampaio para interceptar o Destacamento Tiradentes, comandado pelo general Murici. Embora com tropa muito mais poderosa e armada, não entrou em confronto com os militares que retornavam de São Paulo. Ao chegar na Região de Resende, deparou-se com cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras em posição defensiva, visando retardar o deslocamento das tropas vindas do Rio. Se as forças se enfrentassem no Vale do Paraíba, iniciar-se-ia uma guerra civil. Era justamente isso que os militares não gostariam. No dia 1.º de abril de 1964 ocorreu uma reunião. Convencidos por Médici, fica decidida a união das tropas.

No Nordeste, Miguel Arraes, governador de Pernambuco, e Seixas Dória, governador de Sergipe, são presos como traidores da nação. Carlos Lacerda, governador da Guanabara, coloca a polícia à caça de aliados de João Goulart e do próprio. Diante de tudo isso, Goulart se refugiou no Rio Grande do Sul. O congresso passou, declarar vaga a Presidência da República.

Perigo de sangue

Desde a Revolução Francesa, o mundo vive um ciclo de tensões, passando pela 1º e 2º Guerra, pelo fascismo e pela guerra fria.

O mundo se dividia. O Brasil, naquela década, e a América latina, viviam em meio às guerrilhas, atentados, sequestros e bombas. Tudo programado no esquema de ascensão do comunismo.

No Brasil, os comunistas já ocupavam a administração federal, sendo João Goulart um deles. O presidente acobertava a intervenção armada de Cuba no país desde 1961 e estimulava a divisão nas Forças Armadas para provocar uma guerra civil, além de jogar o povo na miséria com seu péssimo governo. Luiz Carlos Prestes havia voltado de Moscou com autorização para prosseguir.

Os governadores Carlos Lacerda, da Guanabara, e Adhemar de Barros, de São Paulo, montaram um forte esquema em que, na época, contava com aproximadamente 30 mil homens armados,

com helicópteros, bazucas e metralhadoras. Tudo para impedir os comunistas. Deflagrada a guerra civil, o solo verde e amarelo seria manchado pelo sangue pátrio. A revolução serviria para implantar no Brasil um regime igual ao de Cuba, com apoio da União Soviética e de Havana. Tudo acabou desmantelado pela ação militar, que impediu a ação dos filhos da foice e do martelo. A lideranças comunistas, que até então se gabavam de ter respaldo militar, fugiram para as embaixadas.

É bradado, hoje, em alto e bom som, por antigos aliados daquele tempo, que a intenção dessa turma era implantar no Brasil a ditadura do proletariado. Sim, foi disso que nos livramos em 1964. Mas, antes da ação militar houve um forte clamor popular: igreja, empresários, veículos de comunicação e a sociedade em geral clamavam por socorro em uníssonos repúdio ao comunismo, que estava a porta. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade levou cerca de 200 mil pessoas às ruas de São Paulo, numa grande demonstração desse clamor.

A revolta contra o governo era vasta e disseminada. Otto Maria Capeaux, publicou dois editoriais no *Correio da Manhã*: “Fora!” e “Basta”. O Clamor pela derrubada de Jango era geral. Sua deposição foi um ato legítimo que uniu a sociedade e foi apoiado pelo congresso.

Governo

No que dependeu da apologia tosca dos esquerdistas à esquizofrenia coletiva, o governo militar foi jogado numa vala obscura da fábrica de falsificações e camuflagem dos zumbis de Karl Marx. A história de 64 nunca foi contada com honestidade.

Depois de nos livrar da desgraça leninista, os militares assumiram o governo do país. Castelo demoliu o esquema político comunista sem sufocar as liberdades públicas. Em sua época, não houve nenhuma violência física, exceto por parte dos comunistas, que já tinham em seu currículo 82 atentados. Já o governo Médici, foi marcado pela vitória contra a guerrilha. sim, os ‘coitadinhos’ que conhecemos na história integravam uma guerrilha.

Geisel adotou uma política econômica socializante, que ainda hoje nos prejudica. Ele tolerou a corrupção, inseriu o Brasil num eixo antiamericano. O Brasil, durante seu governo, foi primeiro país a reconhecer o governo do MPLA, em Angola, de viés marxista (movimento arquitetado por Cuba). Figueiredo, por sua vez, encerrou o período, permitindo a eleição presidencial indireta, que decretaria o fim do Regime.

Herança

O que foi comumente contado sobre esse período da história recente do Brasil é extremamente distorcido e de natureza revanchista. Na verdade, beira a fantasia romanceada que pretende transformar apátridas covardes em heróis nacionais. A historiografia oficial, que nas mãos de esquerdistas caminha à margem da verdade, consagrou na mente atual uma visão distorcida que beira a demência, enfatizando feitos de violência e omitindo os números reais de comunistas mortos, algo entre 300 e 400. Na visão de muitos brasileiros, o sangue guerrilheiro derramado foi o preço modesto que o Brasil pagou perante o massacre humano que haviam planejado para implementar o regime que defendiam, assim como ocorreu na Rev. Russa. Estima-se que o comunismo tenha matado 94 milhões pessoas.

Naquela época, havia tranquilidade para a maioria dos brasileiros. De um modo geral, muitos sabem que viviam mal apenas os baderneiros, formada por uma pequena elite esquerdista. Essa elite fugiu para exílio, tendo tempo suficiente para estudar e tramar novos planos. De volta ao país, ocuparam postos de destaque na mídia, como jornalistas, cineastas, campo artístico em geral, e, principalmente, na política. Quando isso começou a acontecer, a narrativa foi sendo modificada progressivamente. Entre a narrativa do panfleto comunista e o relato de meus pais, avós e bisavós, eu fico com o segundo.

Porém, ironicamente, a própria brandura do regime militar permitiu que a esquerda se refugiasse nas universidades, nos jornais e nos editorias. Foi aí que instalaram sua principal trincheira, seguindo a cartilha gramscista. Sim, eles criaram a hegemonia esquerdista nos meios intelectuais. Eles obtiveram sua vingança monopolizando a interpretação dos fatos históricos. Toda essa estratégia foi completada por FHC, que realizou um grande o sucateamento das FFAA. Muitos brasileiros enxergaram a clara a continuidade do objetivo nefasto. Não tardou a substituição do ensino tradicional, baseado em letras clássicas e ciências naturais, pela cultura do sexo (revolução sexual), da depravação moral, das drogas e do guevarismo.

Ainda hoje, no Brasil, lidamos com os devotos do maior genocida de todos os tempos, cujas ideias mataram mais que qualquer outro. Um demônio que continua assombrando a humanidade e precisa ser exorcizado, o quanto antes. Sim, o fantasma do barbudo Karl Marx.

Assim como disse o novo ministro da Defesa, General Braga Neto, o ano de 1964 deve ser compreendido e celebrado. Sim, nos livramos o daquele grande mal: o comunismo. E hoje, mais do que nunca, é o que desejamos fazer com nossa a liberdade restaurada.

<https://www.conexaopolitica.com.br/coluna/31-de-marco-de-1984-o-grande-livramento-do-comunismo/> (acessado em abril/2021)

TEXTO PARA INTERPRETAÇÃO E DEBATE:

31 de março de 1964 — o grande livramento do comunismo

Por

Julliene Salviano ([Quem é Julliene? Qual sua formação? Usa qual metodologia científica para escrever?](#))

| publicado 31/03/2021 — 23h24



Conexão Política conteúdo ®

Eram três horas da madrugada. O dia? 31 de março de 1964.

O general Olímpio Mourão Filho partia, de Juiz de Fora, rumo ao Rio de Janeiro. O ato era considerado impulsivo por Castello Branco, pois, segundo o general Carlos Guedes, a data combinada aconteceria em 4 de abril. ([Qual sua fonte de pesquisa?](#)) “Nada que se faz em lua de quarto minguante dá certo”, teria dito o general de Infantaria.

João Goulart ordenou ao general Âncora que prendesse Castello Branco. Este, Âncora, por sua vez, não a cumpre.

General Âncora comandava o Destacamento Sampaio para interceptar o Destacamento Tiradentes, comandado pelo general Murici. Embora com tropa muito mais poderosa e armada, não entrou em confronto com os militares que retornavam de São Paulo. Ao chegar na Região de Resende, deparou-se com cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras em posição defensiva, visando retardar o deslocamento das tropas vindas do Rio. Se as forças se enfrentassem no Vale do Paraíba, iniciar-se-ia uma guerra civil. ([Qual sua fonte de pesquisa?](#)) Era justamente isso que os militares não gostariam. No dia 1.º de abril de 1964 ocorreu uma reunião. Convencidos por Médici, fica decidida a união das tropas.

No Nordeste, Miguel Arraes, governador de Pernambuco, e Seixas Dória, governador de Sergipe, são presos como traidores da nação. Carlos Lacerda, governador da Guanabara, coloca a polícia à caça de aliados de João Goulart e do próprio ([Qual sua fonte de pesquisa?](#)). Diante de tudo isso ([Houve uma insurreição popular e comunistas? Com a participação de quantas milhares de pessoas?](#)), Goulart se refugiou no Rio Grande do Sul. O congresso passou, declarar vaga a Presidência da República.

Perigo de sangue

Desde a Revolução Francesa, o mundo vive um ciclo de tensões, passando pela 1º e 2º Guerra, pelo fascismo e pela guerra fria.

O mundo se dividia. O Brasil, naquela década, e a América latina, viviam em meio às guerrilhas, atentados, sequestros e bombas. Tudo programado no esquema de ascensão do comunismo ([Relembrar conceito de Comunismo / identificar grupos comunistas no Brasil em 1964](#)).

No Brasil, os comunistas já ocupavam a administração federal, sendo João Goulart um deles **(João Goulart era filiado a qual partido político à época? Se auto declarava comunista? Pesquise?)**. O presidente acobertava a intervenção armada de Cuba no país desde 1961 **(Qual sua fonte de pesquisa?)** e estimulava a divisão nas Forças Armadas para provocar uma guerra civil, além de jogar o povo na miséria com seu péssimo governo **(pesquisar índices de aprovação do presidente João Goulart)**. Luiz Carlos Prestes havia voltado de Moscou com autorização para prosseguir.

Os governadores Carlos Lacerda, da Guanabara, e Adhemar de Barros, de São Paulo, montaram um forte esquema em que, na época, contava com aproximadamente 30 mil homens armados, com helicópteros, bazucas e metralhadoras. **Tudo para impedir os comunistas. Deflagrada a guerra civil, o solo verde e amarelo seria manchado pelo sangue pátrio. (Pesquisar a que guerra civil se refere? O sangue pátrio de quem a autora se refere? Quais as datas desse acontecimento? Do lado da esquerda, quantos homens lutaram?)** A revolução serviria para implantar no Brasil um regime igual ao de Cuba, com apoio da União Soviética e de Havana. Tudo acabou desmantelado pela ação militar, que impediu a ação dos filhos da foice e do martelo. A liderança comunista, que até então se gabavam de ter respaldo militar, fugiram para as embaixadas. **(Pesquise se havia, por parte dos grupos de esquerda do país alguma ação de intervenção revolucionária e tomada de poder no Brasil em Março de 1964.)**

É bradado, hoje, em alto e bom som, por antigos aliados daquele tempo, que a intenção dessa turma era implantar no Brasil a ditadura do proletariado **(Que é ditadura do proletariado?)**. Sim, foi disso que nos livramos em 1964. Mas, antes da ação militar houve um forte clamor popular: igreja, empresários, veículos de comunicação e a sociedade em geral clamavam por socorro em uníssono repúdio ao comunismo, que estava a porta. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade levou cerca de 200 mil pessoas às ruas de São Paulo, numa grande demonstração desse clamor. **(A Marcha foi organizada em contraposição a quais atos políticos daquele contexto histórico? Pesquise.)**

A revolta contra o governo era vasta e disseminada. Otto Maria Capeaux, publicou dois editoriais no *Correio da Manhã*: “Fora!” e “Basta”. O Clamor pela derrubada de Jango era geral. **(Quais os grupos políticos civis que apoiaram o golpe militar de Março de 1964?)** Sua deposição foi um ato legítimo que uniu a sociedade e foi apoiado pelo congresso. **(Quando, no Direito democrático, uma deposição é legítima? Quais os crimes cometidos pelo presidente João Goulart? Foi julgado e condenado? Sofreu impeachment?)**.

Governo

No que dependeu da apologia tosca dos esquerdistas à esquizofrenia coletiva, o governo militar foi jogado numa vala obscura da fábrica de falsificações e camuflagem dos zumbis de Karl Marx. A história de 64 nunca foi contada com honestidade. **(Pesquise 10 títulos de livros publicados em que Historiadores pesquisam o período do Golpe de 1964 e a Ditadura que se instaurou no país.)**

Depois de nos livrar da desgraça leninista, os militares assumiram o governo do país. Castelo demoliu o esquema político comunista **(Qual esquema? Que fontes usa para afirmar que existia um “esquema político comunista”?)** sem sufocar as liberdades públicas. **(Depor um presidente, cancelar a constituição de 1946 e editar Atos Institucionais, são sinônimos de não “sufocar as liberdades públicas”? Que foi a censura imposta neste período?)**. Em sua época, não houve nenhuma violência física, exceto por parte dos comunistas, que já tinham em seu currículo 82 atentados **(Consulte o relatório final da Comissão Nacional da Verdade e indique as violências físicas ocorridas no período. 82 atentados - cite a fonte deste número)**. Já o governo Médici, foi marcado pela vitória contra a guerrilha. Sim, os ‘coitadinhos’

que conhecemos na história integravam uma guerrilha. **(Pesquise a que guerrilha se refere / quais participantes / qual propósito desse movimento?)**

Geisel adotou uma política econômica socializante, **(pesquisar as medidas econômicas do período ditatorial de Geisel e explicar qual medida era “socializante”.)** que ainda hoje nos prejudica. Ele tolerou a corrupção, inseriu o Brasil num eixo antiamericano. **(Qual sua fonte de pesquisa? Quais casos de corrupção se refere?)** O Brasil, durante seu governo, foi primeiro país a reconhecer o governo do MPLA, em Angola, de viés marxista (movimento arquitetado por Cuba). **(O que significa MPLA? Como ocorreu a independência da Angola?)** Figueiredo, por sua vez, encerrou o período, campanha permitindo a eleição presidencial indireta, que decretaria o fim do Regime. **(Que foi a campanha das Diretas Já? Que foi a Ementa Dante de Oliveira? Por que as eleições foram indiretas?)**

Herança

O que foi comumente contado sobre esse período da história recente do Brasil é extremamente distorcido e de natureza revanchista. Na verdade, beira a fantasia romanceada que pretende transformar apátridas covardes em heróis nacionais. A historiografia oficial **(O que seria a historiografia oficial? Feita por quem?)**, que nas mãos de esquerdistas caminha à margem da verdade **(Todo historiador é de esquerda?)** consagrou na mente atual uma visão distorcida que beira a demência **(O Ensino Superior provoca demência? Qual é o tempo estimado de pesquisa em um curso de História? Qual o método de pesquisa da ciência histórica? Quantos Institutos de História o Brasil possui? Quantos bacharéis, mestres e doutores temos?)** enfatizando feitos de violência e omitindo os números reais de comunistas mortos, algo entre 300 e 400 **(Por serem comunistas, estes merecem a morte? Ser comunista legitima as prisões sem crimes cometidos, as torturas, as mortes e desaparecimentos?)**. Na visão de muitos brasileiros, **(pesquise e cite brasileiros que pensam assim?)** o sangue guerrilheiro derramado foi o preço modesto que o Brasil pagou perante o massacre humano que haviam planejado para implementar o regime que defendiam, assim como ocorreu na Rev. Russa. **(Que plano é esse? Matar entre 300 e 400 pessoas é um preço modesto? Se fosse seu irmão, pai, mãe? Se fosse você? Seria razoável?)** **(O Estado não deve resguardar a vida humana como direito inalienável dentro de um Estado democrático de Direito?)** Estima-se que o comunismo tenha matado 94 milhões pessoas. **(Qual sua fonte de pesquisa? 94 milhões? Onde? Quando? Quem matou?)**

Naquela época, havia tranquilidade para a maioria dos brasileiros. (Negacionismo clássico sobre o período. Pesquise o percentual de população De um modo geral, muitos sabem que viviam mal apenas os baderneiros, formada por uma pequena elite esquerdista. Essa elite fugiu para exílio, **(fugiu ou foram expulsos?)** tendo tempo suficiente para estudar e tramar novos planos. De volta ao país, ocuparam postos de destaque na mídia, como jornalistas, cineastas, campo artístico em geral, e, principalmente, na política. Quando isso começou a acontecer, a narrativa foi sendo modificada progressivamente. Entre a narrativa do panfleto comunista **(Podemos nomear todas as monografias, teses e dissertações produzidas pela metodologia do Ensino Superior de panfletos comunistas?)** e o relato de meus pais, avós e bisavós, eu fico com o segundo. **(No lugar de fala, não devemos nomear as pessoas? Qual a formação dos pais, avós, bisavós citados? Qual sua relação com a Ditadura?)**

Porém, ironicamente, a própria brandura do regime militar permitiu que a esquerda se refugiasse nas universidades, nos jornais e nos editoriais. **(Entre 300 a 400 mortes durante a Ditadura, praticadas pelo regime militar é sinônimo de “brandura”?)** Foi aí que instalaram sua principal trincheira, seguindo a cartilha gramscista. Sim, eles criaram a hegemonia esquerdista nos meios intelectuais. Eles obtiveram sua vingança monopolizando a interpretação dos fatos históricos. **(Se houvesse a monopolização dos fatos históricos pela Esquerda, existiria esse texto circulando? Haveria comemorações do 31 de março? Haveria redes sociais de extrema-direita bradando a volta da Ditadura?)** Toda essa estratégia foi completada por FHC,

que realizou um grande o sucateamento das FFAA. **(Quais as fontes? O que FHC fez? Ele é de esquerda?)** Muitos brasileiros enxergaram a clara a continuidade do objetivo nefasto. Não tardou a substituição do ensino tradicional, baseado em letras clássicas e ciências naturais, pela cultura do sexo (revolução sexual), da depravação moral, das drogas e do guevarismo. **(Cite as fontes da substituição? O que a pedagogia chama de “ensino tradicional”? Cite, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB/1996 – que norteia oficialmente a educação brasileira e/ou outras Leis, artigos que promovam a “cultura do sexo” a “depravação moral, uso de drogas” na educação. Que é “guevarismo”?)**

Ainda hoje, no Brasil, lidamos com os devotos do maior genocida de todos os tempos, cujas ideias mataram mais que qualquer outro. Um demônio que continua assombrando a humanidade e precisa ser exorcizado, o quanto antes. Sim, o fantasma do barbudo Karl Marx. **(Você conhece a obra de Karl Marx? Já leu algum de seus livros? Sua biografia? Sua ideologia? Você compreende a teoria Marxista?)**

Assim como disse o novo ministro da Defesa, General Braga Neto, o ano de 1964 deve ser compreendido e celebrado. **(Celebrado por quem? Por qual grupo político? Se a população realmente estudar a História a partir das evidências, da historiografia nacional, da metodologia histórica, ainda assim seria ético e em acordo com o que foi consignado pelos Direitos Humanos, celebrar um período de Ditadura civil-Militar de 1964 a 1985?)** Sim, nos livramos o daquele grande mal: o comunismo. E hoje, mais do que nunca, é o que desejamos **(Quem deseja? Qual grupo político? Qual percentual da população?)** fazer com nossa a liberdade restaurada.

Após a leitura com as indagações acima, opine criticamente:

- Este texto reflete opinião da autora ou conhecimento científico?
- Qual é seu referencial bibliográfico?
- Qual seu lugar de fala?

<https://www.conexapolitica.com.br/coluna/31-de-marco-de-1984-o-grande-livramento-do-comunismo/>

Grávida, chutada e com cobra: o que Míriam Leitão conta de sua tortura ...



De Splash, em São Paulo 05/04/2022 20h14

"Eu não tinha noção de dia ou noite na sala escurecida pelo plástico preto. E eu ali, sozinha, nua. Só eu e a cobra. Eu e o medo. O medo era ainda maior porque não via nada, mas sabia que a cobra estava ali, por perto." É assim que a jornalista Míriam Leitão relata o momento em que foi torturada nos porões da Ditadura Militar, nas dependências do quartel do Exército em Vila Velha.

A história foi tratada com tom de deboche neste domingo (3) pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) depois que ela publicou um artigo intitulado "Única via possível é a democracia", no qual diz que o presidente é um inimigo confesso da democracia.

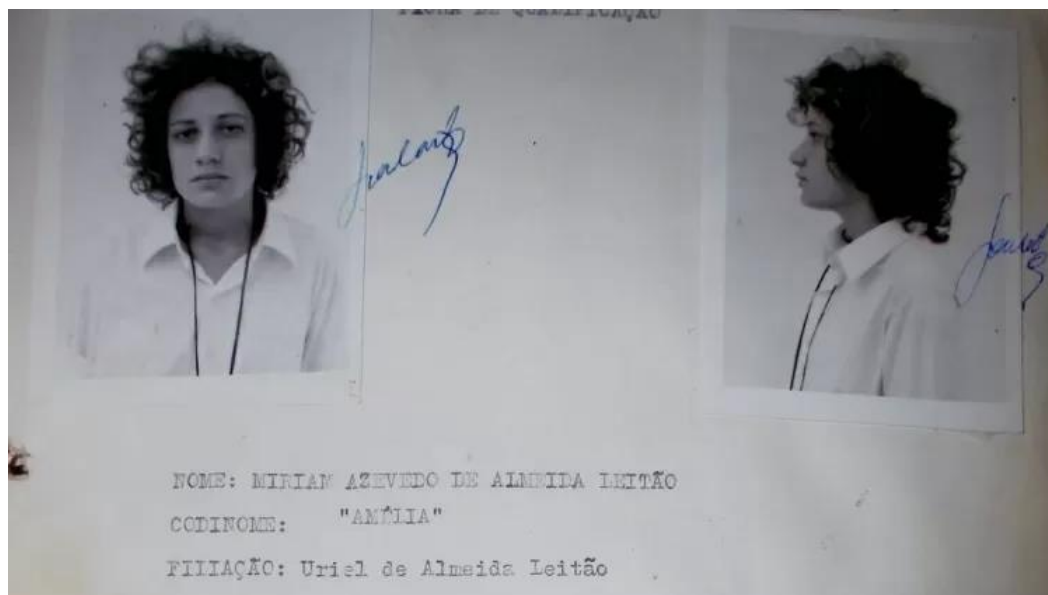
O tuíte do filho de Jair Bolsonaro foi considerado por muitos uma agressão à profissional, e rendeu uma onda de repúdio.

Ele diz que tem "pena da cobra" e duvida das torturas sofridas pela jornalista. "Fico com a pulga atrás da orelha, porque você não tem um vídeo, não tem outras testemunhas, não tem uma prova documental, não tem absolutamente nada", disse em entrevista ao canal do YouTube Expressão Brasil. Sem citar o nome de Eduardo, Míriam compartilhou um texto na rede social agradecendo pelas mensagens de carinho. ...

A jornalista da TV Globo falou pela primeira vez sobre as torturas em agosto de 2014 ao colega de profissão Luiz Cláudio Cunha, do Observatório da Imprensa. O relato foi reproduzido pelo UOL. Ela, então militante do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), conta que foi presa em 1972 no quartel do exército em Vila Velha (ES).

"Minha cabeça doía com a pancada na parede" Grávida, ela sofreu uma série de agressões, além de assédio moral e sexual. "Eu estava com um mês de gravidez, e disse isso a eles. Não adiantou. Ignoraram a revelação e minha condição de grávida não aliviou minha condição lá dentro. Minha cabeça doía, com a pancada na parede, e o sangue coagulado na nuca incomodava. Eu não podia me lavar, não tinha nem roupa para trocar", relata Míriam, em depoimento ao jornalista Luiz Cláudio Cunha, em 2014.

Com riqueza de detalhes, conta que era moradora de uma favela de Vitória (ES) quando, junto com o companheiro à época, resolveu ir à praia do Canto, nas imediações do centro da capital. Era um domingo, 3 de dezembro de 1972. O passeio terminou em prisão. "Marcelo foi viver seu inferno, que durou 13 meses, e eu o meu. Sobre mim, jogaram cães pastores babando de raiva. Eles ficaram ainda mais enfurecidos quando os soldados gritavam: 'Terrorista, terrorista!'.



Ficha de Miriam Leitão (ou Amélia) quando foi presa, em 1972 Imagem: Pedro Ladeira/Arquivo Pessoal

Levada para uma sala onde as janelas eram cobertas por um saco preto, foi colocada de pé, sem recostar na parede. Três homens sem fardamento, descritos como um com muito cabelo, preto e liso, um ruivo e outro descendente de japonês, mandaram que ela tirasse a roupa.

"Uma peça a cada cinco minutos. Tirei o chinelo. O de cabelo preto me bateu. Fui tirando, constrangida, cada peça. Quando estava nua, eles mandaram entrar uns 10 soldados na sala. Eu tentava esconder minha nudez com as mãos".

No relato, revela que o de cabelo preto chegou a dizer que poderia ordenar que todos fossem "para cima" e que naquele lugar não teria "volta", ou seja, se comesçassem, iriam até o fim.

"Os soldados ficaram me olhando e os três homens à paisana gritavam, ameaçando me atacar, um clima de estupro iminente. O tempo nessas horas é relativo, não sei quanto tempo durou essa primeira ameaça. Viriam outras."

A presença da cobra na sala escura

Foi o Dr. Pablo que chegou na sala em que Míriam estava com a cobra. Descrita como "grande e assustadora", foi posta no chão da sala. A luz, apagada. "Saíram e me deixaram ali, sozinha com a cobra. Eu não conseguia ver nada, estava tudo escuro, mas sabia que a cobra estava lá. A única coisa que lembrei naquele momento de pavor é que cobra é atraída pelo movimento. Então, fiquei estática, silenciosa, mal respirando, tremendo".

O trauma foi tão grande que ela ainda treme ao lembrar-se daqueles momentos de pânico. "Tinha medo da cobra que não via, mas que era minha única companhia naquela sala sinistra. A escuridão, o longo tempo de espera, ficar de pé sem recostar em nada, tudo aumentava o sofrimento. Meu corpo doía. Não sei quanto tempo durou esta agonia. Foram horas."

Sem noção se era noite ou dia, nua, sozinha em uma sala com a cobra, afirma que não ouvia e nem via nada. "Não era possível nem chorar, poderia atrair a cobra. Passei o resto da vida lembrando dessa sala de um quartel do Exército brasileiro".

Ela consegue se recordar de quando os três agressores retornaram ao ambiente, dando gargalhadas. "Eu pensava que era só sadismo. Não sabia que na tortura brasileira havia uma cobra, uma jiboia usada para aterrorizar e que além de tudo tinha o apelido de Míriam. Nem sei se era a mesma. Se era, talvez fosse esse o motivo. de tanto riso. Míriam e Míriam, juntas na mesma sala. Essa era a graça, imagino".

Chutes e perda de peso

Quando Dr. Pablo retornou à sala, diversas perguntas foram feitas. As agressões foram intensas. "Me davam tapas, chutes, puxavam pelo cabelo, bateram com minha cabeça na parede. Eu sangrava na nuca, o sangue molhou meu cabelo. Ninguém tratou de minha ferida". Sem comida, recebeu apenas um copo de suco de laranja. Líquido que, com a "forte bofetada do capitão Guilherme", fez com que caísse no chão. A jornalista afirma que perdeu 11 quilos no período em que permaneceu no quartel e chegou a ficar 48 horas sem comer. Em consulta médica após deixar a prisão, ela descobriu que poderia perder o bebê por conta de seu estado após as torturas.

Sem ter acesso a advogado, ligação ou aparelho telefônico, era impossível se comunicar. "Só três dias após minha prisão é que meu pai recebeu, em Caratinga, um telefonema anônimo de uma mulher dizendo que eu tinha sido presa. Ele procurou muito e só conseguiu me localizar no fim daquele dezembro".

Quando saiu do quartel, estava com quatro meses de gestação e com riscos de conseguir levar a gravidez até o fim. Seu estado de saúde poderia deixar seu bebê com sequelas, já que estava com depressão, falta de alimentação adequada, anemia e carência de vitamina D.

Ameaças de estupro e morte

Intimidada, depois de uma madrugada de interrogatório com Dr. Pablo e outros dois, foi ameaçada de estupro e de morte. "Um dia achei que iria morrer. Entraram no meio da noite na cela do forte para onde eu fui levada após esses dois dias. Falaram que seria o último passeio e me levaram para um lugar escuro, no pátio do quartel, para simular um fuzilamento".

Foi quando viu a sua própria sombra na parede branca. "A sombra de um corpo mirrado, uma menina de apenas 19 anos. Vi minha sombra projetada cercada de cães e fuzis, e pensei: 'Eu sou muito nova para morrer. Quero viver'."

Em outro interrogatório, na sala do capitão Guilherme, estava com a única roupa que tinha: biquíni e camisa. "Nessa noite, na sala, de novo fui desnudada e os homens passaram o tempo todo me alisando, me apalpando, me bolinando, brincando comigo. Um deles me obrigou a deitar com ele no sofá". Nada foi consumado, mas estavam "no limite do estupro, divertindo-se com tudo aquilo".

"Quando pensava em descansar e dormir um pouco, à noite, o lugar onde estava de repente era invadido, aos gritos, com um bando de pastores alemães latindo na minha cara".

Reencontro e grampos

No dia em que ela assinou a "confissão, para dar início ao IPM, o inquérito policial-militar", que ocorria dentro do quartel, encontrou Marcelo, seu namorado à época. Ela chegou a acreditar que ele tinha morrido.

"Os militares saíram da sala e nos deixaram sozinhos. Quando eu fui falar alguma coisa, o Marcelo me fez um sinal para ficar calada. Ele levantou, foi até a parede e levantou o quadro do Duque de Caxias. Estava cheio de fios e microfones lá atrás. Era tudo grampo."

Marcelo foi levado para o Regimento Sampaio, na Vila Militar, no Rio de Janeiro, e lá ficou nove meses numa solitária. "Sem banho de sol, sem nada para ler, sem ninguém para conversar Foi colocado lá para enlouquecer. Nove longos e solitários meses"

Os presos, e os que já estavam soltos, se reencontraram na 2ª Auditoria da Aeronáutica, em junho, para o que eles chamam de sumário de culpa, o único momento em que o réu fala.

Ela, junto com outras 28 pessoas, era acusada de tentativa de organizar o PCdoB no estado, de aliciamento de estudantes, de panfletagem e pichações. "Ao fim, eu e a maioria fomos absolvidos. O Marcelo foi condenado a um ano de cadeia. Nunca pedi indenização, nem Marcelo. Gostaria de ouvir um pedido de desculpas, porque isso me daria confiança de que meus netos não viverão o que eu vivi. É preciso reconhecer o erro para não repeti-lo. As Forças Armadas nunca reconheceram o que fizeram".

Míriam nunca mais viu o capitão Guilherme. "Uma vez ele apareceu no Superior Tribunal Militar como assessor de um ministro. Marcelo foi expulso do curso de Medicina, após a prisão, e virou jornalista. Fomos para Brasília em 1977". Marcelo só conseguiu vaga de repórter para cobrir os tribunais. "E lá no STM, um dia, ele reviu o capitão Guilherme. Depois disso, não soubemos mais dele. Nem sei se o S-2 ainda está vivo"

Seu filho nasceu saudável

A maior preocupação de Míriam era a saúde do filho. Embora tenha passado por tanta dificuldade, Vladimir nasceu saudável, em agosto, sem nenhuma sequela ou marca física do que a mãe vivenciou. Dele, vieram duas netas, Manuela e Isabel. Depois, a jornalista teve mais um filho, o Matheus, que teve dois filhos — Mariana e Daniel.

"Eu sabia que era muito nova para morrer. Sei que outros presos viveram coisas piores e nem acho minha história importante. Mas foi o meu inferno. Tive sorte comparado a tantos outros", diz ela.

"Minha vingança foi sobreviver e vencer. Por meus filhos e netos, ainda aguardo um pedido de desculpas das Forças Armadas. Não cultivo nenhum ódio. Não sinto nada disso. Mas, esse gesto me daria segurança no futuro democrático do país".

Segundo o relatório "Brasil: Nunca Mais", pelo menos 1.918 prisioneiros políticos atestaram ter sido torturados entre 1964 e 1979 (15 de março de 1979 era a data-limite do período a ser investigado). O documento descreve 283 diferentes formas de tortura utilizadas na época pelos órgãos de segurança.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) reconheceu 434 mortes e desaparecimentos políticos entre 1964 e 1988, dos quais a maioria ocorreu no período do regime.

ATIVIDADE – reportagem/depoimento da jornalista Mirian Leitão.

A Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura realizada em 1985, evidencia que:

- 1** Entender-se-á por tortura todo ato pelo qual são infligidos **intencionalmente** a uma pessoa penas ou **sofrimentos físicos ou mentais**, com fins de investigação criminal, como meio de intimidação, como castigo pessoal, como medida preventiva, como pena ou com qualquer outro fim.
- 2** Entender-se-á também como tortura a aplicação, sobre uma pessoa, de métodos tendentes a **anular a personalidade** da vítima, ou a **diminuir sua capacidade física ou mental** [...].

Fonte: <https://guiadoestudante.abril.com.br/coluna/atualidades-vestibular/como-a-tortura-foi-usada-durante-a-ditadura-militar-no-brasil/>

ROTEIRO DE ATIVIDADE:

- **Pressuposto: Aula expositiva factual sobre o evento histórico Ditadura civil-militar em Março/1964 no Brasil.**

1º) Organizar estudantes em dupla;

2º) Distribuir cópias impressas do textos aos estudantes e solicitarem a leitura;

3º) Solicitar que explanem suas impressões e o que mais chamou atenção no texto de depoimento.

4º) Solicitar que:

- Sintetizem o que foi a prática de tortura realizada por órgãos institucionais durante a Ditadura.

- Solicitar que identifiquem no texto, trechos do depoimento considerados violações dos direitos humanos de acordo com a Convenção Interamericana para prevenção de torturas.

5º) Sobre a tortura sofrida por Míriam Leitão, Eduardo Bolsonaro diz que tem “pena da cobra” e Duda das torturas sofridas pela jornalista. “Fico com a pulga atrás da orelha, porque você não tem um vídeo, não tem outras testemunhas, não tem prova documental, não tem absolutamente nada”.

Comente essa fala do deputado Eduardo Bolsonaro, sobre o fato de a jornalista não ter provas sobre a tortura sofrida nas dependências do Exército brasileiro e sobre a visão do deputado acerca da tortura e democracia no Brasil.

Debater por que há uma desqualificação dos crimes de Tortura veiculadas em falas como a do deputado Eduardo Bolsonaro na atualidade? Por que governos, sociedade e as Forças Militares não dialogam da mesma maneira sobre este passado doloroso?

Após a produção do Relatório final da Comissão Nacional da Verdade, é possível ainda desqualificar o depoimento da jornalista?

TRABALHO DE HISTÓRIA - MOSTRA IMAGÉTICA

TEMÁTICA: DITADURA CIVIL - MILITAR DE 1964. TURMA: _____

OBJETIVO: Compreender a Ditadura civil-militar por meio das representações imagéticas / realizar uma mostra de fatos e imagens na escola, como forma de combate à falsas memórias digitais.

GRUPOS DE ATÉ 05 ESTUDANTES

ETAPAS: 1º) Pesquisa em grupo com orientação 2º) Preparação do material factual e imagético (frases, painéis, cartazes, informações, etc.) 3º) Apresentação da pesquisa pelo grupo 4º) Organização da Mostra 5º) Avaliação formativa / participativa.

DATA APRESENTAÇÃO DAS PESQUISAS:

TEMA: O golpe de 31/março/1964	TEMA: Os governos militares / apoiadores / Atos Institucionais.
GRUPO 01	GRUPO 02
Evidências do golpe. Reportagens de 31/03/1964. Imagens das tropas militares. Pessoas civis e militares envolvidas no fato. Onde estavam os comunistas? Primeiros passos da ditadura - Ato Institucional nº1.	Quem foram os militares que assumiram o governo sem serem eleitos? Quais grupos apoiaram? Como promoveram políticas ditatoriais?
Resistências: Guerrilhas / manifestações, greves / arte de protesto	Censura / torturas / ações militares / desaparecimentos
GRUPO 03	GRUPO 04
Quem resistiu? Quais grupos se manifestaram contra a Ditadura? Quais as manifestações artísticas expressavam protesto contra a Ditadura?	Quais documentos que comprovam atos de censura? Pesquise o que foi o Serviço Nacional de Informações - SNI. Quem foi torturado? Relatos, reportagens, imagens das torturas e torturadores. Famílias que procuram por seus desaparecidos. Pesquisa relatório final da Comissão Nacional da Verdade.
Resistências: Guerrilhas / manifestações, greves / arte de protesto	Censura / torturas / ações militares / desaparecimentos
GRUPO 05	GRUPO 06
Quem resistiu? Quais grupos se manifestaram contra a Ditadura? Quais as manifestações artísticas expressavam protesto contra a Ditadura?	Quais documentos que comprovam atos de censura? Pesquise o que foi o Serviço Nacional de Informações - SNI. Quem foi torturado? Relatos, reportagens, imagens das torturas e torturadores. Famílias que procuram por seus desaparecidos. Pesquisa relatório final da Comissão Nacional da Verdade.
Anistia / Campanhas Diretas Já / transição política / Constituição de 1988.	Anistia / Campanhas Diretas Já / transição política / Constituição de 1988.
GRUPO 07	GRUPO 08
Pesquise a Lei da Anistia e seus artigos. Ementa Dante de Oliveira. Atores sociais da Campanha das Diretas já. Votação indireta para presidente.	Pesquise a Lei da Anistia e seus artigos. Ementa Dante de Oliveira. Atores sociais da Campanha das Diretas já. Votação indireta para presidente.

OFICINA

PLANO DE ATIVIDADE: PERCEBENDO A VIOLÊNCIA DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA POR MEIO DAS IMAGENS.

Público alvo: estudantes do 3º ano do EM.
Proposta: Aula expositiva / dialogada.

TEMA: Processo histórico - [A Ditadura Militar brasileira de 1964 a 1985](#).

CONCEITOS (contextualização):

- Golpe Militar de 1964;
- Democracia x Ditadura;
- Serviço Nacional de Informação /DOPS / DOI-CODI / PRÁTICAS DE TORTURA.

CONCEITOS (a serem tematizados)

- Tortura –

“Tortura é, por definição médico-legal, um meio cruel de prática criminosa, entendido como ato desumano, brutal, que atormenta e causa padecimento desnecessário à vítima, por livre deliberação do torturador. O agente se compraz em infligir o sofrimento ou, pelo menos, mostra-se insensível a tal sofrimento tanto que, podendo, não susta ou impede. Mais do que ferir o matar a vítima, busca o agente impor-lhe sofrimento mediante sua ação lesiva.”

<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/424/edicao-1/tortura> (acessado em 31/05/2021)

- Direitos Humanos – (Declaração Universal dos Direitos Humanos)

Artigo 3 - Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 5 - Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante. (<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> (acessado em 31/05/2021))

OBJETIVOS:

Sensibilizar os estudantes quanto a violência de um Estado repressor, que naturaliza técnicas de tortura.



<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-naturalizacao-da-tortura/4/44366>

<https://youtu.be/zgeuVj6aRtA>

Ano da Imagem	Fevereiro / 1970.
Local	Belo Horizonte
Fotógrafo	Jesco von Puttkamer
Contexto histórico	Formação da Guarda rural Indígena – criada pela Ditadura Militar
Fonte	https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/homem-torturado-em-publico-na-ditadura-tem-identidade-revelada/ (acessado em 31/05/2021) blob:https://www.youtube.com/7b90e712-a63b-4143-838a-7196a5aca708 (acessado em 31/05/2021)

Questões sensíveis:

- O que a imagem nos conta?
- A imagem é violenta ou não?
- O que é prática de tortura conhecida como pau-de-arara?
- Violência do passado x violência do presente - Como vocês percebem a atuação policial em seu cotidiano? A polícia ainda hoje pratica violência? Contra os indígenas?

Pau de arara é um método de tortura física destinada a causar fortes dores nas articulações e músculos, bem como dores de cabeça e traumas psicológicos.

Este método foi e é usado em muitos países porque nenhum traço visível é deixado no corpo da pessoa torturada e o dispositivo necessário está disponível em todos os lugares ou pode ser produzido com pouco esforço.

Descrição

O Pau de Arara consiste em uma barra de ferro na qual o prisioneiro é pendurado e enrolado, de forma que a vara fique bloqueada entre a concha dos braços e a concha das pernas.^[1] Em seguida, os tornozelos são amarrados com os pulsos.^[1] A pessoa torturada é pendurada cerca de um metro acima do solo e fica nessa posição até que o sangue não circule mais, o corpo inche e pare de respirar.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Pau_de_arara_\(tortura\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pau_de_arara_(tortura))

O “pau-de-arara”

(...) O pau-de-arara consiste numa barra de ferro que e atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, sendo o “conjunto” colocado entre duas mesas, ficando o corpo do torturado pendurado a cerca de 20 ou 30 cm. do solo. Este método quase nunca é utilizado isoladamente, seus “complementos” normais são eletrochoques, a palmatória e o afogamento. (...)

(...) que o pau-de-arara era uma estrutura metálica, desmontável, (...) que era constituído de dois triângulos de tubo galvanizado em que um dos vértices possuía duas meias-luas em que eram apoiados e que, por sua vez, era introduzida debaixo de seus joelhos e entre as suas mãos que eram amarradas e levadas até os joelhos; (...).

<http://www.dhnet.org.br/dados/projetos/dh/br/tnmais/instrumentos.html>

TEMA: **Enfrentando o NEGACIONISMO CIENTÍFICO**

Série: 2º anos do Ensino Médio

Proposição:

1º - Conceituar Negacionismo Científico / Negacionismo Histórico.

2º - Conceituar Fake News e Pós-verdade.

3º - Indicar a leitura de textos sobre movimentos negacionistas – terraplanismo, negação da questão climática, negação do Holocausto, negação da Ditadura Militar.

(Pode-se solicitar que grupos de estudantes pesquisem cada tema e explanem os resultados de forma rápida à turma);

4º - Expor sobre a valorização do conhecimento científico e suas metodologias de pesquisa / valorização do Ensino Superior – sua organização e a valorização das pesquisas científicas;

5º - Por fim, solicitar aos estudantes que realizem uma pesquisa sobre uma graduação que lhe chame a atenção. Anotar no caderno seus resultados.

6º Confeccionar o Mapa mental abaixo, respondendo as questões de acordo com sua pesquisa.

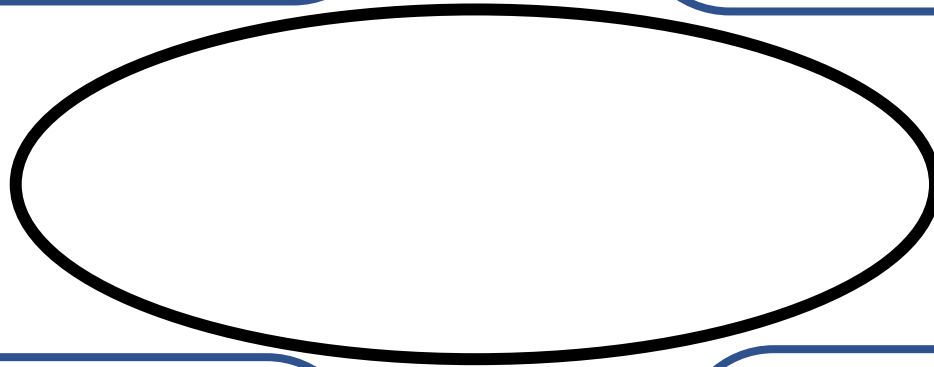
7º - Organizar um painel com os resultados no mural da escola.

8º - Roda de conversa em sala de aula sobre os resultados:

- ✓ “achismos/opiniões” X conhecimento científico;
- ✓ Fake News / negacionismos - A quem serve ou a qual grupo político?
- ✓ Quais podem ser nossas atitudes pessoais para valorizar o Ensino e o conhecimento?

Qual a relevância desse curso?

Que tipo



Onde podemos fazer este curso em nossa cidade?

Qual a relevância desse curso? Fontes pesquisadas.



(IMAGEM: Exemplo do resultado da dinâmica proposta, realizada por turmas de 2º ano da escola em que atuo).

ATIVIDADE: Ditadura civil-militar de 1964

Considerações:

Para a abordagem do conteúdo, é necessário que alguns conceitos / conjunturas sejam apontadas pelos estudantes para que o evento Ditadura seja compreendido em sua dimensão histórica.

A aprendizagem de termos – conceitos – momentos - são produtivas na medida em que estes são costurados na construção de uma narrativa histórica que permeie a reflexão e dialogue com a prática da pesquisa e seus objetivos em sala de aula.

Ao propormos uma atividade que esboce uma lista de considerações e conceitos, considero esta como passo inicial para a construção coletiva das reflexões e narrativas construídas na aula expositiva/dialogada a seguir.

O QUE É? / O QUE FOI?

1 – DITADURA

2 – DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

3 – ATOS INSTITUCIONAIS (AI1 / AI2 / AI3 / AI4 / AI5)

4 – SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO – SNI

5 – CENSURA (No contexto da Ditadura)

6 – REPRESSÃO (No contexto da Ditadura)

7 – TORTURA (No contexto da Ditadura)

8 – “ANOS DE CHUMBO”

9 – “MILAGRE ECONÔMICO?”

10 - LUTA ARMADA / GUERRILHA URBANA

11 – ANISTIA AMPLA

12 – DIRETAS JÁ

13 – REABERTURA POLÍTICA

14 – COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE